

# UNIVERSO PEDAGÓGICO

V. 02 - N. 02  
JULHO A DEZEMBRO - 2013  
ISSN 2317-644X

FACULDADE  
**MULTIVIX**





FACULDADE  
**MULTIVIX**

NOVA VENÉCIA

ISSN 2317-644X

# UNIVERSO PEDAGÓGICO

**Faculdade Capixaba de Nova Venécia – MULTIVIX**  
**V. 02 n. 02 Julho/Dez – 2013 - Semestral**

**Diretor Executivo**

Tadeu Antônio de Oliveira Penina

**Diretora Acadêmica**

Eliene Maria Gava Ferrão

**Diretor Geral/Coordenador Financeiro/Administrativo**

Fernando Bom Costalonga

**Coordenadora Acadêmica**

Kessya Pinitente Fabiano Costalonga

**Coordenadora de Graduação**

Alcione Cabaline Gotardo

**Coordenação de Curso**

**Administração**

Sabryna Zen Rauta Ferreira

**Ciências Contábeis**

Alcione Cabaline Gotardo

**Direito**

Maxwilian Oliveira

**Engenharia da Produção/Engenharia Civil**

Giuliana de Angelo Ferrari

**Engenharia Ambiental**

Talita Aparecida Pletsch

**Enfermagem**

Ivan Paulino

**Educação Física**

Edileuza Aparecida dos Santos Magalhães

**Pedagogia**

**Letras**

José Júnior Oliveira da Silva

**Psicologia**

André Mota do Livramento

**Serviço Social**

Cristiane Olios

**Bibliotecária**

Alexandra Barbosa Oliveira

**Presidente da Comissão Editorial**

Eliene Maria Gava Ferrão

**Comissão Editorial**

Eliene Maria Gava Ferrão

Kessya Pinitente Fabiano Costalonga

Alcione Cabaline Gotardo

José Junior de Oliveira Silva

**Endereço para correspondência**

Biblioteca Pe. Carlos Furbetta  
Rua Jacobina, 165 – Bairro São Francisco  
29830-000 – Nova Venécia – ES  
e-mail: [alexandraeluniven.edu.br](mailto:alexandraeluniven.edu.br)

**Capa**

Alex Cavalini Pereira

Universo Pedagógico / Faculdade Capixaba de Nova Venécia / – Nova Venécia: Cricaré, (Jan/Jun. 2013).

Semestral  
ISSN 2317-644X

1. Produção científica – Faculdade Capixaba de Nova Venécia. I. Título

# UNIVERSO PEDAGÓGICO

## SUMÁRIO

### ARTIGOS

<b>JOGOS E BRINCADEIRAS EM SALA DE AULA: O LÚDICO COMO FERRAMENTA DE PROMOÇÃO DA APRENDIZAGEM.....</b>	<b>05</b>
André Mota do Livramento Fabricia Krause Boldt Karla Santana Schmidt Pratissoli Kelly Nascimento Vital Sueli Gualberto da Silva	
<b>EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA: PROBLEMAS E DESAFIOS.....</b>	<b>14</b>
.. Raiane Malacarne Weksley Moschen	
<b>A IMPORTÂNCIA DO PEDAGOGO NO UNIVERSO ESCOLAR .....</b>	<b>27</b>
. Fernanda Peruchi de Araújo Ludmila Ragazzi Santos Rosangela Andrelino da Rosa Farias	
<b>A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL BAIRRO ALTOÉ, MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA/ES.....</b>	<b>55</b>
Kiara Verônica Salvador Simone Buzatto Zordenoni	
<b>A IMPORTÂNCIA DA PARCERIA NA ESCOLA/FAMÍLIA NA FORMAÇÃO DOS ALUNOS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DO BLEY.....</b>	<b>78</b>
..... Danieli Saager Gilsana da Silva Santos Kiepert Maria das Graças Cossi Rosário	

## EDITORIAL

É missão de uma Instituição de Ensino Superior (IES) o ensino, a extensão e a pesquisa. Quanto ao ensino, os Cursos de Licenciaturas da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN funcionam regularmente. No fazer da extensão universitária, onde nossos acadêmicos de Licenciatura participam de projetos comunitários e solidários, destacamos nossa participação em ações globais, com parcerias diversas, cursos e projetos de extensão. No momento, estamos inserindo nossos acadêmicos na iniciação científica, procurando o despertar dos discentes na pesquisa científica em Licenciatura e nessa messe, fazemos a publicação de nossa **REVISTA PEDAGÓGICA**.

Em nosso primeiro número, apresentamos alguns artigos originais, que nos foram encaminhados, pelos docentes e discentes da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN.

Nossa proposta é de um periódico semestral, com a divulgação de artigos, projetos, pesquisas e relatos de experiência diversos, etc.

Estamos abertos para contribuições diversas, críticas, que muito nos ajudarão na melhoria do trabalho acadêmico. Que tenhamos todos uma boa leitura.

## JOGOS E BRINCADEIRAS EM SALA DE AULA: O LÚDICO COMO FERRAMENTA DE PROMOÇÃO DA APRENDIZAGEM<sup>1</sup>

André Mota do Livramento<sup>2</sup>  
Fabricia Krause Boldt<sup>3</sup>  
Karla Santana Schmidt Pratisoli<sup>3</sup>  
Kelly Nascimento Vital<sup>3</sup>  
Sueli Gualberto da Silva<sup>3</sup>

### RESUMO

A brincadeira é uma ferramenta muito importante no desenvolvimento físico, social e cognitivo da criança. O objetivo deste trabalho é investigar como os educadores adotam os jogos e as brincadeiras para a prática pedagógica na Educação Infantil e quais contribuições essa prática pode ter no processo de ensino-aprendizagem do aluno. Para executar esse trabalho, entrevistamos três professoras da educação infantil, com o auxílio de um roteiro semiestruturado. As entrevistas foram gravadas em áudio, mediante autorização das participantes, e transcritas integralmente para o tratamento dos dados. A análise das entrevistas foi realizada com base na Análise de Conteúdo, adaptada da proposta de Bardin. O nosso estudo corroborou com outros já realizados na mesma temática, pois foi possível apontar, a partir da ótica das professoras entrevistadas, que os recursos lúdicos favorecem e proporcionam uma aprendizagem de forma prazerosa e eficaz, considerando que os jogos e as brincadeiras podem potencializar o processo de aquisição e construção de conhecimentos. Além disso, destacamos a importância do uso de recursos lúdicos no processo de socialização das crianças.

**Palavras-chave:** Pedagogia. Lúdico. Educação Infantil. Ensino-Aprendizagem.

### ABSTRACT

Games are very important tools in the physical, social and cognitive development of children. The objective of this work is to search how educators adopt the games for pedagogical practice in Early Childhood Education and what contributions this practice can have on the teaching-learning process of the student. To perform this work, three childhood education teachers were interviewed, with the support of a semi-structured script. The interviews were audio-recorded, with the permission of the participants, and transcribed for data processing. The data analysis was based on Content Analysis, adapted from the proposal of Bardin. Our study validated others already carried on the same theme, it was possible to identify, from the perspective of the interviewed teachers, that the recreational resources provide an enjoyable and effective way of learn, considering that games and plays can enhance the process of acquisition and construction of knowledge. Furthermore, it is highlighted the importance of the use of recreational resources in the socialization process of children.

---

<sup>1</sup> Artigo construído a partir do Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Capixaba de Nova Venécia, no semestre de 2013/2.

<sup>2</sup> Graduado e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professor e Coordenador do Curso de Psicologia da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – Multivix. *E-mail: drepsi@yahoo.com.br*

<sup>3</sup> Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia – Multivix.

**Keywords:** Pedagogy. Recreation. Early Childhood Education. Teaching-Learning.

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 CONTRIBUIÇÕES DO LÚDICO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

As brincadeiras e os jogos, quando utilizados como ferramentas da prática pedagógica, podem favorecer o processo de aprendizagem da criança, visto que esta também é colocada como sujeito desse processo. Ao mesmo tempo em que ela brinca e aprende, constrói a sua realidade educacional.

Segundo Teles (1997, p.15)

A brincadeira, o jogo, o brincar e o humor colocam o indivíduo em estado criativo. Entretanto, se a brincadeira que estimula a criatividade só pode florescer num ambiente de liberdade e flexibilidade psicológicas, de busca de prazer, de autorrealização, devemos concluir que o desenvolvimento daquela encontra-se profundamente vinculado aos objetivos educacionais.

O jogo e a brincadeira dão suporte para a criança reproduzir sua própria vida. E é por meio de instrumentos lúdicos e prazerosos que elas se sentem mais estimuladas e atraídas a estarem presentes na construção da sua aprendizagem. Mesmo que o processo educacional não faça parte da sua mentalidade, a criança consegue compreender que no dia seguinte terá o mesmo tratamento e, por isso, poderá se sentir atraída por aquele ambiente.

De acordo com Teles (1997), quando a criança está em contato direto com o lúdico, além de desenvolver suas capacidades psicomotoras, psicológicas e sociais, também passa a compreender por meio da atividade lúdica o comportamento do ser humano em sociedade. Observando que para a convivência em sociedade ela necessita de regras e limites e passa a ver como somos diferentes uns dos outros. E é através das diferenças que aprendemos a respeitar e a valorizar aquilo que o outro tem de singular.

Assim, o processo educacional dotado de mecanismos lúdicos nos mostra que as crianças, mesmo estando em uma fase de compreensão mais elementar da realidade social que as cerca, conseguem vivenciar aspectos que vão constituindo as suas vidas e trajetórias.

Teles (1997, p. 21) também pontua que “as brincadeiras aprofundam na criança a compreensão da realidade, porém ao mesmo tempo estimula a imaginação”.

Quanto mais estimulador o processo, mais positivos serão os resultados. Desse modo, quanto mais à criança se sentir estimulada na escola, mais participativa e criativa ela poderá se tornar nesse espaço. Além de conseguir apreender a sua realidade.

Portanto, na Educação Infantil a curiosidade é uma característica que está presente. Cabe ao educador trabalhar aguçando e incentivando o educando a participar das



atividades propostas em sala de aula, onde serão despertadas as habilidades e seus interesses em pegar, tocar, abrir, a fim de descobrir o novo.

Piaget explica que quando a criança está em contato com o jogo, ele estimula o imaginar, o criar e o inventar, além de trabalhar os aspectos da sua aprendizagem, como a coordenação motora, cognitiva e sensorial. O jogo implica ao corpo da criança as emoções e sensações que serão organizadas como esquemas de ações que refletirá por meio do prazer de fazer tal função (MACEDO, 2011).

É por meio das atividades lúdicas que o jogo proporciona uma aprendizagem significativa e ampla, acrescentando em sua estrutura cognitiva valores que refletirão em sua vida quando adulto.

Destacamos também o papel da educação informal, que é complementar a formação educacional. De acordo com Vygostky (apud AGUIAR, 1998, p. 20):

A formação de conceitos não se inicia na escola, mas, muito antes, nas experiências da criança no mundo físico e social, cabendo ao ensino formal a importante missão de propiciar condições para desenvolver na criança o processo de percepção generalizante. Ele desempenha, assim, um papel decisivo na conscientização da criança sobre os próprios processos mentais. Os conceitos apreendidos na escola, com o seu sistema hierárquico de inter-relações, parecem constituir o meio no qual a consciência e o domínio se desenvolvem, sendo mais tarde transferidos e generalizados a outros conceitos e a áreas do pensamento. A consciência reflexiva chega à criança pelos portais dos conhecimentos aprendidos na escola, e é altamente significativa para a sobrevivência humana.

A criança passa por diversas fases e nas mesmas recebe diferentes estímulos que favorecem a compreensão da realidade e o desenvolvimento da inteligência. Durante a fase inicial acontece o aperfeiçoamento e a compreensão do mundo real e passa a ter sua inteligência estimulada (AGUIAR, 1998). A família tem parte fundamental nesse processo, pois contribui diretamente com os estímulos que favorece a aprendizagem, por meio de incentivos da vida cotidiana, sendo a família a base da educação da criança.

É por meio do lúdico que a criança também aprende a lidar com os seus sentimentos, como a angústia, o medo, a raiva, pois a partir da interação com os demais colegas ela aprende a conviver em sociedade (AGUIAR, 1998). Por exemplo, em determinadas atividades é necessário esperar a sua vez de brincar, respeitando a fila e os limites que a ela é atribuído.

Uma característica cada vez mais presente nas brincadeiras infantis é a violência, pois muitas utilizam armas de brinquedos, brincam de luta ou até mesmo inventam qualquer outro objeto para fazer esta representação. Isto ocorre porque a violência está presente no mundo dos adultos e as crianças ao imitar essa realidade, também utilizam a violência nas brincadeiras (OLIVEIRA, 2001). Desse modo, podemos perceber as marcas culturais que os jogos e as brincadeiras carregam.

David e Weinstein (apud OLIVEIRA, 2001, p. 109) afirmam

[...] que todos os ambientes construídos para crianças deveriam atender a cinco funções relativas ao desenvolvimento infantil, no sentido de promover: identidade pessoal, desenvolvimento da competência, oportunidades para crescimento, sensação de segurança e confiança, bem como oportunidades para o contato social e privacidade.

As salas de aula da Educação Infantil devem ser atraentes, com ambientes aconchegantes e estimuladores para proporcionar aos educandos uma aprendizagem de forma lúdica e interessante, possibilitando a ele a oportunidade de aprender brincando. Portanto quando se tem um ambiente acolhedor, a criança, além de adquirir conhecimentos, forma-se enquanto pessoa, sendo marcada pelos traços culturais presentes nos grupos sociais entre os quais ela circula, ou seja, pela sociedade em que ela vive. Desse modo, constrói valores e crenças, forma a sua subjetividade, de acordo com os estímulos recebidos (OLIVEIRA, 2001).

## 1.2 O EDUCADOR COMO MEDIADOR DO PROCESSO EDUCATIVO E A UTILIZAÇÃO DE JOGOS E BRINCADEIRAS

Nos primeiros anos de vida da criança ela não tem muito com o que se preocupar, por isso, a sua única ocupação é a brincadeira. E esta é uma forma de interação e de grandes aprendizagens. Sendo um momento de construção e aprimoramento do saber. Devido a esta característica é importante que o educador utilize os jogos e brincadeiras como instrumentos do processo educativo, onde estes vão facilitar e aprimorar a obtenção do conhecimento.

Claparède (apud AGUIAR, 1998, p.36) afirma:

a criança é um ser feito para brincar, e que o jogo é um artifício que a natureza encontrou para envolver a criança numa atividade útil ao seu desenvolvimento físico e mental. Sugere aos educadores que usem o jogo no processo educativo para realizar o ensino mais no nível da criança, fazendo, de seus instintos naturais, aliados e não inimigos.

O educador como mediador do conhecimento deve proporcionar à criança uma educação de qualidade e adequada para sua faixa etária, para que a aprendizagem seja alcançada de forma clara e objetiva.

Trabalhar com instrumentos lúdicos na Educação Infantil favorece o crescimento e o amadurecimento da realidade do mundo real, colocando-a como agente da sua aprendizagem. Assim por meio das brincadeiras e jogos, a criança passa a ter a interação com os demais indivíduos, construindo a socialização dentro do ambiente escolar e promovendo uma relação agradável, que contribui para o desenvolvimento.

Para Froebel (apud AGUIAR, 1998, p. 36)

O primeiro pedagogo a incluir o jogo no sistema educativo, acreditava que a personalidade da criança pode ser aperfeiçoada e enriquecida pelo brincar, e que a principal função do professor, nesse caso, é fornecer situação e materiais para o jogo. [...] As crianças aprendem através do brincar, admirável instrumento para promover a sua educação.

Conforme citado acima, a personalidade da criança é trabalhada e aprimorada nos primeiros anos de vida, por isso cabe ao educador conduzir a mesma, fornecendo situações que proporcione a construção da realidade. É através dos instrumentos lúdicos que o educador faz a relação entre a teoria e a prática, colocando o seu educando com parte integrante do processo educacional.

Além de o professor fazer o acompanhamento do processo da aprendizagem da criança, deve saber atribuir significado para as atividades realizadas por elas, pois é através dessa avaliação que poderá modificar seu planejamento. Desse modo, o professor não será um mero transmissor de informações, mas compreenderá de fato o processo de ensino (SEBER, 2002).

Cabe ao educador dar significado para as atividades realizadas pelos educandos, para que as mesmas acrescentem em sua aprendizagem formas objetivas do conhecimento transmitido pelo educador. As atividades devem ser organizadas, valorizar e proporcionar mudanças de comportamento e o aperfeiçoamento da aprendizagem.

Dewey (apud KISHIMOTO, 2011, p.100) aponta que

“O professor” [...] não está na escola para impor certas idéias ou formar estes hábitos na criança, mas está lá como membro da comunidade para selecionar as influências que deverão afetar a criança e assisti-la em responder adequadamente a essas influências.

O educador, ao elaborar e escolher os jogos e as brincadeiras a serem utilizadas, deve levar em conta as características dos educandos, quais as necessidades e as formas que estes se comportam e interagem no meio em que estão inseridos. Deve também respeitar os limites e os medos das crianças, trabalhando as suas competências para que elas possam inclusive lidar com os conflitos que fazem parte de suas vidas. Além disso, deve ter e apresentar uma visão diferenciada da aprendizagem, adotando mecanismos que estimule e incentive a participação do educando em obter conhecimento. Enfim, deve ser um facilitador da construção de novas habilidades.

### 1.3 A IMPORTÂNCIA DO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil é base para o desenvolvimento da socialização da criança, onde a mesma entra em contato com indivíduos e aprende a trabalhar em grupo, conhecendo opiniões, valores, princípios, culturas e raças diferentes, aprendendo a respeitar a diversidade e a conviver dentro do meio social.

A escola é um ambiente que deve promover a interação direta entre a sociedade e a criança, fazendo com que ela compreenda que é parte da sociedade. Portanto, o educador deve utilizar os meios lúdicos para promover essa inserção, pois quando a criança brinca, ela se socializa com o meio em que está inserida. Dessa forma, o professor deve planejar a sua prática buscando empregar ferramentas lúdicas, pois assim estará promovendo uma aprendizagem significativa, estimuladora, prazerosa e produtiva, saindo da mesmice e construindo um novo conceito de escola.

Para Vygotsky (apud AGUIAR, 1998, p. 42):

No brinquedo a criança projeta-se nas atividades adultas de sua cultura e ensaia seus futuros papéis e valores. Dessa maneira, o brinquedo gera oportunidade para o desenvolvimento intelectual; com ele a criança começa a adquirir motivação, as habilidades e as atitudes necessárias a sua participação social, a qual só pode ser completamente atingida com a assistência de seus companheiros da mesma idade e também dos mais velhos. Nos jogos, a criança adquire e inventa regras.

Assim, o educador – ao elaborar seu planejamento diário – deve ter em mente que o desenvolvimento das capacidades do homem (cognitiva, afetiva e social) nos primeiros anos da vida é muito importante. E é por meio da interação, com os outros, as ferramentas e o meio, que os educandos vão abrindo caminho para o desenvolvimento da aprendizagem.

Esses meios de promover uma aprendizagem motivadora favorecem a interação e aproximação favorável entre educando e educador, fazendo com que a criança vença algumas dificuldades que podem prejudicá-las, tanto na escola quanto em outros espaços sociais.

Quanto mais ativa, participativa e interessada é a criança, menor dificuldade ela encontrará para sua socialização. A cada instante a criança aprende algo novo, que precisa ser trabalhado para que ela entenda que necessita de novas experiências e interações para continuar aprendendo.

Potencializar o contato da criança com outras pessoas é um caminho possível para que ela se insira de forma mais saudável na sociedade.

## **2 OBJETIVOS**

Este trabalho objetiva investigar como os educadores adotam os jogos e as brincadeiras para a prática pedagógica na Educação Infantil e quais contribuições essa prática pode ter no processo de ensino-aprendizagem do aluno. Como objetivos específicos, temos:

- Conceituar, teoricamente e de acordo com a visão dos professores, jogos e brincadeiras;
- Investigar se o uso de recursos lúdicos favorece o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social das crianças;
- Enumerar os benefícios e as dificuldades encontradas pelo educador ao trabalhar com jogos e brincadeiras no processo educativo na Educação Infantil;
- Analisar como as crianças inseridas nesse processo educacional reagem ao uso de jogos e brincadeiras como recursos pedagógicos na Educação Infantil.

### 3 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

#### 3.1 PARTICIPANTES

A pesquisa foi realizada com três educadoras que atuam como professoras do 2º período em uma Escola de Educação Infantil, localizada em um município no norte do estado do Espírito Santo.

Abaixo apresentamos alguns dados das entrevistadas. Optamos por atribuir nomes fictícios as participantes, para assegurar o anonimato das respondentes.

TABELA 1 – DADOS DAS PROFESSORAS ENTREVISTADAS

<b>Nome</b>	<b>Idade</b>	<b>Graduação</b>	<b>Especialização</b>	<b>Tempo de trabalho como professora</b>	<b>Tempo na educação infantil</b>
Ana	39 anos	Pedagogia	Séries Iniciais e Educação Infantil	06 anos	03 anos
Maria	48 anos	Pedagogia	Educação Infantil e Gestão Escolar	20 anos	12 anos
Paula	33 anos	Pedagogia e Ciências Sociais	Séries Iniciais e Educação Infantil; Educação Especial e Inclusiva	08 anos	06 anos

#### 3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS E INSTRUMENTO

Para a coleta dos dados, foram realizadas entrevistas individuais com roteiro semiestruturado. O roteiro da entrevista abordou as seguintes temáticas: dados pessoais dos respondentes; concepções de jogos e brincadeiras; recursos lúdicos usados na prática pedagógica; os jogos e as brincadeiras e o desenvolvimento da criança.

Primeiramente, explicamos os objetivos da pesquisa aos entrevistados, que após esclarecimentos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, concordando em participar do estudo. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio, para posterior tratamento e análise dos dados.

#### 3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Para o tratamento dos dados, foi realizada a transcrição integral do áudio das entrevistas. Após a transcrição, foi realizada a leitura sistemática dos dados coletados e a análise foi feita de acordo com a Análise de Conteúdo Temática, adaptada da proposta de Bardin (2002).

Oliveira (2008, p.570) aponta que a Análise de Conteúdo “é uma técnica para produzir inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira objetivada [...] e é, em última análise, uma categoria de procedimentos explícitos de análise textual para fins de pesquisa social”.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 O LÚDICO COMO MEDIADOR DA APRENDIZAGEM

A realização das entrevistas com os professores nos permitiu apreender melhor as concepções que esses profissionais têm acerca do uso de jogos e de brincadeiras em sala de aula, como recurso da prática pedagógica.

Os nossos entrevistados entendem os jogos e as brincadeiras como recursos que permitem uma forma prazerosa de trabalhar com as crianças, uma ferramenta para a mediação do aprendizado de modo diferente, que permite que o professor supere métodos tradicionais de conduzir o processo de ensino-aprendizagem. Indo ao encontro dessa ideia, Vygotsky (*apud* WAJSKOP, 2009, p. 32) diz que “na brincadeira que a criança se comporta além do comportamento habitual de sua idade, além de seu comportamento diário. A criança vivencia uma experiência no brinquedo como se ela fosse maior do que é na realidade”.

Os dados apontaram que os professores compartilham a ideia de que o uso do recurso lúdico é eficaz na aprendizagem da criança, pois elas brincam sem pensar no ato de aprender, pois veem o jogo e a brincadeira como um lazer. O aprendizado pode ser constatado ao longo do tempo, porque mesmo não sabendo das regras, a criança tem o prazer em estar envolvida no ato de brincar com o jogo que tanto gosta.

Os participantes da pesquisa também dizem que o educador, enquanto mediador da aprendizagem deve saber utilizar diversos mecanismos lúdicos que estimulem a criança a fazer parte desse mundo tão rico e repleto de informações, como os jogos e as brincadeiras.

A criança na educação infantil... ela tem a visão que é o momento dela brincar. Até ela conhecer todo aquele ambiente, para ela o prazeroso é brincar. Você tem que envolver tanto de forma, de informação conteúdos metodológicas e também envolvendo esses jogos. Todos os dias na sala de aula têm jogos e brincadeiras (MARIA).

Reafirmando a posição das entrevistadas, Wajskop (2009, p.112) nos diz “que a brincadeira deva ocupar um espaço central na educação infantil, entendo que o professor é figura fundamental para que isso aconteça, criando os espaços, oferecendo-lhes material e partilhando das brincadeiras das crianças”.

O jogo, juntamente com a brincadeira, é visto como um estímulo para a criança se envolver e desenvolver habilidades. A presença de instrumentos lúdicos dentro do ambiente escolar é essencial, pois a partir deste contexto o aluno aprende

brincando, mobilizando a sua ação na experiência com o lúdico. A brincadeira, desse modo, permite a criança construir e entender a realidade que a cerca, como apontado por Teles (1997) e Macedo (2011), fato que permite a assimilação de novos conhecimentos.

Destacamos, nesse processo, a importância de ser valorizado o conhecimento prévio do aluno, conforme apreendemos das teorias de Piaget (1972, 1982) e Vygotsky (OLIVEIRA, 1992), pois é por meio dessa bagagem de conhecimentos que o educando trará consigo que o educador poderá desenvolver atividades de acordo com o nível de conhecimento de cada educando.

Para os nossos entrevistados, os jogos e as brincadeiras são aspectos basilares no processo de ensino-aprendizagem na Educação Infantil, pois estimulam o educando a ser mais participativo em sala de aula. Além da construção da socialização que é fundamental para sua convivência em sociedade. Essa ideia vai ao encontro da proposta de Piaget, que aponta que a experiência física e a interação social são aspectos importantes para o desenvolvimento da cognição do indivíduo (PIAGET, 1972). Assim, o uso de jogos e brincadeiras como recursos pedagógicos podem potencializar o processo de ensino-aprendizagem, dado o fato de esses recursos possibilitarem o contato das crianças com os objetos que a circundam e promoverem novas interações sociais.

O educador que se propõe a trabalhar com instrumentos lúdicos em sala de aula deve ter um propósito, objetivo claro e definido, para que esses recursos não fiquem apenas no ato da brincadeira ou do jogo em si, mas que possibilitem a (re)construção de informações e novos aprendizados.

Eu gosto muito de trabalhar com materiais concretos, porque leva a criança a curiosidade, ela quer descobrir. Quando você trabalhar com encenação de um livro infantil de uma história como “Chapeuzinho Vermelho”, leva a criança a ficar com mais curiosidade e querer descobrir sempre mais... eu acho que trabalho muito em sala de aula (MARIA).

Quando se trabalha com elementos lúdicos com a criança, ela consegue se desenvolver com maior facilidade, pois o lúdico desperta no educando a curiosidade em descobrir coisas novas e diferentes (AGUIAR, 1998). O material lúdico concreto é muito importante nesta fase da aprendizagem da criança, pois a criança consegue observar através do concreto aquilo que estava em seu imaginário. A criança aprende brincando, então como educador sempre é necessário estar inovando para proporcionar a elas uma aprendizagem de qualidade e eficaz.

Pontuamos, ainda, o fato de ser rico o trabalho com o lúdico em sala de aula. Cabe ao educador conhecer o perfil de seu educando para que possa encontrar métodos mais adequados para se trabalhar em sua aula, pois as crianças adoram fantoches, encenação de histórias infantil – conforme dizem os nossos entrevistados. O educador tem que explorar ao máximo essa questão para ter uma aula mais dinâmica e atraente.

Wajskop (2009, p. 35), apontando as ideias de Vygotsky:

[...] considera que a brincadeira cria para as crianças uma “zona de

desenvolvimento proximal” que não é outra coisa senão a distancia entre o nível atual de desenvolvimento, determinado pela capacidade de resolver independentemente um problema, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da resolução de um problema sob a orientação de um adulto ou com a colaboração de um companheiro mais capaz. Ainda segundo esse autor, a brincadeira possui três características: a imaginação, a imitação e a regra.

Os professores entrevistados relatam que uma das maiores dificuldades para ser trabalhar com os jogos e as brincadeiras dentro da Educação Infantil é devido às regras, pois elas não conseguem entender que para cada brincadeira e jogo existe uma regra a ser seguida. A fala da Professora Maria exemplifica essa questão: “É a questão das regras... Nessa faixa etária a criança tem muita dificuldade para obedecer a regras, pois elas acham que tudo é meu, que elas podem tudo, eu posso tudo, eu quero... em toda brincadeira tem uma regra”.

Entendemos que essa situação está relacionada à etapa de desenvolvimento da criança, pois essas professoras estão lidando com crianças que geralmente estão em um estágio de desenvolvimento no qual os seus comportamentos são permeados pelo egocentrismo, no estágio de desenvolvimento período pré-operatório, como aponta Piaget (MINDAL; VALENTE; STOLZ, 2012).

Piaget (*apud* WADSWORTH, 1999 p.76)

Caracterizou o pensamento e o comportamento de uma criança pré-operacional como egocêntrico. Isto é, a criança não pode assumir o papel ou o ponto de vista do outro. Ela acredita que todos pensam como ela e que todos pensam as mesmas coisas que ela. Como resultado, a criança nunca questiona os seus próprios pensamentos, pois eles são, até onde lhe concerne, os únicos pensamentos possíveis e, conseqüentemente, devem ser corretos.

As vivências da criança nessa fase são fundamentais para que ela assimile conhecimentos essenciais ao seu desenvolvimento, aspecto necessário para a promoção da aprendizagem.

Craidy (2001, p. 106) aponta que:

As regras e normas assumidas no brincar fazem com que as crianças se comportem de forma mais avançada daquilo que na sua idade seria peculiar. Elas têm que se esforçar para exibir o comportamento mais semelhante possível do real. Isso as impulsiona, conseqüentemente, para além do seu comportamento habitual.

Por isso a necessidade do acompanhamento e o participar do educador nas brincadeiras e nos jogos, pois ali ele consegue perceber a capacidade de concentração de cada educando e bem como seu lidar com as regras.

As professoras dizem também que é necessário que sejam criadas estratégias que prendam a atenção dos alunos, pois em alguns momentos as crianças não conseguem ficar presas durante um longo tempo em determinadas atividades. Assim, o educador tem a necessidade de inovar sempre suas aulas, trazendo elementos que atraia e prenda a atenção dos alunos. “A criança da educação infantil



ela se desperta com facilidade, ela não consegue ficar em uma atividade mais que dez minutos, pois a nossa criança é muito ativa, ela tem muita tecnologia a sua volta: televisão, celular, internet (PAULA)”.

As entrevistadas também apontaram aspectos favoráveis de se trabalhar com jogos e brincadeiras em sala de aula, sendo possível destacar, principalmente, o interesse das crianças. Quanto a esse aspecto, a professora Maria aponta: “as facilidades – é o envolvimento as crianças, elas se envolvem elas buscam, querem. Quando vai trabalhar o lúdico você tem um retorno imediato, retorno muito bom”.

Em virtude do que foi exposto, compartilhamos a ideia de Craidy (2001, p.105), que considera que o ato de:

[...] brincar proporciona a troca de pontos de vista diferentes, ajuda a perceber como os outros o vêem, auxilia a criação de interesses comuns, uma razão para que se possa interagir com o outro. Ele tem, em cada momento da vida criança, uma função, um significado diferente e especial para quem dele participa.

Destacamos desse modo, a importância do uso de jogos e brincadeiras em sala de aula, na Educação Infantil, como ferramentas para potencializar o processo de ensino-aprendizagem do educando, além do caráter socializador que essas ferramentas permitem as crianças.

#### 4.2 LUDICIDADE E DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Os nossos entrevistados apontam que o uso de recursos lúdicos em sala de aula funciona como um estímulo ao desenvolvimento da criança. Dizem que os alunos conseguem aprimorar a oralidade, a escrita e a socialização no ambiente escolar. Em alguns casos, ajuda alunos a lidar com a timidez e permite ao professor trabalhar alguns preconceitos.

Sobre essa questão, temos a fala de uma professora, que explicita o que foi apontado:

Com certeza, eu mesma eu tive um aluno que ele aprendeu a contar através dos jogos, ele aprendeu cores através dos jogos. Pra ele, não entrava na cabecinha dele números. Mas a gente apresenta pra eles, então ele conheceu números, cores através desses jogos (PAULA).

Segundo as professoras entrevistadas os recursos lúdicos parecem permitir ao educador perceber algumas características dos seus alunos, como: agressividade, timidez, apatia, dentre outras. Elas ainda consideram que isso é possível pelo fato de passarem mais tempo com as crianças do que os familiares, na maioria dos casos, devido os compromissos diários destes, como o compromisso com questões que envolvem o trabalho.

Conforme aponta uma entrevistada:

Muito importante, por que através dele você acaba conquistando, conhecendo, enfrenta novos desafios, pois através deste você propõe

momentos de prazer e momentos de descontração, mas também você ensina e aprende, você consegue descobrir crianças tímidas, você consegue descobrir crianças agressivas, você consegue descobrir crianças apáticas (PAULA).

É necessário que o educador perceba que o desenvolvimento ocorre de forma diferente para cada criança, e, por isso, cabe a ele promover mecanismos que possibilitem o aprendizado entre os alunos considerando a diversidade que há em sala de aula. Assim, é necessário que o educador atue como um mediador e que as suas intervenções pedagógicas não sejam cristalizadas. Cada criança se desenvolve e aprende em seu tempo e momento – cabe ao educador ser um estimulador para o desenvolvimento humano. Baseando-se nas ideias de Piaget, Vygotsky e Wallon, Craidy (2001, p.27) aponta que:

[...] a capacidade de conhecer e aprender se constrói a partir das trocas estabelecidas entre o sujeito e o meio. As teorias sociointeracionistas concebem, portanto, o desenvolvimento infantil como um processo dinâmico, pois as crianças não são passivas, meras receptoras das informações que estão à sua volta.

Assim, corroborando o que foi exposto acima, a criança necessita de estímulos para alcançar seu aprendizado e o educador, como mediador do processo educacional, deve proporcionar a ela mecanismos que favoreça a construção desse aprendizado.

Como pontua uma entrevistada:

Com Certeza, as crianças são como os dedos de nossas mãos, cada um é diferente. Por mais que mãe tenha cinco filhos, cada um vai ser diferente. Então na sala de aula não é diferente, cada criança tem seu tempo, tem seu momento e, às vezes, a gente aproveita essas crianças que tenham mais conhecimento, que desenvolve melhor, para tá colocando, agrupando, nesses grupos que, às vezes, que tem dois, três que não consegue se desenvolver melhor... Ou o professor tem aquela aproximação desses alunos na hora do desenvolvimento de atividades, de jogos, da atenção mais voltada pra eles, para eles conseguirem se desenvolver nesse momento (PAULA).

De acordo como o que foi ressaltado acima, vemos que não existe um modelo de intervenção ideal que possibilita um melhor desenvolvimento da criança. Cabe ao professor proporcionar essa aprendizagem.

Na visão Wajskop (2009, p.25):

A criança desenvolve-se pela experiência social, nas interações que estabelece, desde cedo, com a experiência sócio-histórica dos alunos e do mundo por eles criado. Dessa forma, a brincadeira é uma atividade humana na qual as crianças são introduzidas constituindo-se em um modo de assimilar e recriar a experiência sociocultural dos adultos.

Quanto ao desenvolvimento das crianças no decorrer do ano letivo, os entrevistados apontam que é possível ver o crescimento da criança – a superação de medos, a construção de novos mundos e realidades – destacando, principalmente, a interação com os demais colegas da turma.

Brougère (*apud* WAJSKOP, 2009, p.29) diz que:

[...] a brincadeira é uma mutação do sentido, da realidade: nele, as coisas transformam-se em outras. É um espaço à margem da vida cotidiana que obedece a regras criadas pela circunstância. Nele, os objetos podem apresentar-se com significado diferente daquele que possuem normalmente.

Quando falamos em Educação Infantil, acreditamos que a primeira imagem que vem a cabeça de muitas pessoas é o ato de brincar. Entretanto, parece que, geralmente, não há uma associação direta entre a brincadeira e o jogo com o processo de desenvolvimento do educando. Desse modo, apontamos que não basta a criança brincar, é necessário que o recurso lúdico tenha um objetivo e seja bem escolhido para promover esse desenvolvimento. Todo processo de educar deve ser embasado em uma fundamentação metodológica, para que em sua prática o educador possa proporcionar ao educando experiências que promovam o aprendizado.

Portanto, a brincadeira não pode ser apenas um faz de conta ou um passatempo, é necessário que o educador aproveite e torne o ato de brincar uma forma que desperte no educando o interesse em aprender (WAJSKOP, 2009).

#### 4.3 CONSTRUINDO BASES PARA A ALFABETIZAÇÃO

De acordo com o relato das entrevistadas a alfabetização não acontece na Educação Infantil. Há apenas a preparação da criança que será inserida nas séries iniciais da Educação Básica. Assim, ao educando são apresentados os numerais, o alfabeto, que será base para a continuidade do processo de aprendizagem posterior. Para isso, os recursos lúdicos podem, e devem ser bem explorados como recurso pedagógico.

Assim, na Educação Infantil o educador não tem a responsabilidade de alfabetizar o educando, mas deve se preocupar com o desenvolvimento intelectual e cognitivo, proporcionando ao educando momentos de participação, interação e socialização com os demais colegas. Para que este processo de desenvolvimento aconteça é fundamental que o educando desfrute de recursos lúdicos, explorando as brincadeiras, os jogos e a imaginação.

Acerca da ideia apresentada acima, a resolução 05, de 2009, do Conselho Nacional de Educação nos diz que:

Art. 3º O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

Art. 4º As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja,

aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009, sp).

Na Educação Infantil é passado para a criança tudo aquilo que dá base para sua formação, seu desenvolvimento, no processo educacional. Dessa forma, é importante que o educador proporcione ao aluno estímulos que favoreçam o envolvimento da criança com a escola – evitando situações que podem ser traumáticas ou que bloqueiem o contato da criança com a escola.

Desse modo, entendemos que a inserção inicial da criança na escola deve promover o interesse nela para a aquisição de novos conhecimentos e para que ela vivencie experiências que sejam facilitadoras do processo de alfabetização. Acreditamos que se o contato inicial da criança com a escola for permeado por experiências negativas, ela poderá ter prejuízos no decorrer do processo educacional, para além da educação infantil.

Na educação infantil não se trata de alfabetizar, se trata de ter conhecimento, a base para as series iniciais. No caso, início para alfabetização. Na educação infantil a gente não se preocupa em alfabetizar, a gente se preocupa em eles terem conhecimento, a socialização, socializar com brincadeiras, com regras, então a gente não se preocupa nessa questão de escrita e alfabetização (PAULA).

Pontuamos, mais uma vez, a importância que os recursos lúdicos, quando bem usados, podem ter para uma inserção escolar mais saudável das crianças da educação infantil.

#### 4.4 O EDUCADOR COMO AGENTE DA ESTIMULAÇÃO

Na Educação Infantil a estimulação é essencial, pois ajuda a criança a se sentir segura e confiante para buscar conhecimentos novos e superar suas dificuldades.

De acordo com uma educadora entrevistada:

Através de elogios a criança ela é estimulada a todo o tempo. Se você não a envolve ou estimula e elogia as suas conquistas, as suas vitórias, eles não querem mais fazer. Então se ele conseguiu, mesmo que ele não consiga o que você espera, você tem que incentivar, estimular e elogiar (PAULA).

Dentro dessa estimulação destacamos o uso de recursos tecnológicos, que podem ser meios de se construir aulas diferenciadas. A tecnologia pode permitir ao educador trazer as inovações para a sala de aula, para que ele construa práticas que sejam diferentes das tradicionalmente usadas. Por meio de metodologias que sejam apoiadas em recursos tecnológicos que prendam a atenção dos alunos, o professor também pode estimular o educando a ser agente do seu aprendizado.

Eu vejo que é muito importante... Por igual eu vejo hoje em dia crianças que jogam jogos em computador. Se no meio em que vive se ela tem esse contato, tem essa tecnologia, eu creio que ajuda bastante, mas eu acho que tem que começar na educação infantil, por que eu vejo que... Igual a matemática, tem muitos jogos que ajuda, brincadeiras (ANA).

Esses meios utilizados na Educação Infantil podem proporcionar que a criança se interesse pelo processo de ensino-aprendizagem e que elas despertem o interesse pela busca de novos aprendizados, sempre buscando algo novo. Como aponta Mosé (2013), para atender uma criança contemporânea é necessário que ela saiba interagir com as novas ferramentas tecnológicas, como a internet, e que a escola consiga despertar o interesse na criança pela pesquisa, para que ela sempre busque novos conhecimentos.

Sabemos que em muitos casos a escola não possui instrumentos e recursos adequados para se trabalhar com as crianças, entretanto o professor deve saber buscar novos mecanismos para ser empregados em sala de aula, que supra a carência de alguns materiais, para que o processo educativo não seja prejudicado.

A educação infantil é municipal. As tecnologias que tem ali praticamente são precárias. DVD que tem, algumas vezes... Leva ou pega emprestado, o que tem não funciona, ou sem pilha no... Espaço é pequeno, televisão também não é muito boa, não é comprado equipamento para educação infantil. Então assim a tecnologia que a gente tem lá é o aparelho de som, que, às vezes, também não funciona. A gente pega emprestado um com o outro. Tem grandes coisas para ser usar na educação infantil, mas é que a gente produz e o que tem na sala mesmo (PAULA).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado, que teve como objetivo geral investigar como os educadores adotam os jogos e as brincadeiras como ferramentas para a prática pedagógica na Educação Infantil e quais contribuições essa prática pode ter no processo de ensino-aprendizagem do aluno, nos permitiu a familiaridade com o tema estudado e a realização de análises interessantes.

Ao utilizar jogos e brincadeiras na sala de aula, as educadoras demonstram ter uma visão ampla sobre a importância destes instrumentos no desenvolvimento cognitivo, afetivo, psicológico, motor e social do educando. Por isso, acreditam que o lúdico deve estar introduzido no dia a dia e na rotina de aula da Educação Infantil.

Foi possível ainda apontar que os recursos lúdicos favorecem e proporcionam uma aprendizagem de forma prazerosa e eficaz, considerando que os jogos e as brincadeiras podem potencializar o processo de aquisição e construção de conhecimentos. Estes mecanismos auxiliam na interação entre o meio e o indivíduo, promovendo a socialização das crianças.

Quanto aos principais benefícios encontrados pelos educadores ao se trabalhar com jogos e brincadeiras, destacamos a participação, a interação e a socialização dos educandos no decorrer da aula. Assim, as educadoras consideram que o processo educacional fica muito mais interessante e atraente, sendo possível ocorrer uma aprendizagem com maior facilidade.

Sobre o uso de jogos e brincadeiras como recurso pedagógico para proporcionar ao educando conhecimentos básicos para a educação, cabe ao educador se aprimorar

e utilizar desses meios para a transmissão de tais conhecimentos, socialização, respeito, valores entre outros.

Em suma, o trabalho demonstrou que o uso de recursos lúdicos como instrumentos auxiliares para a mediação do ensino na Educação Infantil permite ao professor construir estratégias pedagógicas que favorecem o processo de ensino-aprendizagem das crianças que estão se inserindo na escola. Além disso, quando bem utilizados, esses recursos podem ser mecanismos que proporcionam o desenvolvimento das crianças: físico, social e psicológico.

Acreditamos que o uso de práticas lúdicas – quando bem planejadas e contextualizadas com a realidade do educando – permite ao professor abrir novos caminhos para a mediação do conhecimento.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, João Serapião de. **Jogos para o ensino de conceitos: leitura e escrita na pré-escola**, 2 Ed. São Paulo: Papirus, 1998.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=12992:diretrizes-para-a-educacao-basica](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12992:diretrizes-para-a-educacao-basica) acesso em: 24 de outubro de 2013

CRAIDY, Carmen Maria e Gládis Elise P. da Silva Koercher. **Educação Infantil: para que te quero?** Porto Alegre: Artemed. Editora, 2001.

KISHIMOTO. Tizuko Morchida. **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Cengage learning, 2011.

MACEDO, Lino de. **O Jogo como elo entre o culto e a cultura**. Nova Escola, São Paulo, n.39, p.16-19, nov, 2011.

MINDAL, C. B.; VALENTE, T. S.; STOLZ, T. **Psicologia da Educação**. Curitiba: Imprensa da UFPR, 2012. Disponível em: [http://ufpr.cleveron.com.br/arquivos/ET\\_439/Caderno\\_Psicologia\\_Educacao.pdf](http://ufpr.cleveron.com.br/arquivos/ET_439/Caderno_Psicologia_Educacao.pdf). Acesso em: 15 agosto 2013.

MOSÉ, V. **A escola e os desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

OLIVEIRA, D. C. A. Análise de Conteúdo Temático-Categorial: uma proposta de sistematização. **Ver. Enferm.** UERJ, Rio de Janeiro, v.16, n.4, p. 569-576, 2008.

OLIVEIRA, M. K. Vygotsky e o processo de formação de conceitos. In: LA TAILLE, Y.; OLIVEIRA, M. K.; DANTAS, H. **Piaget, Vygostky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992. p. 23-34.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos (org). **Educação Infantil: Muitos olhares**. 5º Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PIAGET, J. development and learning. In: LAVATTELLY, C. S; STENDLER, F. **Reading in child behavior and development**. New York: Hartcourt Brace Janovich, 1972.

\_\_\_\_\_. Gênese e estrutura na psicologia da inteligência. In: \_\_\_\_\_. **Seis estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 133-144.

TELES, Maria Luiza Silveira. **Socorro! É proibido brincar**. São Paulo : vozes, 1997.

WADSWORTH, Barry J. **Inteligência e afetividade da criança na teoria de Piaget**. 5.ed. São Paulo: Pioneira:1999. p. 75-77

WAJSKOP, Gisela. **Brincar na pré-escola**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

## **PRODUÇÃO TEXTUAL: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE METODOLOGIA, APLICAÇÃO, LEITURA E COMPREENSÃO**

Adelson Couto De Oliveira<sup>4</sup>  
Anílton Almeida Purcino<sup>5</sup>  
Jocely Fonseca De Souza<sup>6</sup>  
Nathiele Castro<sup>7</sup>

### **RESUMO**

O presente artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica que procurou encontrar respostas na área da produção de textos nas escolas. Toda pesquisa foi feita com referência a autores renomados no campo de Língua Portuguesa e também baseada nos métodos de ensino que os PCN's impõem. Foi observada uma falha no que se refere à aplicação e no que se diz quando se relaciona aluno e suas preferências com a questão tempo e trabalho eficaz por parte do professor. Contudo as falhas notadas não ficam conseqüentemente na responsabilidade dos professores, pois o Estado que realça normas e quer que elas sejam seguidas à risca não permite que alunos reprovem e assim são jogados sem conhecimento algum para as próximas séries, o que em outros termos pode ser chamado de crime contra o conhecimento infantil que refletirá na vida adulta.

**PALAVRAS-CHAVE:** Texto; Produção; Interpretação; Metodologia.

### **ABSTRACT**

This article is the result of a literature that has tried to find answers in the production of texts in schools. All research was conducted with reference to renowned authors in the field of Portuguese and also based on the teaching methods that the PCN's pose. Failure was observed regarding the implementation and that when said relates pupil and preferences to the issue time and labor effective by the teacher. But the flaws are not noticeable consequently the responsibility of teachers because the state that emphasizes standards and want them to be followed strictly does not allow students rebuke and so are played without any knowledge to the next series, which in other terms can be called a crime against children that reflect knowledge in adulthood.

**WORD-KEY:** Text; Production; Interpretation; Methodology.

---

<sup>4</sup> Estudante do curso de Letras Português/Inglês da Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

<sup>5</sup> Estudante do curso de Letras Português/Inglês da Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

<sup>6</sup> Estudante do curso de Letras Português/Inglês da Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

<sup>7</sup> Estudante do curso de Letras Português/Inglês da Faculdade Capixaba de Nova Venécia.



## 1 INTRODUÇÃO

Colocar princípios de uma boa produção textual nos alunos é um dos maiores (senão o maior) desafio na vida do professor de Língua Portuguesa, pois convencer o aprendiz dos conceitos e métodos para uma efetiva concretização do adquirido nas aulas durante anos de escola necessitará de tempo e paciência por ambas as partes. Escrever seria um processo crítico e meticuloso, capaz de salientar pontos descritos, enaltecer ideias já formuladas e identificar conceitos desconhecidos. Com a prática de produção, o estudante é inserido num campo de pesquisa e descoberta e, aos poucos, informações novas serão arquivadas no seu campo cognitivo e assim, as potencialidades para ser um bom leitor e escritor são geradas.

O presente artigo irá mencionar as práticas atuais de gestão escolar, a fazer referência dos Parâmetros Curriculares Nacionais da educação e suas contribuições e indicações para o desenvolvimento do ensino no Brasil. Analisando fatos e situações advindas da rede escolar, é possível afirmar a precariedade que muitos alunos avançam as séries, porém são incapazes de estar naquele estágio de ciclo educacional. Há ainda uma queixa maior quando dos professores que se dá pelos alunos não conseguirem refletir a partir de um texto proposto e ficam dispersos de uma análise. O Brasil contemporâneo desviou do discente a capacidade de pensamento crítico, astuto, laborioso, perspicaz e principalmente da reflexão sobre diversos valores da vida e da escola.

A leitura associada à prática da escrita evidenciará o verdadeiro potencial do aluno no seu trabalho. A escola que não valoriza a leitura e priva as crianças e jovens desta prática corrompe todo o futuro profissional desses. Muito universitários são infelizes atualmente em seu desenvolvimento intelectual, pois não conseguiram se afirmar em tais bases no processo de educação inicial. Consta-se que, ler por ler (sem reflexão), apenas fará do aluno um ser mecânico e sem vontade no momento de criar o seu enredo particular.

É importante ressaltar o tipo de literatura aplicada em sala de aula, pois dependendo do nível de intelecto que os educandos apresentam a temática proposta não se adequará ou será o suficiente para atender as urgências daqueles estudantes. Os diversos gêneros literários existentes, associados com os mais diferentes métodos de prática de ensino possibilitarão a clareza e a compreensão do aluno para a efetivação do conhecimento assimilado.

O presente artigo ainda relacionará sobre um bom conhecimento gramatical que deve estar presente em cada estudante, pois uma boa noção de gramática associado à produção de texto, implica em um texto coerente e coeso. A aplicação das normas da Língua Portuguesa não é querer reverter o aluno a uma gramática cristalizada ou imparcial perante as divergências científicas existentes, entretanto é, adaptá-lo a ideia reflexiva e concisa de verificar as possíveis soluções para que seu trabalho textual tenha efeito garantido. Contudo é importante salientar que a leitura sagaz provoca mudanças na escrita e na conduta de uma pessoa para com o que ele requer da vida.

## 2 A METODOLOGIA COMO FATOR INICIAL NA PRODUÇÃO TEXTUAL

Na relação de aprendizado entre professor e aluno pode-se observar que uma das funções que mais tem que auxiliar o docente é a metodologia, ela é o marco inicial que irá construir uma série de etapas para a formação de uma boa aula, e conseqüentemente um bom aprendizado. Os conceitos pragmáticos para serem retirados de um texto só irão se concretizar dependendo da forma que o professor se preparar e se esforçar para ter um melhor sucesso. Contudo é necessário analisar as propostas metodológicas, onde se firmar e em que se apoiar para que haja uma resposta em relação à aprendizagem dos alunos.

No que diz respeito ao ensino da Língua Portuguesa nas escolas brasileiras há uma importância no que se referem aos métodos, eles são importantes desde o início da alfabetização, essa importância se dá porque o que se aprende em regras de português deve ser levado para fora das salas, Barbosa diz que:

...desde que se entenda por alfabetizado o indivíduo que, através do ensino ministrado, adquire o hábito de oralizar a língua escrita, pois este é o comportamento que as metodologias da alfabetização se propõe a realizar. Aliás, parece que esse foi, desde sempre, o objetivo que a escola dos rudimentos da capacidade de ler, escrever e contar buscou atingir. (BARBOSA, p. 30. 1994)

Na premissa lançada por Barbosa (1994), verifica-se que os métodos aplicados devem ser eficazes e façam o interesse e o aprendizado virem à mente dos alunos, e ele continua “A difusão da alfabetização garantiu, então, a expansão de certa modalidade de leitura à grande maioria do corpo social” (p. 30) a gama de recursos que se têm quando se aprende a ler é enorme, basta pensar como seria se o português fosse aplicado corretamente na forma que requer a disciplina. Mas e quando é pego um campo inicial (o começo da alfabetização) e a base foi fraca, será um pouco complicado reverter isso dos interesses que o docente do ensino fundamental terá daí em diante haverá um esforço maior por parte do professor ou então o aprendizado do aluno continuará fraco. Como fazer um aluno que não gostar de ler ou não teve um bom ensino primário aprender sobre todas as regras gramaticais que a Língua Portuguesa apresenta?

Baseados nos motivos do aprendizado, será observada a eficácia dos métodos apresentados nos PCNs que estão em posse de boa parte das escolas públicas brasileiras. Ele, assim como a gramática traz regras a serem seguidas e trabalhadas pelo docente, e essas facilitam o trabalho e aumentam as chances de sucesso, pois a finalidade deles é “contribuir com técnicos e professores no processo de revisão e elaboração de propostas didáticas” (PCN, 1998, p. 13).

O PCN tem como objetivo aplicar técnicas para o professor por em prática, para a melhoria de suas aulas. Junto com a escola eles vão amplificar a eficácia dos procedimentos, mas parece que não está havendo essa relação escola-pcn-professor, pois as didáticas estão ficando mais distantes que é observado nos parâmetros, dá um parecer que os mesmos estão ficando somente empoeirados nas estantes das bibliotecas.

Quando se olha para os PCNs é observada uma gama de recursos didáticos, que, se o professor não pode lançar mão, principalmente se tratando de Língua Portuguesa, umas das mais complexas disciplinas. Ele traz a importância de colocar textos contextualizados para a prática de ensino “As práticas de linguagem são uma tonalidade; não podem, na escola, ser apresentadas de maneira fragmentada, sob pena de não se tornarem reconhecíveis e de terem sua aprendizagem inviabilizada” (PCN, 1998, p. 36).

Em relação ao ensino, um dos objetivos esperados é que:

O aluno amplie, progressivamente, o conjunto de conhecimentos discursivos, semânticos e gramaticais envolvidos na construção dos sentidos do texto (PCN, 1998, p. 49.).

Não se trata de ensinar o aluno a falar, pois como afirma Marcuschi (2008). “... ao chegarem à escola, a criança, o adolescente ou o adulto já sabem a língua” (p.54).

Marcuschi (2008), assim como tantos linguistas, enfatiza o ensino das regras gramaticais da língua, não de ensinar um indivíduo a falar, principalmente se tratando das séries iniciais ele retrata que “... há um deslocamento da função da escola como voltada exclusivamente para o ensino da escrita... o trabalho em língua materna parte do enunciado e suas condições de produção para entender bem o texto” (p. 55). Nesse caso o autor preserva as condições dos métodos, pois as etapas escolhidas pelo professor devem atender esses quesitos olhar as necessidades dos alunos e completar as sentenças e conceitos dos objetos de estudo da gramática, já que a pragmática já está em virtude em quem começa os estudos, pois “Se alguém é falante de uma língua, ele domina as regras dessa língua”. (Marcuschi, 2008, p. 56).

Espera-se que nas séries iniciais o discente aprenda com muita destreza as regras gramaticais, pois elas são o começo para uma boa produção textual, como já frisado aqui, ele não necessitará aprender a falar, mas como consequência de uma boa aplicação da matéria pelo professor, além de escrever bem também irá começar a se comunicar melhor. Por isso deve haver a vontade dos professores se manterem nos métodos trazidos pelos PCN's.

O que se mostra afinal é um perspectiva de ensino melhorado, métodos são para serem trabalhados, mas será que realmente dá para levar em consideração o que é visto nos PCNs, lembrando que alguns alunos chegam ao ensino fundamental sem saber ler, então como o docente vai levar adiante as práticas elaboradas nos parâmetros curriculares? Deve haver uma liberdade além dos parâmetros e um trabalho menos forçado do governo em busca de notas mais altas e nada de conhecimento. A força de cima altera o que o educador poderia fazer por alguns alunos, a colocação metodológica tem que ser praticada, mas com certeza ele não pode fazer muito quando o Estado quer somente estatísticas.

### 3 O HÁBITO DE LER E SUAS MELHORIAS NAS DISSERTAÇÕES

#### 3.1 AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA A FORMAÇÃO DE UM BOM ESCRITOR

Já é do saber de todos que, para ser um bom escritor é preciso ser um bom leitor. É nessa certeza que será levada essa seção, analisando a importância dos textos e as pragmáticas que os alunos percebem. Com base em Filipouski é analisada a qualidade de uma leitura crítica e como ela age no leitor fazendo-o pensar em tantas possibilidades que um escritor de poemas ou de prosas lhe permite tirar, segundo ela:

A leitura crítica permite recuperar o contexto de produção: quem escreveu, com que intenção, quem era o interlocutor imaginado pelo poeta, etc., e fornece elementos para os alunos reconhecerem as escolhas feitas pelo poeta entre os discursos circulares, identificando, por exemplo, os usos da linguagem coloquial que são apropriados pela linguagem literária. (FILIPOUSKI, 2009, p. 104).

Tirar conclusões explícitas ou implícitas em uma obra só acontecerão com a leitura frequente, Filipouski na sua obra que ajuda e auxilia o professor na didática, sempre retoma as atividades após leituras, pois a base para construções vem delas e permanecem com o indivíduo. As atividades de Ana Maria em um sentido geral buscam a melhoria e o aumento do interesse dos alunos pela literatura, porém não descarta as chances de criação de textos bem argumentativos, e se tratando de formas pedagógicas faz a seguinte afirmação:

Atividades de construir sentidos conjuntamente estão sempre no centro da leitura que procura ampliar oportunidades de letramento. A reflexão sobre a língua com sistema, ainda que corresponda a uma especificidade da disciplina, está submetida à centralidade do sentido da leitura como ação, prática social. (FILIPOUSKI, 2009, p. 11)

Com toda essa importância da leitura para uma boa produção de texto, será que os professores estão levando a leitura para as salas de aula? No livro de Irandé Antunes é visto algumas respostas, mas que não partem dos professores e sim dos alunos, eles (os alunos) foram perguntados “se liam durante as aulas de português?” Ele obteve algumas das respostas abaixo:

“Nunca porque não sobrava tempo. Nunca porque não dá tempo. Nunca porque a professora achava que perderia muito tempo de aula. Pouco, porque nos primeiros anos escolares eu fiz é muito exercício. A professora dava a matéria, explicava e nunca deu uma aula de leitura. A gente lia apenas o livro da matéria. Os professores se preocupam com a gramática e com a redação”. (ANTUNES, 2003, p. 29)

Em algumas respostas fica claro que nas aulas não sobra tempo para se trabalhar a leitura, mas em outros casos dá pra enxergar a falta de vontade dos professores em relação ao hábito de ler, isso em certo ponto atrapalha o eixo pragmático dos leitores do ensino fundamental, porque os conceitos das regras gramaticais irão entrar no contexto da aprendizagem, porém de certa forma ficarão vazias pela de leitura.

Outra resposta a se observar é a da professora que só fazia os alunos lerem o livro da matéria, o que de uma forma percebe-se que há uma leitura nas aulas, porém é uma leitura limitada, o que na maioria das vezes não atende as expectativas do discente, e que também percebe que o hábito de ler deve ser um círculo vicioso preparado pelo próprio professor, pois ele entende os alunos, é o detentor do saber e conhece as necessidades dos discentes como afirma Matta:

“Entretanto, não se pode esquecer de que, pela lógica, o professor detém um saber acumulado historicamente pela herança cultural do mundo da escrita e, assim, ele deve ser um “negociador” junto aos seus alunos na apreensão dos possíveis sentidos de um determinado texto, mostrando-lhes as pistas, mais evidentes ou implícitas, inerentes aos diferentes níveis que constituem a construção textual”. (MATTA, 2009, p. 78.).

E continua “Para atingir objetivos mais consistentes nas atividades de leitura, interessante é começar por textos que se identifiquem com a realidade da turma em que atuamos” (2009, p. 80), nessa perspectiva observa-se que ele não pode recuar, mesmo sabendo das dificuldades, porque a falta de leitura traz falta de conhecimento, e esse por sua vez se torna um castigo para os alunos.

Ainda analisando as respostas obtidas por Antunes em sua pesquisa, é de suma importância relatar as respostas abaixo, essas dadas quando perguntaram aos alunos “Por que não há tempo para leitura em sala de aula?”

Porque tinha que ir com a matéria pra frente. Porque foram poucos os professores que mandaram ler. Porque se lêssemos não ia dar tempo para aprender toda a matéria. Porque atrapalha o professor em suas explicações. Porque não é possível perder uma aula de português para ler um livro. Porque as aulas eram mais importantes. Porque a professora acha que não estamos preparados para ler livros. (ANTUNES, 2003, p. 30.)

Observando essas respostas começa-se a ter uma visão ilimitada da escassez de uma política de ensino mais apropriada e voltada para a leitura. Note que por um lado há alunos demonstrando as características dos docentes, citando que há muita pressa, relatando sobre o atraso nas explicações e em uma atitude severa dizendo que os alunos não estão preparados para lerem, não sabendo que a responsabilidade de formar bons leitores e do próprio professor, como é visto nos PCNs “No processo de textos escritos, espera-se que o aluno leia, de maneira autônoma, textos de gêneros e temas com os quais tenha construído uma familiaridade” (1998, p. 49,50).

É de total importância salientar sobre o recurso da leitura e que ela é um elo que contribui na progressão do pragmatismo, e traz recursos para melhorias nas produções textuais, mas considerando as respostas dos discentes fica a questão do por que ela não está sendo inserida nas aulas, e conseqüentemente não faz que o hábito de ler seja rotina na vida dos alunos.

Contudo “Formar leitores é algo que requer condições favoráveis, não só em relação aos recursos materiais disponíveis, mas, principalmente, em relação ao uso que se faz deles nas práticas de leitura” (PCN, 1998, p. 71), o princípio de leitura não se limita à sala de aula, nessa premissa será de extrema importância salientar que, não somente haverá uma visão das obras trabalhadas (que reúnem verossimilhança e

inverossimilhança), como também um censo crítico e os alunos terão uma grande inteligência em relação à observação e ao entendimento, e juntando essa gama de recursos haverá um manejo de escrita e conseqüentemente a formação de bons textos.

A produção textual de um aluno refletirá o que ele entende dos textos e obras trabalhadas na classe. Certamente ele será como um cientista que quanto mais procura provas, mais argumentos têm em seu favor. O pré-conhecimento do que será escrito e totalmente relevante, e o método que Alexandre explica é feito e com muita frequência nas aulas, produções e estilos (que com pouca frequência) são trabalhados em classe, neles os professores deveriam desafiar os discentes a ler para ter uma melhor escrita, Raposo afirma que:

Para escrever qualquer coisa, vocês antes precisam ter o que dizer. Para fazê-lo, precisam analisar o objeto de seu texto, enumerar os seus elementos de modo metódico e tê-los muito claros em sua mente antes de começarem a redigir o texto final. (*Apud*, MONTEIRO, 2005)

### 3.2 TIPOS DE TEXTOS QUE CAUSAM REFLEXÃO E MELHORIAS NO PROCESSO DE CRIAÇÃO DE REDAÇÃO

Quais gêneros textuais trabalhar na classe escolar? Bem, essa é uma pergunta que deve ser frequentemente feita pelos docentes, pois os textos devem dar uma base para os alunos, para que os mesmos através deles tenham uma forte característica de criação. Maria Helena Neves salienta a necessidade trabalhar enunciados que geralmente causam uma reflexão, segundo ela (2010, p. 203) “Uma sentença que presumivelmente contenha apenas informação semântica e que não apresente função pragmática realmente não existe na comunicação, apenas pode representar um segmento isolado de seu contexto, para fins de análise”. Fica claro que, o que os alunos veem em classe é fundamental para expandir o seu ambiente crítico, e que se os enunciados forem transmitidos sem que haja o pragmatismo (ou uma base de entendimento acessível à idade) não haverá repasse de criatividade discursiva.

Os estilos literários são uma realidade nas escolas públicas, e é por isso que vêm sendo ensinado há tanto tempo, mas será que eles suprem as necessidades dos alunos que estão estudando? Será que os alunos realmente entendem toda a religiosidade do homem barroco, as mulheres idealizadas da primeira fase do romantismo ou então toda a busca de morte da segunda geração desse mesmo estilo? Esse que é o fato a ser discutido, obras enormes para serem trabalhadas (obrigatoriamente colocada no currículo educacional do ensino fundamental) e que os discentes mal leram alguns desses textos.

João Torto toca nesse assunto, dizendo que:

Afinal, os livros didáticos, o material apostilado e a lista de livros dos vestibulares – que servem de referência para a seleção dos textos presentes no material didático-- decidem e impõem o que deve ser lido na escola e os textos que podem circular nesse espaço... mesmo que dispunham de materiais já prontos, os professores costumam se interrogar se devem escolher textos mais “fáceis” ou mais “difíceis”. (TORTO, 2012)

Esse pensamento de Torto pode ter uma melhora argumentativa com o pensamento de Possenti, que diz de uma forma clara sobre os textos curtos nas escolas, porém para ele não pode ser qualquer obra e de qualquer autor, mas de algo com características finas e que eleva o entendimento e desta forma contribui para a criação de outros, Possenti diz o seguinte:

Tenho insistido na leitura de textos curtos na sala de aula. Não de quaisquer textos, mas daqueles com determinadas características, tanto de forma quanto de sentido, que obrigam a uma descrição e a uma interpretação um pouco mais fina. (POSSENTI, 2012)

Os textos curtos serão bem vindos e aproveitados pelos professores e também pelos alunos. Porém esses escritos devem ser objetivos, assim todas as áreas literárias serão abrangidas de forma concisa. Essa nova forma adotada pelas escolas, vem contribuindo com o interesse pela leitura. Já que a cada dia os alunos deixam o prazer de ler para fazer coisas que não contribuem para o crescimento intelectual deles.

A escola tem que formar pessoas críticas, cidadãos aptos a se colocarem perante um tema e escreverem perfeitamente sobre ele, mas não serão somente os textos literários que terão essa serventia, os PCNs enfatizam que, os textos também devem conter conteúdo de imprensa como notícia, artigo, carta do leitor, entrevista, e também de divulgação científica como relatório de experiências e esquema e resumo de artigos ou verbetes de enciclopédia (Pág. 57. 2008), isso tudo é porque essa formação vai além das formas e características dos estilos de época e Raymundo Lima ressalta isso, para ele:

... não basta insistir-se num ensino pretensamente crítico só porque leva o aluno a repetir as frases de efeito proferidas pelo professor contra o isto ou aquilo, no fundo, visando ser incluído num grupo social supostamente mais conscientizado. É preciso aprofundar o saber sobre o que é formar um cidadão crítico hoje, que difere sobre ser crítico na época da ditadura militar. Hoje, o propósito de construir um sujeito crítico deve vir junto com a construção de um “sujeito-leitor-crítico”, com seu direito de se posicionar de modo independente e formular um pensamento consistente e estilizado sobre o que leu, tanto oral como escrito. (LIMA, 2007).

Voltando para Marcuschi (2008) que trata esses gêneros como algo que vai recebendo a partir da vida cotidiana. Para ele o que se reproduz em cada texto comunicativo são gêneros que não surgem naturalmente, mas se constroem na interação comunicativa e são fenômenos sociointerativos. A questão é sobre a reflexão e o que ela ajuda na produção, o que para Neves (2010, p. 173) “as piadas são textos particularmente provocadores de reflexão e instigantes”, porém nos PCNs não há uma linha teórica prática para aplicação desse gênero, visto que haveria de ter, pois as piadas também entram no campo de gêneros que se constroem na interação comunicativa, abordado por Luís Antônio Marchuschi.

Contudo é necessário observar que deve haver uma diferenciação de trabalho entre textos literários (e suas narrativas) e os textos dos demais gêneros, pois esses são apenas títulos para facilitação de enunciados, o que Filipouski diz com clareza:

Assim como nos demais gêneros, os aspectos da teoria da narrativa são instrumentos de análise crítica do professor, mobilizados, em trabalhos de

socialização das leituras, como recursos de compreensão estética, e não devem ser confundidos com conteúdo do ensino de literatura. (FILIPOUSKI, 2009, p. 19).

Os estilos literários juntamente com os gêneros dramático, lírico e narrativo devem ser colocados no cronograma estudantil, isso é claro e evidente, eles em si na visão de Filipouski (2009) trazem expressão de competência linguística e oferece visões peculiares do homem e do mundo, o que faz com que o leitor questione o mundo e faça perguntas para ele mesmo, e dessa maneira traga respostas e melhorias para a vida cotidiana. No entanto as piadas e as crônicas são gêneros que focalizam o que acontece em nosso meio, o que pode acontecer a qualquer momento com qualquer pessoa no mundo, esses gêneros trazem riqueza e de uma forma mais abrangente chamam a atenção do estudante.

Qual aluno não iria querer relatar algo que aconteceu com ele? Qual aluno não iria gostar de contar uma piada e fazer a classe toda rir? Então porque não dá essa liberdade, não utilizar essa característica em prol de melhores produções de texto? Não se trata de deixar os estilos de época de lado, não é para colocar as obras clássicas nas estantes, porque elas têm papéis importantes tanto na formação de cidadão quanto na recepção de perguntas na sociedade, como foi argumentado no parágrafo anterior. Todavia, há uma grande vontade das crianças contarem (escrito ou oralmente) suas experiências de vida, e Juvêncio menciona isso:

Toda criança tem um repertório de conhecimentos acumulados e organizados no decorrer de sua experiência de vida. E esse acervo de conhecimentos funciona como um esquema de assimilação, como uma teoria explicativa do mundo. (JUVÊNCIO. 1994, p. 71.).

Deve-se usar esta temática de textos para apenas complementar o que os alunos já têm em mente, seria algo desnecessário pedir a eles para sintetizar escritas de obras literárias ou fazer textos parecidos, a realidade deles não se enquadra claramente nas várias figuras de linguagem que tais obras trazem. A ideia aqui não é fazer com que os aprendizes criem crônicas e piadas pelo resto da vida, mas que por meio delas seja possível acrescentar qualquer outra tipologia textual. Pois o domínio discursivo “não abrange um gênero em particular, mas dá origem a vários deles, já que os gêneros são institucionalmente marcados” (MARCUSCHI, 2009, p. 155).

O que se mostra afinal são dois pontos em foco: o primeiro se dá pelo fato de que as obras literárias dos estilos de época são pertencentes aos estudos nas escolas públicas, elas têm seus valores e devem ser trabalhadas, pois mostram um marco histórico-social, já que elas possuem características peculiares e trazem conhecimento histórico, mas por outro lado essas mesmas são recheadas de figuras de linguagem, o que na gramática de hoje podem ser consideradas um bicho papão, sem falar das subjetividades e das tantas informações que ficam implícitas. Certamente é para ser abordado nos ensinamentos, porém com menos cobrança que se tem hoje, porque “a leitura depende não apenas do contexto linguístico do texto, mas também do contexto extralinguístico de sua produção e circulação” (Antunes, 2003, p.77). Mas por outro lado temos os gêneros causadores de reflexão, e que de uma maneira se relaciona com a vida dos estudantes. É evidente que um aluno se interessará muito mais por escrever algo engraçado ou o que já ocorreu na sua vida



do que buscar toda uma retórica da periodização literária, ainda mais quando está se falando de alunos do ensino fundamental.

#### **4 MÉTODOS PROFICIENTES E RELAVANTES PARA UM MELHOR DESENVOLVIMENTO TEXTUAL**

Considerar uma boa produção textual é ter em mente um bom conhecimento gramatical, não adianta enfatizar os métodos aplicados e a leitura sucessiva. A gramática tem a influência de exibir os conceitos das partículas dela mesma, evidenciar as formas corretas de construir um texto (ou período) e desenvolver o pragmatismo. A gramática vai ditar normas e técnicas para a funcionalidade da morfossintaxe, que seria de mais importante na produção textual, já que ela é o estudo da língua que combina a morfologia e a sintaxe para analisar ou descrever enunciados ou fenômenos linguísticos.

O texto tem a função de transmitir um significado, ou melhor, transmitir uma comunicação, ele deve possuir critérios que se assimilam para que o pragmatismo esteja presente, e como diria Marcuschi (2009) “Um texto é uma proposta de sentido e ele só se completa com a participação do seu leitor/ouvinte” (p. 94), o que traz esse sentido começa pelo autoconhecimento que o escritor tem do que ele vai produzir e vai até a organização de suas frases, o que é chamado de coesão e coerência.

O processo de coesão é o fator que implica na correta sequência de enunciados, ele também é responsável por deixar o texto formal e com características totalmente corretas, os termos sintáticos são organizados e postos por ele. Contudo a produção de um texto não fica limitada somente a coesão, acima de tudo deve ser respeitada e trabalhada, Marcuschi afirma que:

Se, por um lado, podemos realizar enunciados completos e explica-lo com gramática de frase [...], quando postos em sequência imediata, podem não formar uma sequência aceitável. Isso quer dizer que um texto não é uma simples sequência de frases bem formadas. Essa sequência deve preencher certos requisitos. A Coesão é justamente a parte da LT que determina um subconjunto importante desses requisitos de sequencialidade textual. (MARCUSCHI, 2009, p. 100).

Ainda no processo de criação outro elemento que deve permanecer fixo é a coerência, que para Beaugrande (1980) a “coerência subsumiu os procedimentos pelos quais os elementos do conhecimento são ativados, tais como a conexão conceitual” (apud MARCUSCHI, p. 119), portanto ela á a relação de sentido é a responsável pela continuidade de um texto, trazer os significados e também é responsável se algo fica explícito ou implícito. Essa configuração de sentidos é ministrada de muitas formas, ela é responsável pelo que o leitor interpreta mesmo não estando no texto, e a relação de significados e significantes junto com a forma com que o enunciado é projetado dá a liberdade para tirar os supostos fatos escondidos no que foi escrito.

O escritor quando começa a escrever algo, já deve ter em mente o que ele quer inferir e a quem ele deseja que a obra seja distribuída, não se pode começar a

escrever sem ter em mente o que quer relatar ou sobre o que relatar, isso se chama intencionalidade. Marcuschi (2009) diz que ela “é a intenção do locutor de produzir uma manifestação linguística, coesiva e coerente, ainda que essa intenção nem sempre se realize na sua totalidade, especialmente na conversação usual” (p. 127). Mas ainda há um ponto que trata quando relata sobre intencionalidade para ele há um problema quando é direcionada a um sujeito e o que ele subentende, nisso volta-se ao tópico anterior quando se referiu às piadas, crônicas e obras literárias clássicas, observando o que fica mais evidente nessas leituras e o que o aluno está apto a ler, e o que ele consegue produzir por meio dessas leituras.

Continuando nas teorias de Marcuschi será analisada a situacionalidade, que é o relacionamento textual à situação. Para escrever um texto é necessário ter uma situação (social, cultural, ambiente) isso ainda seguindo os passos de Marcuschi (2009) que afirma “a situacionalidade não só serve para interpretar e relacionar o texto ao seu contexto interpretativo, mas também para orientar a própria produção” (p. 128). A importância desse recurso vai além do que parece, o texto deve ser algo relevante, ter ações e situações relevantes, usando esse recurso é possível colocar o texto com ações controladas e orientadas.

A dura observação feita pelo renomado autor (2009) de que “Se um texto não cumprir os requisitos de situacionalidade, não poderá de ‘ancorar’ em contextos de interpretação possíveis, o que o torna pouco proveitoso” (p. 129).

Quanto aos recursos agora será observada a intertextualidade, que é a presença de um texto em outro texto. Ela coopera para que haja uma coerência textual. Destaca-se que uma obra para surgir é necessária ser abrangida por outros textos, o efeito é de transmissão de ideias, trata o texto de uma forma geral com comunhão de discursos e não como uma escrita que vem do nada. Concluindo, fica instituído o conceito de Koch (1991) “a intertextualidade seria a relação de um texto com outros textos previamente existentes, isto é, efetivamente produzidos” (apud MARCUSCHI, p. 131).

O que se mostra afinal é a importância das correlações entre todos esses recursos, o que chega ao final de uma obra é o que é aplicado e ensinado para os alunos, é impossível obter uma melhoria textual no ensino fundamental caso não lancem projetos e programas para efetivarem todo esse conhecimento. Esses artifícios serão usados para que os alunos saibam ler, escrever e resolver problemas, não se pode escrever para o nada, visando impactar o nada, mas isso será visível se os alunos lerem, lerem e lerem a não auferirem nada do que estão lendo. Vale lembrar o conceito de Filipouski (2009) que “leitura e produção textual são acompanhadas de várias provocações para que os alunos pensem no uso da língua portuguesa como recurso para a constituição dos textos que leem e dos que produzem” (p. 64).

## **5 O SABER INICIAL QUE CONSTA NA MENTE DO ALUNO**

Os tópicos que aqui serão abordados dizem respeito ao papel do aluno, como também do professor, é o que se refere a três esferas do saber na visão de Heinemann (1992) saber linguístico, saber enciclopédico e o saber interacional (apud MARCUSCHI, p. 187). Esses saberes são o marco inicial, o que envolve o pragmatismo, a vivência e campo intelectual dos aprendizes. O reconhecimento de

uma tipologia textual se dá logo no início, quando ela começa a ser lida ou ouvida Gulich diz que são facilmente identificadas formas como:

- \_\_\_ “era uma vez...” (abertura de narrativa)
- \_\_\_ “prezado amigo” (abertura de uma carta)
- \_\_\_ “conhece aquela do português que...” (piada)
- \_\_\_ “o tema de hoje será a Revolução francesa” (conferência)

Na visão de Marcuschi (2009) “muitas delas são fórmulas históricas surgidas ao longo do tempo e de práticas sociais que têm suas características específicas tanta na fala como na escrita” (p. 188), essas fórmulas são evidências de que um aluno pode decorar e aprender gêneros textuais, pois não causam estranhamento e sim relações que por meio do pragmatismo já trazem a interação linguística juntamente com o saber enciclopédico. Quando começa a ser observado esse aspecto, começa a se refletir, que se o aluno tem a capacidade de fazer essas leituras ele também é capaz de repassar isso de alguma forma para o papel.

Esse conceito de conhecimento de gêneros revela um ponto extremo de duas verdades. A primeira diz respeito ao saber que os estudantes têm posse, observa-se que se ele já entende qual vai ser o tipo de escrito a partir das primeiras palavras, mesmo se tratando de tipologias textuais como cartas, piadas, etc. é possível mantenha uma relação de conhecimento entre outros gêneros, e assim conhecendo os escritos de obras do Barroco, Romantismo, Realismo, etc. lançando essa premissa retira o conceito colocado nos discentes de que eles não têm capacidade de uma evolução de aprendizado em retóricas literárias.

Já a segunda é que se pode chamar de divergência, porque há diferenças entre os textos de comunicação e os textos de ficção, um que é verdade e útil e outro que é uma abrangência da mente de um escritor, mesmo estando em um campo histórico-social e defendendo princípios de uma determinada classe, em relação a isso Yunes diz que “os contos de fada que hoje lemos à luz da psicanálise e da sociologia, apresentam 'reações' distintas diante de um e outro instrumental Independente de Freud” (p. 71). Contudo, esse fator conhecimento de obras e estilos, vai ser difundido por meio da escola, e colocar o saber necessário que cada aluno deve ter, retirando a complexidade e influenciando saber literário, pois Yunes continua a citar que “qualquer texto é possível de análise. Mas a análise exige recursos e instrumentos próprios. Exige preparo, metodologia, posturas teóricas” (p. 73).

O que se mostra afinal é uma particularidade do aluno, o que ele sabe e entende e o que ele nunca ouviu falar. E em oposição observa a coletividade pedagógica para manter um padrão de ensino e referências da literatura. Pois o referente conhecimento por parte do discente não é totalmente eficaz para análise de textos literários e absorção dos significados dos mesmos, pois um conto de fada é simplesmente reconhecível, assim como uma piada, porém essa facilidade não é a mesma quando se trata de textos do Barroco, Romantismo entre outros estilos de época. Contudo, os significados e os jogos de palavras, juntamente com a temática permitem essa percepção de obras e estilos pertencentes, assim como um conto de fadas, elas poderão ser um pouco menos complexas e reconhecíveis, contribuindo para a recepção e aceitação por parte dos estudantes.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em última estância é preciso reconhecer todo tipo de necessidade e dificuldade no aluno e no professor, no que diz respeito à produção textual. Colocar em xeque a responsabilidade das falhas de produção em qualquer deles seria injusto, mas é de saber de todos que não está formando bons leitores no Brasil, o que conseqüentemente atrapalha a forma de escrever.

Aqui há uma necessidade de retorno aos PCNs e analisamos alguns pontos. O primeiro deles é que “a produção textual é uma atividade que se situa em contextos da vida cotidiana e os textos são produzidos para alguém com um objetivo” (p. 108), retorna o termo da socialização de manuscritos e que eles devem chegar às pessoas com intuito de trazer algum ensino (no mais uma reflexão), pois aqui é outra instância em que se colocam os três saberes de Heinemann lado a lado novamente. “Com isso, o aluno se prepara para enfrentar as situações reais da vida diária, pois a seleção de gêneros deve estar atenta para esse lado da vida diária” (pág. 108), e por fim fica a necessidade de se expandir os módulos que enfatizam problemas e liberam os discentes para uma maior valorização do que eles produzem nas escolas.

Em contrapartida Juvêncio (1994) trata de um tema que causa estranhamento segundo ele:

Um dos motivos que pode levar a criança a não querer aprender a ler é o risco que toda aprendizagem supõe. O medo de enfrentar uma situação desconhecida, o receio de não ser capaz, a percepção de que na situação em que está colocada ela não está autorizada a errar, tudo isto pode desenvolver um bloqueio na dificuldade de aprendizagem... a dupla aprendizagem – o sim ou o não – pode impedir a criança de formular uma hipótese sobre o que lhe propõe que faça. (JUVÊNCIO, 1994, p. 135)

Então entra em jogo o professor para romper com esse paradigma, e guiar os alunos rumo à coragem, para Juvêncio (1994) ele “deixa de ser um mero transmissor de conteúdo e técnicas e assume o papel de orientador, de facilitador da aprendizagem” (p.137). Mudando o roteiro e testando novas hipóteses, pois para Juvêncio é de extrema importância o professor ao ver que o aluno não está se interessando pela leitura, buscar métodos para que chame a atenção dele. Pois a leitura deve ter uma utilidade é de suma importância que o educado consiga compreender o início de gêneros simples, saber quando se trata de uma historinha ou uma receita médica, os saberes de Heinemann ainda devem permanecer concisos, e com o tempo eles vão sendo aprimorados, de acordo que o discente vai tendo mais contato com eles.

Contudo uma boa produção textual é efetivada com programas panorâmicos que devem seguir toda uma metodologia e buscar princípios que se focalizem nas necessidades de quem está aprendendo, saber que existe um campo interacional, que não pode se restringir as salas de aula. Entretanto é notório saber que o aluno já tem um pré-conhecimento, e esse precisa ser avaliado, dessa forma criando um campo acessível para melhores condições de trabalho e vendo o que o aluno gosta e tem interesse de estudar. As melhores condições não caem do céu, porém podem ser encontradas em livros auxiliares e de fácil acesso.

## 7 REFERÊNCIAS

BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização E Leitura**: Coleção Magistério. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1994.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção Textual**: Análise de Gêneros e Compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

**Parâmetros Curriculares Nacionais**: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

MATTA, Sozângela Schemin da. **Português**: Linguagem e Interação. Curitiba: Bolsa Nacional do Livro Ltda, 2009.

ANTUNES, Irlandé. **Aula De Português**: Encontro e Interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

FILIPOUSKI, Ana Maria Ribeiro, MARCHI, Diana Maria. **A Formação Do Jovem Leitor**: Temas e Gêneros da Literatura. Erechim, RS: Edelbra, 2009.

PINHO, Ribamar. **Língua Portuguesa**: O Ensino de Gramática em uma Perspectiva Textual. Disponível em <<<http://www.artigonal.com/linguas-artigos/lingua-portuguesa-o-ensino-de-gramatica-em-uma-perspectiva-textual-4988350.html>>>

POSSENTI, Sírio. **Língua Portuguesa**. Ano 7. Nº 75: Segmento, janeiro de 2012.

MONTEIRO, Dilson Lages. **A disciplina da percepção**. Verdes Trigos. 09 Fev. 2005. Disponível em <[http://www.verdestrigos.org/sitenovo/site/cronica\\_ver.asp?id=574](http://www.verdestrigos.org/sitenovo/site/cronica_ver.asp?id=574)> Acesso em 27 Jun. 2012

TORTO, João. **Língua Portuguesa**. Ano 7. Nº 75: Segmento, janeiro de 2012.

LIMA, Raimundo. Para ler e compreender. **Revista Espaço Acadêmico**. Disponível em: < [http://www.espacoacademico.com.br/071/71lima\\_ray.htm](http://www.espacoacademico.com.br/071/71lima_ray.htm) >. Acesso em: 10 julho. 2012

## A EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA: PROBLEMAS E DESAFIOS

Raiane Malacarne<sup>8</sup>  
Weksley Moschen<sup>9</sup>

### RESUMO

Em uma realidade cotidiana, nos deparamos com vários parâmetros educacionais, interpretados das mais diversas maneiras, destacando pontos bons e ruins. No aspecto educacional, encontramos grandes dificuldades para sanar os problemas relacionados à educação de maneira subjetiva, sendo estes, de caráter familiar, social e científico. O educador recebe como função principal a de ensinar, porém, em contato com a unidade de ensino, percebe que ele necessita lidar com diversas situações e desafios, como: carência afetiva, violência, envolvimento com drogas, e, sobretudo, desestrutura familiar. A função de educar se acopla então, a atender, em parte, a essas necessidades, devido à ausência do suprimento delas no ambiente familiar. Educar, então, torna-se um processo não apenas de transmissão de conhecimentos, mas, de construção e estruturação da formação cidadã e dos valores humanos, e a escola, precisa estar preparada para enfrentar esses grandes desafios e cumprir com eficiência seu papel.

**PALAVRAS- CHAVES:** Educação. Educador. Desafios. Escola.

### ABSTRACT

On a daily reality, we encounter some educational parameters, interpreted in many different ways, highlighting good and bad points. In the educational aspect, we find great difficulties to solve problems related to education in a subjective manner, and these, familial, social and scientific. The main function receives as an educator to teach, however, in contact with the teaching unit, realizes he needs to deal with some situations and challenges, such as: lack of affection, violence, drug involvement, and especially family dysfunction. The function then attaches to educate, to meet, in part, these needs due to lack of supply of them in the family environment. Educating then becomes a process of not only transmitting knowledge, but construction and structuring of civic education and human values, and the school, must be prepared to face these challenges and fulfill their role effectively.

**KEYWORDS:** Education. Educator. Challenges. School.

## 1 INTRODUÇÃO

---

<sup>8</sup> Professora de Arte da EEEFM “São Domingos” e estudante do Mestrado em Ciências da Educação pelo Instituto Pedagógico de Vitória em parceria com a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; raianemalacarne22@hotmail.com

<sup>9</sup> Professor do Centro Universitário Claretiano e estudante do Mestrado em Ciências da Educação pelo Instituto Pedagógico de Vitória em parceria com a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; wmoschen2@hotmail.com

Este artigo oferece aos leitores uma menção sobre os principais problemas enfrentados pela educação na atualidade, pois é com ela, que o homem pode se instrumentalizar culturalmente, capacitando-se para transformações tanto materiais, quanto espirituais. A educação é o cerne do desenvolvimento social. Sem ela, até mesmo as sociedades mais avançadas retornariam ao estado primitivo em pouco tempo. Ela oferece uma base de conhecimento para todas as pessoas. Pode-se dizer, ainda, que educação coincide com a própria existência humana e suas origens se confundem com a origem do próprio homem. Estudar a educação é, também, poder compreender que a escola, como instituição, muitas vezes, não tem poder de modificar o que está estabelecido - a estrutura social. Portanto, um dos desafios encontrados atualmente no setor educacional é a mudança de ideologia impregnada na sociedade, uma alteração da concepção de ensino e do papel da escola enquanto instituição social. Busca-se uma escola democrática, pluralista, que venha valorizar a diversidade frente às problemáticas sociais perpassadas pelo educador e educando.

A comunidade escolar na atualidade está sendo afetada por fatores externos que interpassam os muros das escolas e são trazidos para o convívio escolar, influenciando os educandos de maneira pejorativa. O educador, diante dos vários problemas da sociedade contemporânea, como: desvalorização profissional, desemprego, violência, modificações das relações familiares, entre outros, deve estruturar-se para cumprir com seu papel principal, que é o de fornecer o conhecimento, superando esses desafios, para que as pessoas possam ter possibilidades e autonomia de participar efetivamente das políticas, continuando assim, a lutar por igualdade de direitos. Nesse sentido, a educação, em termos de Brasil, deve ser tratada como uma política social, que tem como compromisso fundamental a garantia dos direitos do cidadão, ou, ainda, a escola deve assumir um novo compromisso frente à sociedade, que é o de propiciar ações para a efetivação dos direitos sociais.

O artigo que nos propomos é de suma relevância, uma vez que lidar com as transformações do perfil de educador e de escola na atualidade para conseguir realizar o processo de ensino-aprendizagem com eficiência no contexto da educação contemporânea tornou-se assunto frequente, muito debatido, que trouxe para a discussão educativa o papel e as funções da escola, e que, porém, apesar de tantos estudos relacionados à como se proceder para enfrentar os problemas familiares, sociais e econômicos dos alunos que os influenciam negativamente na dedicação aos estudos, há obstáculos difíceis de serem rompidos, que devem ser analisados e refletidos para gerar norteamento de como o educador e a escola devem enfrentá-los, para que eles não interfiram na qualidade da educação proporcionada pela escola e no desenvolvimento potencial do aluno.

## **2 EDUCAÇÃO SOCIAL**

Quando Kant (1996) afirma, no século XVIII, que o homem não chega a ser homem a não ser através da educação, está, de um lado, confirmando a natureza social do processo de formação humana, ou de hominização, como diria Paulo Freire (1981). De outro, está ocultando, em uma pretensa universalidade do conceito homem, as condições existenciais – materiais, subjetivas, culturais, históricas – concretas em

que homens e mulheres se constituem humanos, tanto em sua época, como na atual sociedade neoliberal globalizada.

A escola tradicional de concepção positivista neoliberal, enraizada na sociedade, é entendida como aquela que é voltada para o mercado, em que existe o tempo de ensinar e o tempo de avaliar, enquanto momentos estanques, separados entre si. Seus conteúdos escolares são organizados de maneira linear, hierárquica e, previamente determinado por bimestre, série, disciplina, etc., sendo justificados como pré-requisito de outros. Nesta visão conservadora, a educação sempre é planejada de cima para baixo, em que existe uma escola burocrática e uniformizadora. Essa visão é excludente, e acaba por tornar a escola incompetente em seus vários aspectos, como não ter vagas para quem mais dela precisa, e estar desconectada da realidade social do aluno.

A escola se vê em meio a um “fogo cruzado” onde procura atender as necessidades do aluno enquanto instituição e encontra a dificuldade em lidar com as influências sociais que transpassam os “muros” da escola, desafios esses cada vez mais comuns dentre as unidades de ensino de todo país, cada qual com sua realidade, mas, com problemas semelhantes:

A educação libertadora, ou transformadora, é aquela que trabalha com uma visão de sujeitos potencialmente autônomos, capazes de praticar a solidariedade, instruindo-se de forma a promover a auto-reflexão. Neste sentido, a educação é entendida como uma prática de libertação, que desperta no sujeito a sua capacidade de promover a humanização, esforçando-se em uma perspectiva conjunta para mudar o sistema escolar, social e político. (GERHARDT, 2001).

A escola hoje, mais do que nunca, tem como papel diante da sociedade, propiciar ações para a efetivação dos direitos sociais. Neste contexto, o setor educacional exerce a função de possibilitar e de oferecer alternativas para que as pessoas que estejam excluídas do sistema possam ter oportunidade de se reintegrar através da participação, bem como da luta pela universalidade de direitos sociais e do resgate da cidadania.

### **3 DESAFIOS EDUCACIONAIS**

Um dos maiores desafios apresentados à escola atual é trabalhar com a reelaboração crítica e reflexiva do educando, a fim de prepará-lo para a luta e o enfrentamento das desigualdades sociais presentes na sociedade capitalista. A escola deve transcender o sentido de ascensão material, que é dado à educação, transformando-a não só em um meio de retorno financeiro, mas também, em um instrumento de crescimento pessoal. Neste sentido, afirma-se:

No tocante a educação, os pais reproduzem os valores ideológicos presentes no discurso da sociedade, valorizando o estudo como a única forma de obter ascensão social. Mas por não compreenderem a dimensão e a complexidade da educação, atribuem aos filhos a culpa pelo fracasso escolar, desmotivando-os para o estudo. (MARTINS, 1999).

Os personagens principais que enfrentam esses desafios encontrados na educação são os educadores e toda a equipe da unidade de ensino, que lidam diretamente



com o problema, sendo ele de cunho educacional ou social, deparando-se com crianças portadoras de grandes dificuldades de aprendizado, provocado, muitas vezes, por fatores sociais vividos por elas que afetam nas atividades educacionais realizadas, atrapalhando o aluno a ter um bom desempenho na escola. Isso pode provocar no educador, uma insegurança quanto ao seu trabalho, uma sensação de "incompetência" para realizar sua função, já que ele não consegue atingir a todos os alunos no mesmo nível e ao mesmo tempo com seu conteúdo transmitido, necessitando manter-se atento a tudo que pode interferir no aprendizado dos educandos, para desenvolver uma didática voltada a atender às necessidades encontradas, sendo elas diferenciadas, normalmente, em cada nível trabalhado.

Martins (1999) afirma que nos últimos anos, apesar do esforço e de investimentos técnico pedagógico nas escolas, a incidência dos fatos tem revelado a violência existente no interior das unidades de ensino, que se apresenta nos reflexos das questões sociais, as quais estão cada dia mais, presentes no ambiente escolar. Todos esses fatores vêm dificultando o cumprimento da sua finalidade maior enquanto escola, que é a de contribuir na formação da cidadania dos brasileiros.

Com os processos convencionais de ensino e com a atual dispersão da atenção da vida urbana, fica muito difícil a autonomia, a organização pessoal, indispensáveis para os processos de aprendizagem a distância. O aluno desorganizado poderá deixar passar o tempo adequado para cada atividade, discussão, produção e poderá sentir dificuldade em acompanhar o ritmo de um curso. Isso atrapalhará sua motivação, sua própria aprendizagem e a do grupo, o que criará tensão ou indiferença. Alunos assim, aos poucos, poderão deixar de participar, de produzir e muitos terão dificuldade de retomar a motivação e o entusiasmo pelo curso. Na modalidade presencial, uma conversa dos colegas mais próximos ou do professor, poderá incentivar a participação efetiva no curso. À distância, será possível, mas não fácil.

Os alunos estão prontos para a multimídia, os professores, muitas vezes, não, pois sentem o descompasso no domínio das tecnologias e, em geral, tentam segurar o máximo que podem, fazendo pequenas concessões, sem mudar o essencial. Há professores que têm medo de revelar sua dificuldade diante do aluno, devido ao fato de sentirem a necessidade de manter a postura de sabedoria suprema que ele acredita que lhe cabe ao exercer sua função de educador. Os professores percebem que precisam mudar, mas não sabem bem como fazê-lo e não estão preparados para experimentar novas experiências com segurança. Muitas instituições também exigem qualificação desses profissionais sem dar-lhes condições para que eles as efetuem. Frequentemente, algumas organizações introduzem computadores, conectam as escolas com a internet e esperam que só isso melhore os problemas do ensino. Os administradores se frustram ao ver que tanto esforço e dinheiro empregados, não se traduzem em mudanças significativas nas aulas e nas atitudes do corpo docente, por não estarem preparados para trabalhar com essas tecnologias.

#### **4 PERSPECTIVAS PARA MELHORIAS NA EDUCAÇÃO**

Segundo Luiz Fernandes Dourado e João Ferreira de Oliveira, debater tais questões remete à apresentação de um conjunto de determinantes que interferem nesse

processo, no âmbito das relações sociais mais amplas, envolvendo questões estruturais, como concentração de renda, desigualdade social, educação como direito, entre outras. Envolve, igualmente, questões concernentes à análise de sistemas e unidades escolares, bem como ao processo de organização e gestão do trabalho escolar, que implica questões como condições de trabalho, processos de gestão da escola, dinâmica curricular, formação e profissionalização docente. Em outras palavras, é fundamental ressaltar que a educação se articula a diferentes dimensões e espaços da vida social, sendo, ela própria, elemento constitutivo e constituinte das relações sociais mais amplas. A educação, portanto, é perpassada pelos limites e possibilidades da dinâmica pedagógica, econômica, social, cultural e política de uma dada sociedade.

Enraizada na sociedade de classes escravista da Idade Antiga, destinada a uma pequena minoria, a educação tradicional iniciou seu declínio já no movimento renascentista, mas ela sobrevive até hoje, apesar da extensão média da escolaridade trazida pela educação burguesa. A educação nova, que surge de forma mais clara a partir da obra de Rousseau, desenvolveu-se nesses últimos dois séculos e trouxe consigo numerosas conquistas, sobretudo no campo das ciências da educação e das metodologias de ensino. O conceito de “aprender fazendo” de John Dewey e as técnicas Freinet, por exemplo, são aquisições definitivas na história da pedagogia. Tanto a concepção tradicional de educação quanto a nova, amplamente consolidadas, terão um lugar garantido na educação do futuro. (GADOTTI, 2000).

Diante de inúmeras transformações sociais, onde informações e descobertas acontecem em frações de segundo, o desenvolvimento da escola entra na pauta como um dos mais importantes aspectos a serem discutidos neste processo, pois é nela que são promovidas as mais importantes formulações teóricas sobre o crescimento cultural e social de todas as nações. Dessa forma, a pesquisa educacional acaba tomando um lugar central na busca de perspectivas que possibilitem uma nova prática educacional, envolvendo principalmente os agentes que conduzem o ambiente escolar, transformando o ensino em parte integrante ou principal na motivação dessas transformações.

## 5 REFERÊNCIAS

1. GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez, 1995.
2. GERHARDT, Heinz Peter. Educação libertadora e globalização. In: **A pedagogia da libertação em Paulo Freire**. São Paulo: Unesp, 2001.
3. MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. O Serviço Social na área da Educação. In: **Revista Serviço Social & Realidade**. V. 8; n. 1. São Paulo: Unesp, 1999.
4. MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da educação**: introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. 10 ed. São Paulo: Loyola, 2002.
5. AMARO, Sarita Teresinha Alves. **Serviço Social na escola**: o encontro da realidade com a educação. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.

6. STEINBERG, Shirley R. Uma análise da Pedagogia do Oprimido. In: **A pedagogia da libertação em Paulo Freire**. São Paulo: Unesp, 2001.

## A IMPORTÂNCIA DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Fernanda Peruchi de Araujo <sup>1</sup>

Ludmila Ragazzi Santos <sup>2</sup>

Rosângela Andreilino da Rosa Farias <sup>3</sup>

### RESUMO

A falta de reconhecimento do profissional de Pedagogia pela sociedade e pela comunidade escolar ocasiona a perda da sua própria identidade. Desse modo, a pesquisa tem como proposta analisar e descrever a importância do pedagogo como integrante da gestão escolar, à luz da LDB, dos Regimentos Municipal e Estadual e da Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006 para o Curso de Licenciatura em Pedagogia. A motivação alicerça-se no desejo de identificar a importância do pedagogo nas Escolas Municipais de Nova Venécia. Metodologicamente, são utilizadas as pesquisas exploratória e descritiva, com estudo de caso para a averiguação dos resultados numa perspectiva qualitativa. Inicialmente, para confirmar a necessidade da atuação do pedagogo no ambiente escolar, busca-se a fundamentação teórica, por meio da pesquisa bibliográfica. Em seguida, na coleta de dados realiza-se entrevista com as pedagogas, com o intuito de identificar as funções atribuídas ao pedagogo, bem como a influência do seu trabalho no âmbito escolar. Nesta abordagem constata-se que as pedagogas entrevistadas, ainda que encontrem dificuldades na instituição em que atuam, além da desvalorização profissional vivenciada perante a sociedade, seguem o que consta na legislação vigente, exercendo sua função com competência e dedicação, concorrendo para uma gestão democrática, participativa e qualificativa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Identidade profissional. Dificuldades. Desvalorização.

### ABSTRACT

The lack of recognition by society of professional pedagogy and school communities leads to loss of its own identity. Thus, the research is to analyze and describe the importance of the teacher as part of the school management, in light of the LDB, the Regiments Municipal and State and the CNE / CP No. 1 of 15 May 2006 for the Course Pedagogy. The motivation is founded on a desire to identify the role of the educator in the public school system in New Venezia. Methodologically are used, exploratory and descriptive research with a case study for the investigation of results from a qualitative perspective. Initially, the need to confirm the role of educator in the school environment, we seek the theoretical foundation through the literature search. Then data collection is carried out interviews with pedagogues, in order to identify the functions assigned to the teacher as well as the influence of their work in schools. In this approach it was found that the respondents pedagogy even encounter difficulties in the institution in which they work and the devaluation experienced professional to

society, follow what is in the legislation, performing her duties with competence and dedication, contributing to a democratic management , participatory and qualifying.

**KEYWORDS:** Professional Identity. Difficulties. Devaluation.

## 1 INTRODUÇÃO

O pedagogo é o educador que ocupa um espaço essencial no contexto escolar. Ele tem o papel de organizar o trabalho pedagógico, garantindo o ensino-aprendizagem e a organização da instituição como um todo.

Sua atuação é complexa. A sociedade atual necessita do profissional comprometido, competente, articulador, democrático e mediador da ação pedagógica voltada para os aspectos éticos, políticos, sociais, culturais e históricos. Apesar disso, é surpreendente o fato de os egressos do curso de Pedagogia estarem despreparados para o exercício da profissão.

Com efeito, no início do exercício da profissão, é importante que o pedagogo seja capaz de se relacionar profissionalmente com o coletivo, colaborando para uma gestão democrática.

[...] o pedagogo será aquele profissional capaz de mediar teoria pedagógica e práxis educativa e deverá estar comprometido com a construção de um projeto político voltado à emancipação dos sujeitos da práxis na busca de novas e significativas relações sociais desejadas pelos sujeitos (FRANCO, 2003, p. 110).

Considerando-se sua importância profissional, questiona-se: qual a sua verdadeira função dentro da escola? Quais são as dificuldades que enfrenta? Qual o seu grau de participação dentro da instituição escolar?

Essas questões levantadas permitem a discussão acerca da contribuição do pedagogo para a instituição escolar na qual está inserido.

Compreende-se, portanto, a relevância da realização deste trabalho acadêmico, uma vez que, analisando as funções do pedagogo, pretende-se contribuir para a formação de pedagogos competentes, capazes de fazer a diferença no âmbito educacional, ao diagnosticarem e resolverem os problemas da instituição, para que haja, de fato, um ensino de qualidade.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 DE SUPERVISOR ESCOLAR E ORIENTADOR EDUCACIONAL A PEDAGOGO

O profissional de Pedagogia, ao longo do tempo, passa por várias transformações e desafios até chegar às atribuições atualmente existentes. O pedagogo inicia sua trajetória no Brasil como supervisor escolar, enfrentando grandes dificuldades, tendo em vista surgir na época da ditadura.

É considerado um profissional com uma “Super Visão” dentro da escola, no sentido de controlar o trabalho do educador, a quem cabe cumprir todas as regras e normas

impostas pelo supervisor. Sua função é sustentada pela tendência tecnicista, numa escola controlada e conduzida pelo sistema político-social da época.

Sabe-se que a Supervisão Educacional foi criada num contexto de ditadura. A Lei n. 5692/71 a institui como serviço específico da Escola de 1º e 2º Graus [...]. Sua função era, então, predominantemente tecnicista e controladora e, de certa forma, correspondia à militarização Escolar. [...]. Em 1969 era regulamentada a Reforma Universitária e aprovado o parecer reformulador do Curso de Pedagogia. O mesmo prepara predominantemente, desde então, “generalistas”, com o título de especialista da educação, mas pouco prepara para a prática da educação. (URBAN apud VASCONCELLOS, 2009, p. 86).

De acordo com Rangel (2003), na década de 60 e 70 o supervisor ocupa um lugar na escola, objetivando garantir bons resultados pedagógicos mediante o controle do trabalho didático do professor, que deve ser eficiente e de acordo com os aspectos técnicos impostos no contexto educacional da época.

Seguindo o raciocínio da autora, na década de 80 o sistema quer extinguir a existência do supervisor, tirar o profissional da escola, pois sua atuação é meramente técnica.

[...] dos anos 80 espera-se “extirpar”, extinguir, da formação à ação, a existência do supervisor. Como “especialista”, este supervisor estaria usando a técnica sem contexto num tipo de setorização que divide, desagrega, enfraquece a escola no seu interior e na relação com o seu entorno, com a conjuntura que a cerca, submetendo-a às “regras” de interesses da política socioeconômica (RANGEL, 2003, p. 71).

No entanto, quando o supervisor, considerado dispensável, é retirado da escola, os professores percebem ser impossível dar conta de executarem, sozinhos, todas as atividades. Constata-se a necessidade de trazê-lo de volta para a instituição, porém, dentro de um paradigma mais democrático e participativo (RANGEL, 2003).

Na década de 90 surge o sonho de um supervisor escolar como um profissional competente, que amplie a visão supervisora na instituição, abrangendo compromisso social e político, com nova visão de participação e de transformação.

Segundo Rangel (2003, p. 74),

[...] chega-se aos anos 90 no seu sonho, na transformação, na ação supervisora. No sonho, desenha-se o supervisor competente, entendendo-se que a competência é, em si, um compromisso com o público, com o social e, portanto, com o político [...].

Na visão atual, o sonho dos anos 90 se concretiza na figura de um supervisor dinâmico, comprometido e envolvido com o ensino, que se preocupa com as camadas populares e com o interesse coletivo, com um olhar que vê o todo. Nesse contexto, é importante que todos da escola se sintam responsáveis pelo acesso ao conhecimento, construindo uma instituição democrática e de qualidade.

É consenso entre orientadores e supervisores que sua função primordial é a mobilização da escola para a discussão política da prática pedagógica e a

mobilização da comunidade para a definição de uma qualidade articulada aos interesses das classes populares (RANGEL, 2003, p. 74).

Além da supervisão educacional, é preciso citar a orientação educacional, que surge entrelaçada à necessidade da orientação profissional, segundo Pimenta (2002). A orientação profissional surge a partir das transformações que a sociedade da época está enfrentando, devido ao desenvolvimento tecnológico, científico e industrial.

O progresso do capitalismo é o responsável pelas mudanças na estrutura da sociedade. Segundo o mesmo autor “é no avanço do capitalismo, com a industrialização, com o desenvolvimento tecnológico e científico do final do século XIX, que a orientação profissional terá a sua origem e institucionalização” (PIMENTA, 2002, p. 19).

O princípio da orientação profissional baseia-se na análise das características individuais do ser humano que, para conseguir um cargo, um emprego, deveria ser avaliado, levando-se em conta sua capacidade individual para determinada função, devendo ser exercida, portanto, por candidatos selecionados, os quais deveriam possuir capacidade para o desempenho adequado dentro da indústria.

[...] A consequência dessa divisão do trabalho será a necessidade de se selecionar as pessoas conforme as capacidades requeridas para o adequado desempenho das funções. O processo de seleção baseava-se no recrutamento de grande quantidade de pessoas, dentre as quais se escolhiam as mais capazes e dispensavam-se as demais (PIMENTA, 2002, p. 19, 20).

Para tanto, a escola contribui com a sociedade capitalista, por meio da orientação aos alunos nos planos de estudo e carreira, de acordo com as competências de cada um. Já que essa capacitação é desenvolvida dentro da instituição, recebe o nome de orientação escolar (PIMENTA, 2002).

A orientação educacional surge a partir da consciência de que o ser humano não deve ser analisado somente pela seleção de suas qualidades individuais. A orientação na escola é feita por meio do aperfeiçoamento das aptidões de cada um, considerando a necessidade de se analisar o ser humano como um todo, não em partes, além de se preocupar com a formação da sua personalidade, com as relações informais que se cria dentro do grupo e com o seu desenvolvimento intelectual para o mercado de trabalho.

No entanto, a seleção profissional, a orientação profissional e a orientação escolar não eram suficientes para resolver os inúmeros problemas existentes numa empresa. A colocação do homem certo no cargo certo não bastava. Era necessário preocupar-se com o ser humano, ocupante do cargo. Não podendo eliminar de seu seio as organizações informais que aí se criavam, as empresas foram impelidas a procurar uma forma de aproveitá-las. [...] Está feita a passagem da orientação profissional para a orientação educacional (PIMENTA, 2002, p. 21).

A seguir, devido às necessidades educacionais, em consonância com os paradigmas sociais que pedem um profissional de conhecimento e atitude multidisciplinar, busca-se um profissional pluralizado, analítico, contextualizado, com sensibilidade afetiva e estética. Surge, então, o pedagogo, que se caracteriza como

um profissional multifacetado, capaz de atuar em várias instâncias no âmbito educacional. Assunto este que será abordado no item 2.3.

## 2.2 PROFISSÃO DE PEDAGOGO: ASPECTOS LEGAIS

O art. 64 da Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) atribui ao curso de graduação em Pedagogia a finalidade de formar pedagogos aptos para atuarem na administração, no planejamento, na inspeção, na supervisão e na orientação educacional para a educação básica, podendo tal formação ser adquirida também em cursos de pós-graduação.

A Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura. Conforme o artigo 3º, o licenciado em Pedagogia exerce habilidades e multiplica informações, devido à quantidade de conhecimentos teóricos e práticos oferecidos durante sua formação.

Esses conhecimentos são fortalecidos durante o exercício da profissão, pois é na prática que todo o conhecimento e teoria são concretizados.

O estudante de Pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética (BRASIL, 2006, p. 11).

Na análise do artigo 4º, parágrafo único, constata-se que o pedagogo deve atuar em sua área de formação, bem como em outras áreas que exijam conhecimento pedagógico. Com efeito, além de atuar em sala de aula, ele deve participar na parte técnica e administrativa da instituição, contribuindo com a gestão escolar.

Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

- I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;
- II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;
- III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares (BRASIL, 2006, p. 2)

O artigo 5º da mesma resolução estabelece que o pedagogo, após o término da graduação, deve estar preparado para exercer sua função com habilidade e competência, atuando com ética e com o compromisso de formar uma sociedade preocupada com o social, de forma igualitária e justa. Deve, também, contribuir para o desenvolvimento físico, afetivo, cognitivo e social de crianças de zero a cinco anos, proporcionando-lhes educação e cuidado, bem como aprimorando o aprendizado dos educandos do ensino fundamental ou daqueles que não tiveram acesso à educação na idade adequada (BRASIL, 2006).

Com efeito, deve atuar junto à gestão, colaborando para a elaboração, participação, planejamento, coordenação, execução, acompanhamento e avaliação do projeto



pedagógico da escola e de programas educacionais, que podem acontecer em ambientes escolares e não escolares, de forma a contribuir para uma gestão institucional de qualidade. Acrescenta-se que tudo isso deve ser aplicado com criticidade, dentro das diretrizes curriculares e outras determinações legais, com os resultados encaminhados aos órgãos competentes (BRASIL, 2006).

A Resolução nº. 2.141/2009, do Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo (CEE), de 22 de dezembro de 2009, aprova o Regimento Comum das Escolas da Rede Estadual de Ensino do Estado do Espírito Santo. No artigo 52 estão relacionadas 23 atribuições para o pedagogo integrante da gestão pedagógica escolar, isto é, suas obrigações profissionais para uma gestão democrática e participativa, preocupada com a prática pedagógica da escola e com a promoção da integração e da socialização dos participantes em questão (ESPÍRITO SANTO, 2010).

Dentre as atribuições citadas no referido artigo, pode-se destacar a responsabilidade pelo diagnóstico das dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, proporcionando o desenvolvimento educativo do aluno de forma eficaz. Em seguida, o atendimento ao educando e ao educador, de forma a contribuir para um bom convívio entre eles. Pode-se destacar, também, a participação na elaboração da proposta pedagógica, do planejamento curricular e dos planos de ensino. Além disso, a promoção de ações que proponham práticas inovadoras, a fim de colaborar para o ensino-aprendizagem.

A Resolução CEE nº 108/2000 de 28/12/2000, aprova o Regimento Comum das Escolas do Município de Nova Venécia- ES. No artigo 28 encontram-se 15 atribuições destinadas ao Orientador e ao Supervisor Escolar. Destaca-se a função de desenvolver, de forma coletiva e participativa, a proposta pedagógica da escola e promover a união entre docentes, a fim de proporcionar um processo pedagógico que seja integrador (NOVA VENÉCIA, 2000).

Pode-se assinalar, também, a incumbência pelo aprimoramento dos conhecimentos contínuos dos educadores, promovendo cursos de capacitação profissional, a fim de acrescentar novas oportunidades de aprendizagem aos alunos e desenvolver projetos de intervenções com o objetivo de sanar suas dificuldades. Cita-se, ainda, a realização de um processo avaliativo criativo e dinâmico, que seja diferente do convencional proposto pelo sistema (NOVA VENÉCIA, 2000).

Além disso, o orientador e o supervisor escolar são responsáveis pela elaboração de documentos (calendário escolar, formação de turmas, elaboração do currículo, entre outros) do setor administrativo, bem como o planejamento e realização das reuniões pedagógicas ao lado da equipe escolar (NOVA VENÉCIA, 2000).

Na concretização do planejamento do professor, auxilia na busca por táticas para que o seu trabalho seja mais dinâmico e criativo, devendo contribuir para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, acompanhando a vida escolar do aluno, por meio da sua adaptação, da frequência e de seu desempenho (NOVA VENÉCIA, 2000).

À luz dos regimentos escolares citados, pode-se constatar que ambos estão em sintonia quanto às competências dos profissionais da Pedagogia. Veja:

O Regimento Comum das Escolas da Rede Estadual de Ensino do Estado do Espírito Santo, em seus artigos 49 e 50, preceitua que o profissional de Pedagogia, participante da gestão democrática de ensino, deve apresentar competências e habilidades para trabalhar com o planejamento, coordenação, avaliação e acompanhamento das atividades que estejam de acordo com o processo de ensino-aprendizagem (ESPÍRITO SANTO, 2010).

E o Regimento Comum das Escolas Municipais de Nova Venécia, em seu artigo 27, propõe a articulação e integração dos serviços de orientação e supervisão escolar, de modo a contribuir para a criação e o desenvolvimento de projetos com a participação do coletivo, de forma que toda a escola colabore com o processo de ensino-aprendizagem (NOVA VENÉCIA, 2000).

### 2.3 IDENTIDADE PROFISSIONAL DO PEDAGOGO

O pedagogo age no âmbito educacional de forma direta ou indireta e em diferentes contextos da educação. É um profissional multifacetado, parte integrante da gestão democrática. Atua no setor administrativo e também dentro de sala de aula, tendo em vista a formação do ser humano, contribuindo para a assimilação de saberes e o desenvolvimento de novas habilidades, é o que afirma Libâneo (1999).

Para Libâneo (1999), a Pedagogia destaca-se das outras ciências da educação e as associa, pelo seu caráter globalizante e identitário do fenômeno educativo. Embora alguns estudiosos sejam contrários à Pedagogia como ciência, pela amplitude do fenômeno educativo, o autor defende que, justamente por isso, a Pedagogia é uma ciência que se institui como campo próprio de investigação, que tem responsabilidade pelos problemas educativos de forma ampla e se utiliza da ajuda teórica, fornecida pelas demais ciências.

Nas palavras do autor: “O que se defende aqui é a peculiaridade da Pedagogia de responsabilizar-se pela reflexão problematizadora dos problemas educativos [...]” (LIBÂNEO, 1999, p. 46).

De acordo com Brzezinski (2000), a atuação do pedagogo pode ocorrer em toda a sociedade, na e para além da escola, desde que haja situação pedagógica. Entretanto, do ponto de vista científico, direciona-se para a educação formal e escolar, com formação específica para trabalhar no âmbito escolar.

Ainda seguindo a linha de raciocínio de Libâneo (1999), a prática educativa pode ocorrer em vários lugares da sociedade, onde se tenha a intenção de ensinar e preparar o ser humano para o convívio social. Esses ensinamentos não se restringem mais ao ambiente escolar, embora seja o lugar mais apropriado para que essa educação aconteça. Contudo, a escola deve ser o espaço de referência para a formação do pedagogo.

[...] É quase unânime entre os estudiosos, hoje, o entendimento de que as práticas educativas estendem-se às mais variadas instâncias da vida social não se restringindo, portanto, à escola e muito menos a docência, embora

estas devem ser a referência da formação do pedagogo escolar. Sendo assim, o campo de atuação do profissional formado em pedagogia é tão vasto quanto são as práticas educativas na sociedade. Em todo lugar onde houver uma prática educativa com caráter de intencionalidade, há aí uma pedagogia (LIBÂNEO, 1999, p. 43, 44).

Segundo este autor (1999), todo profissional que produz uma prática educativa, que leva conhecimento a um grupo de forma intencional, está reproduzindo a pedagogia. Autores de livros, repórteres, guias de turismo, locutores e agentes de meios de comunicação, em geral, os quais contribuem para esses aprendizados, tornam-se genuinamente pedagogos.

Com isso, pode-se afirmar que o trabalho pedagógico está para além do trabalho docente, embora todo trabalho docente seja pedagógico. O autor afirma ainda que o pedagogo, ao se formar, deve exercer primeiro a ação pedagógica e, por meio dessa prática, está preparado para exercer, a seguir, a docência, base para a formação do educador (LIBÂNEO, 1999).

#### 2.4 DESAFIOS DO COTIDIANO E DESVALORIZAÇÃO DO PEDAGOGO

Apesar da representativa importância do profissional de Pedagogia, por meio das ações pedagógicas em diversos setores e situações do dia a dia, como na família, na igreja, em empresas e em outras instituições não escolares, como revistas, jornais, propagandas, meios de comunicações em geral, essa formação é desvalorizada pelos profissionais e pela sociedade que fazem uso das ações pedagógicas. Tal comportamento é uma clara demonstração de desconhecimento da teoria pedagógica. (LIBÂNEO, 1999).

É notório que a profissão do pedagogo está sendo estremecida pelas dificuldades encontradas pelos profissionais em sua prática. Tal questão está entre as discussões de maior relevância em meio aos docentes, destacando-se os baixos salários, ausência de formação profissional de qualidade, falta de comprometimento e de didática, acomodação na busca por novos conhecimentos, novas práticas e formação continuada. Constata-se que pedagogos e professores sentem-se desvalorizados profissionalmente e socialmente. Libâneo (1999, p. 17, 18) destaca:

[...] é visível que a profissão de pedagogo, como a de professor, tem sido abalada por todos os lados: baixos salários, deficiência de formação, desvalorização profissional implicando baixo *status* social e profissional, falta de condição de trabalho, falta de profissionalismo etc.. Esses fatores, por sua vez, rebatem na desqualificação acadêmica da área, fazendo com que docentes e pesquisadores de outras áreas desconheçam a especificidade da Pedagogia, embora a critiquem.

O autor ainda ressalta que, mesmo a sociedade estando permeada de ações pedagógicas, a quantidade e a qualidade de profissionais de Pedagogia estão cada vez mais escassas. Isso acontece porque a reformulação do curso de Pedagogia enfatiza uma maior preocupação com o curso em si em detrimento de sua base teórica. Percebe-se que as faculdades abrem espaços para filósofos, psicólogos e sociólogos da educação, os quais acabam lecionando no lugar de pedagogos.

Entretanto, na última década da educação brasileira veio ocorrendo um paradoxo. A sociedade foi se tornando cada vez mais “pedagógica”,

enquanto a quantidade e qualidade profissional dos pedagogos foram diminuindo. O movimento de reformulação dos cursos de formação de educadores preocupou-se mais com o “curso” e menos com as bases teóricas da pedagogia. A ênfase na formação do docente reduziu o peso da formação pedagógica teórica mais aprofundada. [...] Hoje nossas faculdades de educação estão repletas de filósofos, sociólogos e psicólogos da educação e esvaziadas de pedagogos, mesmo porque aqueles raramente se reconhecem como pedagogos. [...] (LIBÂNEO, 1999, p. 56, 57).

Tudo isso resulta no empobrecimento, no vazio teórico e na desvalorização da formação pedagógica. Conforme Libâneo (1999, p. 58) “[...] conviria analisar mais a fundo a hipótese de que o desprestígio acadêmico dos estudos em Pedagogia se explicaria como reflexo direto da desvalorização social e profissional do educador escolar”.

De acordo com o mesmo autor, o descaso com que o governo trata os assuntos da educação resulta nos baixos salários, na formação desqualificada do profissional, o que enfraquece o exercício eficiente da profissão. Somado a isso, falta reconhecer os estudos propriamente pedagógicos, a criticidade na profissão e identificar os campos de estudo. Tais fatores são a causa da desvalorização social e econômica da profissão, e, conseqüentemente, prejudicam a luta por direitos e a realização de movimentos reivindicatórios.

## 2.5 IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL NO ÂMBITO EDUCACIONAL

Segundo Libâneo (1999), o desempenho do pedagogo escolar é indispensável no contexto educacional, pois em sala de aula é fundamental no planejamento dos conteúdos propostos, dos métodos e técnicas de ensino, da didática e da organização do ambiente da classe, ajudando a sanar dúvidas quando necessárias, sendo, portanto, importante para um melhor desempenho do professor.

De acordo com o mesmo autor, a presença do pedagogo na instituição, além de essencial, é uma exigência legal dos sistemas educacionais, pois é sua atribuição o suporte pedagógico à docência, objetivando a melhoria do ensino para a sociedade. É preciso destacar que o pedagogo coopera em situações nas quais as atividades docentes ultrapassam o ensino de conteúdos específicos, abrangendo conceitos culturais, sociais, políticos e psicológicos.

Colabora também, juntamente com a equipe gestora, das ações pedagógicas da escola, para um bom funcionamento no desenvolvimento do trabalho coletivo, na elaboração de planos de ensino, na preparação do currículo, planejamentos, reuniões pedagógicas, intervenções, entre outros.

[...] O pedagogo entra naquelas situações em que a atividade docente extrapola o âmbito específico da matéria de ensino: na definição de objetivos educativos, nas implicações psicológicas, sociais, culturais no ensino, nas peculiaridades do processo de ensino e aprendizagem, na detecção de problemas de aprendizagem entre os alunos, na avaliação, no uso de técnicas e recurso de ensino etc. o pedagogo entra, também, na coordenação do plano pedagógico e planos de ensino, [...], da composição de turmas, das reuniões de estudo, conselho de classe etc. (LIBÂNEO, 1999, p. 55).

Dentre as funções atribuídas ao pedagogo, encontra-se a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), que é construído por toda equipe pedagógica de forma coletiva para se alcançar o sucesso escolar.

Vale ressaltar que, por meio da construção e execução do PPP, busca-se transformar a realidade presente, no sentido de alcançar os objetivos propostos, considerando novas possibilidades e novos sonhos erguidos coletivamente e direcionados a romper as barreiras do presente e assumir compromissos com o futuro.

A elaboração do projeto pedagógico da escola pressupõe, portanto, a construção de uma nova realidade que supere a presente e considere as possibilidades do vir a existir, sugerindo a dimensão de utopia, essa última entendida como algo que ainda não existe, mas que, a partir do engajamento dos indivíduos, poderá concretizar-se. É nesse sentido que o projeto supõe rupturas com o presente e compromisso com o futuro [...] (SOUSA E CORRÊA, 2002, p. 72).

Então, para que haja uma gestão democrática na instituição escolar, faz-se indispensável a participação e o envolvimento de todos os integrantes desse ambiente educacional, como diretor, pedagogo, professor, aluno, dentre outros atores (OLIVEIRA 2009).

No entanto, o trabalho conjunto de todos esses atores pode acarretar diferenças de opiniões. Por isso, é preciso democratizar o trabalho coletivo, a fim de que se respeitem as opiniões divergentes, pois só dessa forma é possível contribuir para uma gestão democrática. E o pedagogo, considerando suas atribuições legais já mencionadas, é um mediador fundamental no colegiado escolar, quanto à execução do PPP.

Como se percebe, não é fácil praticar a gestão democrática na escola pública, uma vez que são muitos os sujeitos envolvidos e cada um apresenta pontos de vista que podem divergir dos demais. Entretanto, o respeito à coletividade é que fornece as bases para interação dentro de um espaço democrático (OLIVEIRA, 2009, p. 71).

É muito importante que a escola trabalhe os assuntos que contribuem para uma prática educativa de qualidade, em que todos estejam envolvidos. O pedagogo, junto com os outros integrantes da equipe pedagógica da escola, assume um papel que se destaca, pois deve estar atento à realidade do âmbito escolar, suas necessidades e dificuldades, apresentando-as como desafio para o coletivo, dando apoio na solução de problemas.

As reuniões que acontecem no espaço escolar durante a semana são fundamentais, pois analisam a prática que acontece dentro de sala e na escola. Assim, de forma coletiva, reflexiva e crítica, indica o caminho para o aprimoramento dos estudos sobre os problemas encontrados na realidade escolar, buscando soluções.

As reuniões pedagógicas semanais são espaços necessários e privilegiados para a reflexão crítica e coletiva sobre a prática de sala de aula e da escola, bem como para o replanejamento. A partir dessa reflexão surge a necessidade do estudo, que é feito, então, tendo um significado, na medida

em que corresponde a um problema colocado pela realidade (VASCONCELOS, 2002, p. 162).

Ainda, segundo o mesmo autor, as reuniões pedagógicas devem ser de acordo com as necessidades escolares. Deve-se planejar e analisar antes de praticar. Ter compromisso, um desejo, uma proposta a seguir, um projeto a realizar. Caso contrário, cai em uma rotina maçante, com as informações destoando da realidade, do cotidiano e das questões que afligem os professores. É preciso, pois, sair do formalismo para que a reunião tenha sentido.

Para Libâneo (apud PIMENTA, 2002), o trabalho coletivo é importante, pois cada profissional possui atribuições próprias. Com isso, a escola passa a compor uma nova organização constituída por profissionais docentes e não docentes, isto é, professores e pedagogos, cujas funções se integram e se completam, diante das especificidades e experiências de cada um.

### **3 ANALISANDO OS DADOS DA PESQUISA**

A amostra das funcionárias pesquisadas é composta por três pedagogas do turno matutino das escolas municipais, EMEF “Stanislaw Zucoloto” (Escola A), EMEF “Maria Rodrigues Leite” (Escola B) e EMEF “Veneciano” (Escola C), do município de Nova Venécia- ES, sendo uma pedagoga de cada instituição de ensino.

As pedagogas das três instituições escolares cumprem e conhecem o Regimento Municipal para a execução das suas atribuições, sendo que na escola B a pedagoga cria condições para que os educadores que ali trabalham possam rever a sua atuação, percebendo as dificuldades da escola e avaliando o seu papel para eventuais melhoras.

Quanto às atribuições a serem executadas, as três profissionais, muitas vezes, não conseguem realizá-las, devido aos conflitos a serem resolvidos na instituição, como problemas sociais e familiares e outras atividades que lhe são solicitadas.

Das maiores dificuldades encontradas na escola, as profissionais em questão destacam a falta de comprometimento dos alunos e dos pais, isto é, são os problemas sociais e familiares. Além disso, a pedagoga da escola C também não consegue sentar junto com os professores para planejar devido à carga horária destes.

Observa-se que as entrevistadas, na maioria das vezes, não conseguem realizar as suas atribuições. Segundo elas, isso acontece devido às dificuldades encontradas que acabam ultrapassando o tempo disponível, conflitos que vão surgindo no decorrer do dia e também, muitas vezes, são solicitadas para auxiliar em outras atividades.

As dificuldades encontradas no âmbito escolar das escolas, aqui citadas, estão relacionadas a problemas sociais e familiares. Para resolvê-las a escola A busca um trabalho com a família e age dentro da legalidade. A escola B busca resolvê-los juntamente com o coletivo, por meio do diálogo, explicando as situações sem que se prejudiquem os envolvidos. A escola C manda bilhete para a família ir à escola,

forma parceria com o Conselho Tutelar, com o Ministério Público, com a família e com os professores.

De acordo com a Resolução CNE/CP N. 1 de 05/2006, em seu artigo 5º, inciso VIII, IX e XI, o pedagogo também deve identificar os problemas econômicos, étnico-raciais, sociais, entre outros, dentro do contexto escolar com uma postura de investigação, a fim de solucioná-los, facilitando a relação entre escola, família e comunidade, desenvolvendo um bom trabalho em equipe.

Nas três escolas, existe a interação entre todos os integrantes, porém na escola C não há 100 %, porque muitos professores não têm planejamento, ficam isolados, alguns só trabalham na instituição para completar carga horária.

Para a pedagoga da escola A, é importante trabalhar com a coletividade, para que o resultado final seja alcançado. Na escola B é importante ter uma gestão participativa, que contribua para a concretização dos objetivos propostos, proporcionando, então, no ambiente escolar, ações que viabilizem a participação de todos, de forma compartilhada, o que contribui para a qualificação da prática pedagógica. Já na escola C, somente com a participação da coletividade é que o trabalho pode fluir com mais harmonia, um ajudando o outro.

Diagnostica-se, em meio às escolas entrevistadas, interesse do coletivo no âmbito escolar, porém, na escola C, a pedagoga acrescenta que a troca de pessoas do corpo técnico-administrativo sempre provoca dificuldades. Com isso, os docentes acabam se distanciando da equipe escolar. Nota-se que o trabalho coletivo é essencial para uma gestão educativa de qualidade, contribuindo para que todos os integrantes da instituição estejam envolvidos. De acordo com Vasconcelos (2002, p. 163), agir em coletividade pressupõe:

[...] a necessidade de uma liderança pedagógica (normalmente o coordenador pedagógico ou supervisor), que atua como o *intelectual orgânico* do grupo, qual seja, alguém que está atento à realidade, localiza as necessidades e as coloca como desafios para o coletivo, ajudando na tomada de consciência e na busca de formas de enfrentamento.

De acordo com a pedagoga da escola A, executar sua função com responsabilidade e comprometimento gera um resultado satisfatório na instituição. Na escola B, a figura do pedagogo é importante para que os objetivos sejam alcançados com sucesso. Para isso, é preciso também uma interação de todos, o comprometimento da coletividade, buscando sempre avançar nos processos de ensino-aprendizagem. A pedagoga da escola C busca efetuar a sua função com responsabilidade, pois, um trabalho ineficiente pode interferir no resultado esperado em sala de aula. Diante disso, pode-se observar que as pedagogas executam suas funções com comprometimento e responsabilidade, para que alcancem com sucesso o que almejam, evitando resultados insatisfatórios.

As três pedagogas concordam sobre a importância do pedagogo no direcionamento do trabalho docente, prestando auxílio no processo ensino aprendizagem. É acrescentado pela pedagoga da escola A que é necessário zelar pelo cumprimento do plano de trabalho. A pedagoga da escola B só interfere quando necessário, conversando sem impor, mostrando o melhor caminho a seguir com alternativas

educacionais, auxiliando para que se trabalhe dentro da realidade dos discentes. Na escola C, a pedagoga conclui que é necessário o professor estar sempre revendo sua prática.

Segundo Libâneo (1999), o desempenho do pedagogo escolar é indispensável no contexto educacional, pois em sala de aula é fundamental no planejamento dos conteúdos propostos, dos métodos e técnicas de ensino, da didática e da organização do ambiente da classe, ajudando a sanar dúvidas quando necessárias, sendo, portanto, importante para um melhor desempenho do professor. De acordo com o mesmo autor, a presença do pedagogo na instituição, além de essencial, é uma exigência legal dos sistemas educacionais, pois é sua atribuição o suporte pedagógico à docência, objetivando a melhoria do ensino para a sociedade.

Em relação aos profissionais que não possuem licenciatura em Pedagogia, as pedagogas entrevistadas concordam que eles não possuem a didática necessária em comparação ao profissional que optou pelo curso de Pedagogia. A pedagoga da escola A afirma que, por não possuir a didática necessária, compromete o trabalho na instituição. Na escola B, a pedagoga assegura que eles ficam perdidos, pois é preciso ter paixão pelo que faz, bem como o conhecimento das leis de educação, que é indispensável para se trabalhar na escola. Na escola C, a pedagoga garante que esses profissionais não possuem olhar pedagógico em relação aos assuntos escolares.

Em relação à importância do pedagogo como integrante da gestão escolar, a pedagoga da escola A posiciona-se no sentido de que este conhece todos os passos a serem seguidos dentro da instituição, embora, às vezes, encontre dificuldades pelo caminho, mas sabe que as soluções serão encontradas. Na escola B é importante porque ajuda a analisar os pontos positivos e negativos da escola numa visão pedagógica. Na escola C, a pedagoga afirma que possui sensibilidade para gerir os conflitos sociais e emocionais do aluno, pois procura conhecer o seu contexto histórico, além de ter o conhecimento das leis educacionais que outro profissional não tem.

Libâneo (1999, p. 44, 45) afirma que:

[...] Pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação de saberes e de modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana previamente definidos em sua contextualização histórica. Em outras palavras, pedagogo é um profissional que lida com fatos, estruturas, contextos, situações, referentes à prática educativa em suas várias modalidades e manifestações.

Quanto à valorização e reconhecimento da profissão na sociedade em que se vive a pedagoga da escola A afirma que a sociedade ainda não reconhece essa profissão como deveria. Isso acontece devido às grandes ofertas de cursos rápidos e da complementação pedagógica, tornando o curso mais desvalorizado e a profissão um pouco sem identidade. A pedagoga da escola B admite que sua profissão é desmerecida, pois muitos acreditam que não é necessária a presença desse profissional no ambiente escolar. Na escola C, a pedagoga entende que a sociedade



em geral não consegue reconhecer o profissional, pois para eles todos os integrantes fazem parte do mesmo pacote.

As pedagogas concordam que sua profissão é desvalorizada e desconhecida perante a sociedade, pois para a sociedade todos os integrantes da administração escolar realizam a mesma função. No item 2.4, fica clara a importância do pedagogo e o que representa para a sociedade, tendo em vista que ocorrem situações pedagógicas na educação formal e não formal e nos diversos setores da sociedade, e, ainda assim, se desconhece a existência desse profissional. De acordo com Libâneo:

[...] O pedagógico perpassa toda a sociedade, extrapolando o âmbito escolar formal, abrangendo esferas mais amplas da educação informal e não formal. Apesar disso, não deixa de ser surpreendente que instituições e profissionais cuja atividade está permeada de ações pedagógicas desconheçam a teoria pedagógica (LIBÂNEO, 1999, p. 20).

É importante ainda considerar o que é dito pela pedagoga da escola A, afirmando que a sociedade ainda não reconhece essa profissão como deveria, devido às grandes ofertas de cursos rápidos e da complementação pedagógica. Essa hipótese, embora não levantada, é de grande relevância para confirmação da desvalorização do curso.

Para a pedagoga da escola A, poucos a reconhecem e sabem das suas funções na escola em que atua, pois a comunidade escolar acha que a sua função se limita a apagar os incêndios dentro da instituição. Na escola B, todos a reconhecem e identificam a sua função. Ela acredita que isso acontece pelo fato de estar buscando sempre o melhor e por possuir uma interação positiva com a família. De acordo com a pedagoga da escola C, a comunidade escolar não sabe diferenciar o papel de cada um na parte administrativa da instituição, por isso acredita não ser reconhecida. Sempre chegam querendo falar com o diretor, vendo na figura dele, o único responsável pela instituição.

#### **4 CONCLUSÃO**

Com a realização deste estudo, infere-se que as pedagogas entrevistadas seguem as suas atribuições e competências de acordo com a legislação vigente e que elas conhecem os seus direitos e deveres, contribuindo para o funcionamento apropriado no âmbito escolar.

Por meio da entrevista deduz-se que os conflitos encontrados nas escolas estão relacionados a problemas sociais e familiares, cuja frequência desestabiliza o rendimento escolar do aluno, bem como o trabalho dos pedagogos, tendo em vista que estes deixam seus afazeres em função da resolução dessas desordens.

Percebe-se que o pedagogo é um profissional indispensável como membro da gestão escolar. Analisando o resultado dos dados coletados, verifica-se que tal profissional conhece todos os passos a serem seguidos numa visão pedagógica. Além disso, possui percepção para resolver os conflitos sociais e emocionais que afetam os alunos. Com efeito, se esse profissional não exercer sua função com

comprometimento e competência, deprecia o bom funcionamento da escola, podendo contribuir para o fracasso da gestão, da qual faz parte.

Por isso mesmo, as profissionais entrevistadas reconhecem que devem executar sua função com responsabilidade, a fim de que o resultado final seja satisfatório, alcançando os objetivos almejados pela instituição escolar. Diante disso, é necessário que o pedagogo busque uma gestão participativa, na qual todos os atores estejam envolvidos no processo pedagógico, evitando resultados insatisfatórios, que podem comprometer o sucesso escolar.

Outra dificuldade encontrada pelas profissionais relaciona-se à desvalorização da própria profissão, afetando a execução de suas funções, pois se sentem desvalorizadas perante a sociedade, que não reconhece a importância do referido profissional. Dessa forma, a sociedade como um todo, por não reconhecer a verdadeira função do pedagogo, acredita que o diretor é o único responsável pela escola.

Todavia, percebe-se que o pedagogo, consciente das suas atribuições, em obediência à legislação vigente e com competência dentro da instituição, conhece e exerce sua função com dedicação e interesse, sem prejudicar o universo escolar, contribuindo, assim, para uma gestão democrática, participativa e qualificativa, com o envolvimento de todos.

Considerando a visão ampla do pedagogo, bem como sua habilidade na resolução de problemas, conclui-se que as dificuldades encontradas são resolvidas da melhor forma possível sem que os integrantes sejam prejudicados e sem desestruturar a equipe escolar. Para tanto, destaca-se a importância do trabalho coletivo e democrático, a fim de que as situações-problemas sejam solucionadas de forma eficiente.

A conclusão dessa pesquisa confirma a importância do pedagogo para a educação escolar, como integrante indispensável da equipe gestora. A integração e a colaboração de todos os integrantes da instituição na resolução de conflitos sociais e familiares é condição para garantir o sucesso dos objetivos propostos.

Espera-se que todos reconheçam e valorizem o profissional em questão, identificando as competências e as atribuições, bem como sua importância para a instituição escolar.

Recomendam-se, para futuros trabalhos acadêmicos, a ampliação dos estudos, investigando a respeito da complementação pedagógica oferecida aos bacharéis, permitindo que sejam igualmente licenciados e dos cursos rápidos oferecidos no mercado e que, possivelmente, contribuem para a desvalorização e o desconhecimento da especificidade do trabalho do pedagogo.

## 5 REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 20 dez.

1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em: 08 jun. 2013.
2. \_\_\_\_\_. MEC/CNE. Resolução CNE/CP 1/2006. **Institui diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em pedagogia, licenciatura.** 2006. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf)> Acesso em: 08 jun. 2013.
  3. BREZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores: Busca e movimento.** 2. Ed. Campinas, SP: Papirus, 2000., p. 181-194.
  4. ESPÍRITO SANTO. SEDU. **Resolução nº. 2.141/2009.** Regimento comum das escolas da rede estadual de ensino do Estado do Espírito Santo. Vitória, 2010. Disponível em: <[http://www.educacao.es.gov.br/download/Regimento\\_sedu1.pdf](http://www.educacao.es.gov.br/download/Regimento_sedu1.pdf)> Acesso em: 08 jun. 2013.
  5. FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia como ciência da educação.** Campinas: Papirus, 2003.
  6. LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
  7. NOVA VENÉCIA. Secretaria de Educação. **Regimento comum das escolas.** Aprovado pela Resolução CEE nº 108/2000 de 28 de Dezembro de 2000. Nova Venécia, 2000.
  8. \_\_\_\_\_. **Projeto Político Pedagógico,** EMEF “Maria Rodrigues Leite”. Nova Venécia, 2012.
  9. \_\_\_\_\_. **Projeto Político Pedagógico,** EMEF “Stanislaw Zucoloto”. Nova Venécia, 2012.
  10. \_\_\_\_\_. **Projeto Político Pedagógico,** EMEF “Veneciano”. Nova Venécia, 2012.
  11. OLIVEIRA, A. S. B. et al.. Gestão democrática na escola pública: ação sócio-pedagógica que se faz ao caminhar. In: SCHWARTZ, C.; ARAUJO, G.; RODRIGUES, P. (Orgs.). **Escola de gestores da educação básica: democracia, formação e gestão escolar: reflexões e experiências do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica no Estado do Espírito Santo.** Vitória: GM, 2009.
  12. PIMENTA, Selma Garrido. **O pedagogo na escola pública: uma proposta de atuação a partir da análise crítica da orientação educacional.** 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
  13. RANGEL, Mary. Supervisão: do sonho a ação- uma prática em transformação. In: FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Supervisão educacional para**

- uma escola de qualidade da formação à ação.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
14. SOUSA, J. V.; CORRÊA, J. Projeto pedagógico: a autonomia construída no cotidiano da escola. In: Davis, C.; SOUSA, J. V.; CORRÊA, J. (Orgs.). **Gestão da Escola:** desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DPEA, 2002.
15. VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico:** do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2009.
16. \_\_\_\_\_. **Planejamento:** Projeto de ensino- aprendizagem e projeto político-pedagógico. 11. ed. São Paulo: Libertad, 2002.

## **A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL “BAIRRO ALTOÉ”, MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA - ES**

Kiara Verônica salvador<sup>1</sup>  
Simone Buzatto zordenoni<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O planejamento escolar tem como propósito direcionar os docentes na realização de seu trabalho, contribuindo para o desenvolvimento intelectual, motor, afetivo e cognitivo dos indivíduos como membros participantes de uma sociedade. O objetivo desta pesquisa é identificar as dificuldades de concretizar o planejamento no contexto escolar e confirmar sua importância para os melhores resultados no processo de ensino e aprendizagem da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Bairro Altoé”. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como exploratória, bibliográfica e estudo de caso para a averiguação dos resultados, numa abordagem qualitativa. Para demonstrar a importância do planejamento escolar, busca-se sustentar as discussões em legislações sobre o assunto e a partir das concepções dos estudiosos sobre planejamento. São autores de livros e artigos científicos que fundamentam a teoria do planejamento educacional, refletindo sobre conceitos, importância, formas de execução, funções e dificuldades para planejar, executar e avaliar o planejamento. Com a análise dos dados coletados, os resultados indicam que a equipe de trabalho da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Bairro Altoé” defende que o planejamento é de extrema relevância para o ensino-aprendizagem dos alunos, pois é uma ferramenta que norteia o trabalho docente facilitando sua prática no decorrer das atividades escolares. O importante no processo de planejar é garantir a produtividade dos discentes dentro da escola, buscando estratégias para melhorar o ensino-aprendizagem e para desenvolver novas habilidades e atitudes no meio social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Dificuldades. Ensino-aprendizagem. Execução. Elaboração. Avaliação.

### **ABSTRACT**

The school planning aims to direct teachers in performing their work, contributing to the intellectual, motor, cognitive and affective individuals as participating members of a society. The objective of this research is to identify the difficulties of achieving planning in the school context and confirm its importance for the best results in the teaching and learning of Municipal Elementary School "Neighborhood Altoé". Methodologically, the research is characterized as exploratory, literature and case study to investigate the results, a qualitative approach. To demonstrate the importance of school planning, we seek to hold discussions on laws on the subject and from the conceptions of students about planning. Are authors of books and scientific papers that support the theory of educational planning, reflecting on concepts, importance, performance modes, functions and difficulty in planning, implementing and evaluating the plan. With the analysis of the data collected, the

results indicate that the work team of the Municipal Elementary School "Neighborhood Altoé" argues that planning is extremely important for teaching and student learning, it is a tool that guides teachers' work facilitating their practice during school activities. What is important in the planning process is to ensure the productivity of students within the school, seeking strategies to improve teaching and learning and to develop new skills and attitudes in social media.

**KEYWORDS:** Difficulties. Teaching and learning. Implementation. Elaboration. Review.

## 1 INTRODUÇÃO

O planejamento é uma ação presente no cotidiano dos indivíduos. Está ligado às várias esferas do conhecimento e indica o caminho a ser seguido em busca de novos horizontes. Pela sua relevância, é adotado como forma de facilitar o processo e a organização do sistema educativo, a fim de garantir a produtividade de ensino. Para Damis (2012, p. 173) "O planejamento escolar tornou-se assim, a expressão das condições, das necessidades e dos interesses predominantes na sociedade através da forma de organizar o processo educativo, de definir os objetivos, as estratégias e a avaliação".

O planejamento escolar tem como propósito direcionar os docentes na realização de seu trabalho, contribuindo para o desenvolvimento intelectual, motor, afetivo e cognitivo dos indivíduos como membros participantes de uma sociedade. É necessário que os educadores compreendam e superem as dificuldades encontradas na realização das atividades diárias com os alunos, tornando-os pessoas socializadas, com formação crítica e consciente de seus atos. O planejamento é um processo educativo, com dificuldades para sua elaboração e execução, mas de extrema importância, pois é o suporte para a transformação necessária no contexto escolar, possibilitando mudanças na realidade educacional.

Segundo Gandin, (1999, p. 37):

O planejamento, como tarefa natural ao ser humano, é o processo de divisar o futuro e agir no presente para construí-lo. Assim, planejar é organizar um conjunto de ideias que representem esse futuro desejado e transformar a realidade para que esse conjunto nela se realize no todo ou em parte.

A necessidade do planejamento escolar justifica-se pelo seu caráter transformador, contribuindo para a evolução dos indivíduos na sociedade. O importante no processo de planejar é garantir a produtividade dos discentes dentro da escola, buscando estratégias para melhorar o ensino-aprendizagem e para desenvolver novas habilidades e atitudes no meio social. O planejamento escolar é ferramenta facilitadora do processo ensino-aprendizagem, fornecendo ao indivíduo subsídios para o desenvolvimento crítico e reflexivo, preparando-o para viver em sociedade. Tanto o tempo insuficiente que os sistemas de ensino destinam a essa atividade, quanto à falta de compromisso dos professores com o planejamento, comprometem a aprendizagem dos discentes.

Com este trabalho pretende-se identificar as dificuldades de concretizar o planejamento dentro do contexto escolar e confirmar sua importância para a prática pedagógica, melhorando os resultados no processo de ensino-aprendizagem. Torna-se necessário, também, compreender a forma como é realizado o planejamento dentro da escola, bem como, verificar a participação dos docentes nesse processo e refletir sobre a relevância do ato de planejar e sua consequência no processo ensino-aprendizagem.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 CONCEITUANDO PLANEJAMENTO

O planejamento representa uma das principais funções administrativas, conforme destaca Hoji (2008, p. 359) ao mencionar que,

O planejamento consiste em: [...] estabelecer com antecedência as ações a serem executadas dentro de cenários e condições preestabelecidos, estimando os recursos a serem utilizados e atribuindo as responsabilidades, para atingir os objetivos fixados.

Destaca Maximiano (2000, p. 257), quanto ao conceito de planejamento, que ele pode ser entendido como um,

Método de ordenação de atividades com vistas a alcançar os objetivos propostos e, portanto, atingir um futuro desejado. O seu propósito básico não é o de prever o futuro, mas o de examinar alternativas futuras, analisar o leque de escolhas, priorizar, optar por uma delas, no sentido de minimizar ações incorretas e prever e prover os meios e recursos necessários, no intuito de buscar a redução de incertezas e minimizar os riscos.

Refletindo sobre o planejamento no contexto escolar, alguns autores assim se expressam:

Segundo Martins (1997), o planejamento é um recurso eficiente no processo de ensino, pois é uma prévia de todas as atividades a serem desenvolvidas na busca de alcançar os objetivos estabelecidos. É um meio de preparar e organizar a ação docente dentro do contexto educacional, esclarecendo e levando a uma organização da problemática a ser trabalhada de forma flexível, na perspectiva da tomada de decisão e adequação da realidade dos alunos. Assim, torna-se um instrumento imprescindível, que evita a rotina e a improvisação, para garantir a eficiência do ensino e da aprendizagem.

Turra et al (apud MARTINS, 1997, p. 65) ainda esclarece que:

Antes de formular objetivos e estabelecer a estratégia para o desenvolvimento da sua ação junto aos alunos, é essencial que o professor efetue um balanço sistemático das características, condições e problemas da realidade em que você vai atuar.

Para Masetto (1997), o planejamento começa por um pequeno esboço realizado pelos docentes, que organiza algumas informações prévias dos alunos, como característica da faixa etária, perfil socioeconômico, conteúdos a serem ministrados entre outros. “No entanto, mesmo de posse de tais informações, o professor ainda não se encontra em condições de orientar suas ações naquela determina série. Falta-lhe um dado importantíssimo: quem são na realidade os alunos que comporão a turma”. (MASETTO, 1997, p. 81).

Na opinião de Maia (2009), o planejamento facilita a prática do professor e orienta as sequências das aulas, que são realizadas de acordo com a realidade de cada comunidade em que a escola e o aluno estão inseridos, além de contribuir para flexibilidade e organização do trabalho docente. O planejar vai além da teoria, o educador tem que compreender o espaço educativo, ir além de listagem de conteúdos programáticos de suas atividades e buscar novas possibilidades argumentativas e teóricas.

Ainda de acordo com Masetto (1997), o planejamento deve ser uma ferramenta de trabalho, utilizada de forma dinâmica e flexível a mudanças, para atender às necessidades dos alunos. Deve ser fundamentado e permitir alterações para adequar-se à realidade dos alunos. O autor acrescenta que:

A adaptação do planejamento se dá nos primeiros encontros do professor com seus alunos. Quando ocorre um conhecimento mútuo, as carências e as necessidades são explicitadas; gostos; estágio de aprendizagem e conhecimento daquela determinada disciplina podem ser manifestados mais abertamente. (MASETTO, 1997, p.81).

Para Moreira e Vasconcelos (2007), planejamento define-se como um instrumento estratégico, uma ferramenta de articulação entre a teoria e a prática, especificando o plano de ação dos docentes. Fundamenta, pois, as atividades da escola, tendo em vista que prevê objetivos, métodos e conteúdos pautados na realidade educativa dos alunos. Acrescenta-se, ainda, a importância da colaboração de todos os profissionais da escola para a organização de um bom planejamento, já que este deve estar de acordo com a prática, pois, dependendo da situação do cotidiano, precisa ser revisto.

Luckesi, (2011, p.131) organiza o planejamento em duas concepções: educacional e curricular:

Planejamento educacional é o processo de abordagem racional dos problemas de educação, incluindo definição de prioridades e levando em conta a relação entre os diversos níveis do contexto educacional. Planejamento curricular, é uma tarefa multidisciplinar que tem por objetivo a organização de um sistema de relações lógicas e psicológica dentro de um ou vários campos de conhecimento de tal modo que se favoreça ao máximo o processo de ensino e aprendizagem, é a previsão de todas as atividades que o educando realiza sob a orientação da escola para atingir os fins da educação.

Ainda segundo os autores Moreira e Vasconcelos (2007), o planejamento escolar desdobra-se em três níveis: plano de aula, plano de ensino e plano da escola.



O plano de aula é uma previsão para uma sala de aula ou um conjunto de aulas de forma específica e interligada para atender às perspectivas do planejamento escolar; o plano de ensino é uma previsão de atividades a serem abordadas durante um semestre e é um documento mais elaborado, com objetivos específicos, conteúdos e o desenvolvimento metodológico; o plano da escola é um documento mais global, que faz ligação com o sistema e com o projeto pedagógico da escola.

O plano de ensino é organizado por série, e é elaborado pelo professor da disciplina. É um documento mais amplo, com as características da disciplina e contemplando os aspectos intelectuais, sociais, ambientais, políticos, culturais e afetivos para o desenvolvimento do aluno. Seus objetivos são a racionalização das atividades educativas de ensino efetivo social dos alunos. O plano de aula é um instrumento mais elaborado, vai organizar os planos de ensino para alcançar objetivos propostos pelo processo dentro do planejamento e, se necessário, reavaliá-lo, para que o conteúdo atenda às necessidades da escola e do aluno. Moreira e Vasconcelos (2007).

Há uma distinção clara entre o que é planejamento e o que é plano: “se para nós, o planejamento na escola é um processo voltado para a organização de ações que permitam a consecução de objetivos educacionais, o plano é um documento escrito que materializa um determinado momento do planejamento”. (MASETTO, 1997, p. 86).

Silva e Perez (2012) aprofundam-se sobre o conceito de plano, definindo-o como um documento que registra, obriga e dá corpo às reflexões e análises desenvolvidas e às decisões tomadas no momento do planejamento. Ao explicar o sentido de cada plano, ela os organiza em: plano escolar, plano de curso e plano de ensino.

Plano Escolar é um documento síntese, resultado do planejamento da escola como um todo. Articula o projeto pedagógico da escola com os planos de ensino dos professores. Plano de Curso é um documento que orienta a trajetória individual e coletiva dos educadores, registra a essência do currículo e expressa a proposta pedagógica do curso. Plano de ensino é o documento elaborado pelos professores, registrando sua proposta de trabalho para uma área ou disciplina, devendo refletir o processo de planejamento como um todo. (SILVA E PEREZ, 2012, p.79)

Vasconcellos acrescenta que o planejamento pode significar também o projeto político pedagógico da escola.

Planejamento da escola trata-se do que chamamos de projeto político pedagógico (ou projeto educativo), sendo o plano integral da instituição. Compõe-se de marco referencial, diagnóstico e programação. [...]. Projeto de ensino-aprendizagem é o planejamento mais próximo da prática do professor e da sala de aula. Diz respeito mais estritamente ao aspecto didático. (VASCONCELLOS, 2002, p. 95-96).

Ao desenvolver o conceito de planejamento evidencia-se a necessidade dessa ferramenta em toda e qualquer organização, mais especificamente em se tratando de organização escolar, cuja importância será desenvolvida a seguir.

## 2.2 A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO ESCOLAR

De acordo com Libâneo (1994, p. 222), “o planejamento é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social”. Todos os integrantes da escola são importantes e estão envolvidos na elaboração do planejamento escolar, buscando meios que estão ligadas aos objetivos, conteúdos e métodos adequados, tendo como foco a realidade social do aluno.

O professor Celso Vasconcellos (2002, p. 60) descreve as finalidades do planejamento escolar. Dentre elas, ressalta-se:

Despertar e fortalecer a esperança na história como possibilidade;  
 Ser um instrumento de transformação da realidade;  
 Resgatar a intencionalidade da ação (marca essencialmente humana), possibilitando a (re) significação do trabalho, o resgate do sentido da ação educativa;  
 Combater a alienação: explicitar e criticar as pressões sociais e os compromissos ideológicos; tomar consciência de que projeto está se servindo;  
 Dar coerência à ação da instituição, integrando e mobilizando o coletivo em torno de consensos (provisórios); superar o caráter fragmentário das práticas em educação, a mera justaposição;  
 Ajudar a prever e superar dificuldades; fortalecer o grupo para enfrentar conflitos e contradições;  
 Racionalizar os esforços, o tempo e os recursos (eficiência e eficácia): utilizados para atingir fins essenciais do processo educacional;  
 Diminuir o sofrimento.

E o professor José Carlos Libâneo (1994) enumera as funções importantes do planejamento escolar como explicitar princípios, diretrizes e procedimentos do trabalho docente, assegurar a coordenação e a organização dos conteúdos planejados pelo professor, prever objetivos, conteúdos e métodos a partir da realidade dos alunos. O autor ressalta que:

Agindo assim, o professor usa o planejamento como oportunidade de reflexão e avaliação da sua prática, além de tornar menos pesado o seu trabalho, uma vez que não precisa, a cada ano ou semestre, começar tudo do marco zero. (LIBÂNEO, 1994, p. 225).

O autor ainda afirma que o plano deve ser como um guia de orientação (que estabelece as diretrizes e os meios de realizar o trabalho docente); deve apresentar ordem sequencial (para atingir o objetivo são necessários vários passos, mas que os docentes sigam uma sequência lógica); objetividade (correspondência do plano com a realidade a ser trabalhada); coerência (relação existente entre a teoria e a prática) e flexibilidade (manter-se sempre organizado, reorganizando seu trabalho no decorrer do ano letivo).

Libâneo (1994) defende que o planejamento sozinho é insuficiente para garantir e assegurar o processo ensino-aprendizagem. É necessário que toda a escola esteja envolvida e que os planos estejam ligados com a prática, sendo adaptados conforme a necessidade dos alunos.

A ação docente vai ganhando eficácia na medida em que o professor vai acumulando e enriquecendo experiências ao lidar com as situações concretas de ensino. [...] Para planejar, o professor se serve, de um lado, dos conhecimentos do processo didático e das metodologias específicas das matérias e, de outro, sua própria experiência prática. Com isso, vai criando e recriando sua própria didática, vai enriquecendo sua prática profissional e ganhando mais segurança. (LIBÂNEO, 1994, p.225).

Franco (1997) vem reafirmando sobre a importância do planejamento, considerando que o professor deve, obrigatoriamente, analisar e concretizar a primeira etapa, sempre respeitando a programação, o currículo e as datas do calendário escolar. Por isso é de extrema importância a realização do planejamento escolar, para que se consiga executar um trabalho eficaz e eficiente que auxiliará o professor em sua rotina diária. Desta forma, torna-se indispensável que o referido planejamento apresente, com clareza, os objetivos e as metas a serem alcançadas.

### **2.3 A REALIDADE ESCOLAR QUANTO ÀS DIFICULDADES DE PLANEJAR**

Segundo Vasconcellos (2002), o contato mais próximo com o campo educacional vem mostrando casos de escolas desvinculadas da vida, formalistas, autoritárias. Também é visível o desinteresse dos alunos, a baixa qualidade na aprendizagem, os altos índices de reprovação, evasão escolar, desgaste do professor, reclamações dos pais, o que infelizmente, está se tornando a realidade escolar.

O mesmo autor (2002) afirma que para se promover mudanças nesse quadro escolar, é necessário que a escola exerça um papel social de humanização e emancipação, contribuindo para que os alunos possam expandir o conhecimento e crescer como pessoas e cidadãos, com um professor que possa realizar um trabalho mais gratificante e menos alienado, repensando sua prática. O autor vê no planejamento o caminho para promover mudanças que apresentem esta realidade.

De acordo com as ideias de Gandin (2009b, p. 39), no campo do planejamento o essencial é centrar na realidade. “[...] A concepção de planejamento que se firma e que tem sentido é aquela que o considera uma metodologia científica para construir a realidade”.

Não é possível dizer que haja planejamento sem isso: ele consiste exatamente no processo de explicar a realidade desejada, de construir (transformar) a realidade existente, tendo como rumo aquela realidade desejada. O planejamento é, justamente, a inteligência que dá eficácia a este processo. (GANDIN, 2009b, p. 41).

Vasconcellos (2002) afirma que o planejamento ilustra o que será desenvolvido em sala de aula, porém com focos específicos, envolvendo a realidade escolar, considerando os alunos e suas necessidades, trabalhando os fatores que interferem no processo ensino-aprendizagem, tendo como foco a formação do ser humano.

Complementando, Vasconcellos (2002, p. 14 e 15) destaca que,

[...] esta constatação deve servir de alerta para nossas reflexões: não perder de vista a extraordinária constelação de questões envolvidas, bem como as contradições da realidade, inclusive em relação ao próprio planejamento.

[...]. o planejamento educacional é da maior importância e implica enorme complexidade, juntamente por estar em pauta a formação do ser humano. (VASCONCELLOS, 2002, p.14 e 15).

## 2.4 A DESCRENÇA NO PLANEJAMENTO

Como descrito por Vasconcellos (2002), no decorrer do ano letivo acontece uma série de práticas escolares como preencher formulários com objetivos, conteúdos, avaliação, discussão da proposta pedagógica da escola, entre outros. São ações que acontecem quase que mecanicamente e os professores consideram como mais uma burocracia que é cobrada exaustivamente e, na maioria das vezes, permanecem apenas no papel. Neste viés, há casos de professores que negam a importância do planejamento e outros que entendem a importância e a necessidade dessa prática.

Há uma ambiguidade na prática dos professores, pois ao mesmo tempo em que não negam a importância do planejamento, percebem sérias limitações em sua realização. Outras vezes, há uma polarização entre os 'especialistas' e os professores: os primeiros defendendo ferreamente o planejamento e os últimos fazendo tudo para se livrem dele. Nessa polarização se manifesta também outra ambiguidade: os especialistas cobram dos professores, mas não fazem o seu respectivo plano de trabalho. (VASCONCELLOS, 2002 p.16).

O autor ainda ressalta que a opinião dos docentes quanto às dificuldades encontradas na eficácia e no desempenho do planejamento consiste no fato de não conseguirem realizá-lo, uma vez que este, de certa forma, vem imposto, o que dificulta atingir o objetivo do plano de ação, ficando burocrático e sem sentido. Outra contrariedade é o fato de ter que planejar no início do ano, sem conhecer as necessidades dos alunos, tendo, pois, que fazer adaptações durante todo o ano letivo, para que se consiga suprir a necessidade de cada discente.

Segundo Martins (1997), os docentes participam pouco ou nada da elaboração do processo de trabalho que irão desenvolver com os alunos. Isso torna a tarefa apenas burocrática e sem significado. Nesse sentido, os documentos vão para o arquivo dos coordenadores pedagógicos, segundo a lógica do sistema, pois a estes é dada a função de planejar e controlar o processo de ensino e, aos professores, a tarefa de executar o que foi planejado. Desse modo, o ato de planejar torna-se um conceito vazio e sem nexos.

Segundo Vasconcellos (2002), pode-se observar que os professores desacreditam dos planos solicitados pelos agentes externos, acrescentando que, se fossem permitidos, alguns professores ministrariam suas aulas por anos e anos sem esboçar nenhum plano.

Ainda, de acordo com Gama e Figueiredo ([s.d]), se desconhece o motivo pelo qual os educadores mostram-se desmotivados em relação ao planejamento, mas pode-se pensar que seja devido à descrença, pois esses profissionais acreditam que planejar seja somente atender a questões burocráticas regidas pelo sistema escolar. Por conseguinte, deixam de fazê-lo, descrentes no sucesso dessa prática.

Já Vasconcellos, em resultado a uma análise do assunto em questão, afirma que:

[...] o professor foi 'seduzido' pelas promessas do planejamento, como se através dele tudo pudesse ser resolvido. Só que depois, à medida que as coisas não iam acontecendo, foi desacreditando, e se decepcionou, mas continuou sendo cobrado para que fizesse: caiu-se no vazio do fazer alienado. Deixou de ser uma autêntica elaboração, tornando-se uma prática mimética. (VASCONCELLOS, 2002, p. 34).

## 2.5 O PROFESSOR E O PLANEJAMENTO

Tradicionalmente, os professores estão acostumados à reserva de 20% de sua carga horária para o planejamento, considerando que, tanto os estatutos quanto os planos de carreira do magistério do Espírito Santo, redes estadual e municipais assim regulamentam essa prática. Recentemente, a Lei nº 11.738, de 16/7/2008 (Brasil, 2008) determina que: “§ 4º Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos”. Trata-se de uma significativa mudança em relação às legislações anteriores, que reservavam apenas 20% da carga horária ao planejamento.

“A atividade de planejar, como um modo de dimensionar política, científica e tecnicamente a atividade escolar, deve ser resultado da contribuição de todos aqueles que compõem o corpo profissional da escola”. (LUCKESI, 2011, p.13).

Para Vasconcellos (2002), o trabalho do professor em sala de aula pode ser influenciado por dois enfoques: um, de natureza objetiva que envolve todas as condições concretas em que exerce sua atividade, tais como número de alunos, material didático, condições físicas das salas de aula, salários, etc., sendo fundamentais para o desenvolvimento do seu trabalho, sem ser o principal ponto para justificar as dificuldades encontradas. Outra, de natureza subjetiva, não sendo independente da objetiva, que envolve uma falta de convicção (clareza) do professor quanto ao seu trabalho, causando, em parte, uma atuação inerte quanto ao empenho na direção de mudanças para a realidade educacional.

Acrescenta Vasconcellos (2002) que, neste caso, o professor encontra-se alienado às suas ações, pensamentos e emoções, não sabendo como justificá-los. “Em última análise, a alienação nada mais é que uma ruptura, na qual a evolução da humanidade se destaca da evolução do indivíduo [...]. Logo, a essência é a existência do homem”. (MARKUS, apud VASCONCELLOS, 2002, p. 24).

A sobredita alienação do professor reflete na falta de domínio e compreensão dos vários aspectos educativos, caracterizando-se na falta de clareza quanto à realidade em que vive (dimensão sociológica, histórico processual); na falta de clareza quanto à finalidade daquilo que faz (dimensão política, filosófica) e na falta de clareza quanto a sua ação, especialmente em sala de aula (dimensão pedagógica). Nesse caso, dificilmente o professor irá desenvolver alguma prática transformadora, já que não possui um direcionamento certo.

O professor não tem compreensão do seu trabalho na complexidade que ele implica; está alienado no seu quefazer pedagógico: foi expropriado do seu saber, situação esta que o desumaniza, [...], [...] levando-o, por consequência, ao sofrimento, ao desgaste, ao desânimo, ao descrédito quanto à educação, à acomodação, à desconfiança, chegando mesmo à falta de companheirismo e de engajamento em lutas políticas e até sindicais. (VASCONCELLOS, 2002, p. 25).

O autor complementa que, há algum tempo, mesmo sem muito aprofundamento, o professor diferenciava as aulas, selecionava os conteúdos e passava para os alunos, na maioria das vezes, com aulas expositivas. Era ele quem escolhia a forma de ministrar a aula e avaliá-la. Hoje, uma grande parte dos professores sentem que foram mal formados e que estão despreparados para os reais desafios encontrados.

Na opinião de Libâneo:

Ao planejarem o processo de ensino, a escola e os professores devem, pois ter clareza de como o trabalho docente pode prestar um efetivo serviço à população e saber que os conteúdos respondem às exigências profissionais, políticas e culturais postas por uma sociedade que ainda não alcançou a democracia plena. (LIBÂNEO, 1994, p. 227).

Para Vasconcellos (2002), a facilidade de um trabalho mecânico dispensa maiores esforços, os quais exigiriam do professor uma ação mais crítica, participativa, consciente, criativa, e que, por meio disso, promoveriam uma educação mais eficiente, diversificada e prazerosa. Neste caso, ressalta Vasconcellos (2002, p. 27) que “se o trabalho do professor está marcado muito fortemente pela alienação, é claro que não verá o menor sentido no planejamento”.

O mesmo autor comenta que, para se alcançar o planejamento adequado e desejado é necessária a participação para atingir a transformação, pois, segundo ele, planejar concebe “uma oportunidade de repensar todo o fazer da escola, como um caminho de formação dos educadores e educandos, bem como de humanização, de desalienação e de libertação”. (VASCONCELLOS 2002, p. 92).

Ainda, de acordo com Vasconcellos (2002), da participação de todos os integrantes pedagógicos surge o desejo de que o planejado realmente aconteça, de que ‘vistam a camisa’, que absorvam os objetivos traçados, criando uma nova cultura. Assim complementa Marx (apud VASCONCELLOS, 2002, p. 92) que “ao cooperar com outros de acordo com um plano, desfaz-se o trabalhador dos limites de sua individualidade e desenvolve a capacidade de sua espécie”.

## 2.6 DIFICULDADES AO ELABORAR O PLANEJAMENTO

Para Martins (1997, p. 66), “a elaboração do planejamento de ensino envolve: objetivos, conteúdos, procedimentos de ensino, recursos de ensino (materiais, humanos, físicos) e avaliação”. Já, para Gandin (2009a, p. 23), a elaboração do planejamento pressupõe:

[...] decidir que tipo de sociedade e de homem se quer e que tipo de ação educacional é necessário para isso; verificar a que distância se está deste tipo de ação e até que ponto se está contribuindo para o resultado final que se pretende; propor uma série orgânica de ações para diminuir essa distância e para contribuir mais para o resultado final estabelecido.

No dizer de Gandin (2009a, p.101) “[...] O processo de planejamento tem seu sentido maior quando se converte em processo educativo [...]”. O mesmo ainda complementa que planejar propõe uma identidade de agir para aproximar o que somos daquilo que queremos ser. Dentro desse processo é fundamental a participação, e a condição para que os docentes possam fazer aquilo que estão capacitadas a fazerem. Nesta concepção o planejamento se torna necessário para conceituação de educação.

Segundo Vasconcellos (2002), para acontecer o processo de ressignificação do planejamento é necessária primeiramente a percepção do sujeito à necessidade de mudança. O que pôde ser constatado é que há uma descrença profunda por parte dos educadores, com a educação num geral. Vasconcellos (2002, p. 37) afirma que, “não é possível ressignificar o planejamento em si, isolado da ressignificação de estar no mundo e de toda a prática educacional”.

O grande nó do planejamento educacional pode estar na morte do autêntico trabalho pedagógico devido a:

Fatores exteriores: a falta de condições e de liberdade, a cobrança formal e autoritária do cumprimento do programa...

Fatores interiores: o professor que se entregou que abriu mão de lutar, de resistir contra as pressões equivocadas. (VASCONCELLOS, 2002, p. 37).

Dando continuidade à ideia do autor, o professor necessita quebrar essa resistência, a descrença, a qual vem se submetendo. Além disso, precisa resgatar-se como autor e superar esse processo de alienação. O planejamento é o melhor caminho, pois deixará de ser um ser passivo e agirá com consciência, autonomia e responsabilidade.

Vasconcellos (2002, p.41) complementa que “a superação da alienação não pode ficar restrita, obviamente, ao planejamento consciente da atividade de sala de aula; vai implicar a intervenção do professor na escola, na comunidade e na sociedade no seu aspecto mais geral (vários tipos de luta)”.

Complementando a ideia do autor, é preciso mobilizar a descrença dos professores, mostrá-los a necessidade e a importância do planejamento, revalorizando-o e conscientizando os professores a fazê-lo e a entendê-lo como uma necessidade. “Mas para chegar a isso, é preciso atribuir-lhe valor, acreditar nele, sentir que planejar faz sentido, que é preciso”. Vasconcellos (2002, p. 41)

Vasconcellos (2002) frisa que o professor precisa, após entender e sentir a necessidade do planejamento, desenvolver uma ação numa determinada direção, uma vez que o objetivo de todo planejamento é chegar a uma ação consciente, eficaz e inovadora.

Vasconcellos (2002) ainda ressalta que o planejamento é uma ferramenta que proporciona suporte e sustentação ao professor, sendo necessária a mediação simbólica da teoria, permitindo superar a apreensão vulgar da realidade, interferindo nela; embora, na verdade, os professores deixem de buscar, na teoria, ações suficientes para fundamentar e guiar a prática.

[...] Assim, a teoria (projeto) deve ser a melhor possível, não caindo, porém na ingenuidade de imaginar que basta planejar para acontecer: tendo em vista as diferentes visões e opções, bem como o já referido processo de alienação, há toda uma luta ideológica, política, econômica, social a ser enfrentada, seja consigo mesmo, com os colegas de trabalho, com os educandos, com as famílias e com as instituições em geral. (VASCONCELLOS, 2002, p. 45).

O autor assegura, também, a necessidade de os professores serem determinados a excluir sua participação da prática social alienada, deixando, pois, de correr atrás dos modismos, passando a levar a sério algumas ideias nas quais acreditam, a fim de tentar transformar a realidade, buscando a concretização de suas ações.

Para Gandin (2009a, p. 17), “o planejamento e um plano ajudam a alcançar a eficiência, isto é, elaboram-se planos, implanta-se um processo de planejamento, a fim de que seja bem feito aquilo que se faz dentro dos limites previstos para aquela execução”.

Segundo o mesmo autor (2009a), a incompreensão que muitos professores têm sobre o planejamento está associada à disjunção da teoria e da prática, isto é, o que se diz na teoria está longe do que é colocado na prática, tornando o processo de planejar difícil, pois a teoria é um conjunto de conhecimentos que explica a realidade, mas para muitos docentes, este é um ato simplesmente de documentos para arquivo, feito somente por questões burocráticas exigidas pelo sistema.

Já na concepção de Libâneo; Oliveira e Toschi (2009, p. 348):

Além de prover as condições físicas, materiais e didáticas mencionadas, é preciso organizar e acompanhar as atividades de elaboração do plano de ensino e prestar assistência pedagógico-didática aos professores na sala de aula. A organização do trabalho na sala de aula não visa apenas ao cumprimento dos programas, mas também ao envolvimento dos alunos, à sua participação ativa, ao desenvolvimento de habilidades e capacidades intelectuais, ao trabalho independente, o que requer a imprescindível colaboração da coordenação pedagógica. (LIBÂNEO, 2009, p.348).

Para Masetto (1997), o planejamento é como um roteiro para o processo de aprendizagem dos alunos e para as ações dos docentes, tendo em vista que significa acompanhar diariamente a execução das atividades dos professores, bem como os resultados dos alunos e da aula.

O planejamento é um instrumento útil de trabalho para professores e alunos. Existe para resolver problemas (e não criar), problemas. Por exemplo, adequar atividades ao tempo disponível, selecionar conteúdos,



técnicas e estratégias e avaliar conforme os objetivos definidos e dentro dos limites existentes. (MASETTO, 1997, p.80).

Gandin (2009a) afirma, pois, que a avaliação é a última parte do planejamento, exercendo um papel importante dentro da ação educativa, sendo necessária, portanto, para que se façam as adaptações precisas e os ajustes no decorrer do percurso. “No planejamento, temos em vista a ação, isto é, temos consciência de que a elaboração é apenas um dos aspectos do processo e que há necessidade da existência do aspecto execução e do aspecto avaliação.” (GANDIN 2009a, p. 20).

Neste viés, o autor acrescenta que é necessária uma avaliação, durante a execução, sempre que houver fatos inesperados e impactantes, os quais de alguma forma, afetam o que foi planejado e que podem influir no trabalho que vem sendo realizado. Tal avaliação deve ocorrer, aproximadamente, a cada dois meses da execução, observada a necessidade, a fim de que o docente possa verificar se o planejamento está sendo eficiente e se os objetivos têm sido alcançados.

## 2.7 REALIZANDO O PLANEJAMENTO

De acordo com Vasconcellos (2002), para que o planejamento deixe de ser ‘um ritual hipócrita’, é preciso que a escola conquiste e desenvolva condições para um trabalho digno e coerente. É preciso que a escola busque despertar nos educadores o compromisso de uma relação transformadora.

Para isso, Vasconcellos (2002) ressalta o desempenho sem sobrecarregar o professor, no sentido de dar menos aulas, somado a melhorias na remuneração; manter o professor na escola sem muita rotatividade, bem como manter as classes com números adequados de alunos e garantir a flexibilidade nas programações, dentre elas, tempo para leituras, trabalho coletivo, pesquisas, dentre outras melhorias que podem ser ministradas para um melhor desenvolvimento do cotidiano escolar.

Para Libâneo (1994, p. 222):

A ação de planejar, portanto, não se reduz ao simples preenchimento de formulários para controle administrativo; é, antes, a atividade consciente de previsão das ações docentes, fundamentadas em opções político-pedagógicas, e tendo como referência permanente as situações didáticas concretas.

Franco (1997) contribui afirmando que o planejamento irá evitar que aconteçam improvisos que prejudicam o bom andamento da aula, e em consequência, a aprendizagem. Além disso, o planejamento possibilita ao professor melhor aproveitamento do tempo em cada conteúdo, podendo se organizar para trabalhar com didáticas que facilitem o desenvolvimento de suas atividades, o que o permite fazer uma análise da evolução do processo de aprendizagem e, ao mesmo tempo, proporciona-lhe maior segurança, quando da execução do que foi planejado.

O planejamento é uma exigência que, dia a dia, se impõe em todas as atividades humanas. Vivemos numa época de mudanças contínuas e rápidas, devidas ao processo científico e tecnológico em que economia de

tempo e eficácia de ação são condições básicas para o sucesso nos empreendimentos. (FRANCO, 1997, p. 39).

Conforme Libâneo (2001), quando da realização do planejamento é preciso especificar a quem ele será útil, considerando o desenvolvimento do indivíduo em foco, os objetivos a serem atingidos, inclusive detectando problemas durante o processo, resolvendo-os de forma criativa e inovadora, em coesão com o desenvolvimento do ser humano.

O autor afirma, ainda, que o planejamento deve ser feito a cada período, seja ele anual, semestral, ou trimestral, ou de acordo com as penúrias que irão surgir durante sua execução. Por isso precisa ser flexível com o intuito de se ajustar às necessidades do educando, podendo ser sempre revisto, focando sempre sua finalidade.

Ele enfatiza que se deve levar em consideração a prática sócio-política do grupo envolvido na ação do planejamento, utilizando sempre termos claros, que estejam padronizados e socializados no processo. Assim sendo, há diferentes formas de se elaborar um planejamento, respeitando a experiência de cada componente, seguindo alguns aspectos por meio de análise da realidade sob os aspectos sócio-político-econômico, pedagógico e administrativo.

Franco (1997) relaciona algumas características para realização de um bom planejamento: Unidade: ao se trabalhar com uma unidade, um conteúdo, é necessário que façam ligações e que tenham coerência entre eles e os objetivos apontados. Continuidade e Graduação: é preciso que os planos estejam ligados, fazendo sequência um ao outro, para que em suas execuções um não se destaque mais que o outro, com a intenção de caminharem juntos com a eficácia esperada e projetada. Flexibilidade: o plano deve ser flexível e se houver necessidade de mudanças pode sofrer reajustes. Objetividade e realismo: deve se levar em consideração a realidade e as condições de tempo, local, a aptidão e a conjuntura do aluno e do professor. Precisão e clareza: suas propostas devem sempre ter clareza em seus objetivos e exatidão em seus enunciados para que não haja dúvidas em sua interpretação.

Do ponto de vista de Veiga (apud DAMIS, 2012, p. 173), “o planejamento escolar tornou-se, assim, a expressão das condições, das necessidades e dos interesses predominantes na sociedade através da forma de organizar o processo educativo, de definir os objetivos, as estratégias e a avaliação”.

## **2.8 O PLANEJAMENTO E SUAS FUNÇÕES**

Planejar exige domínio metodológico de organização e coordenação da ação docente. Pois é necessário direcionar a atividade escolar na busca de soluções para a problemática social.

Para tanto, o autor sintetiza o planejamento em sete funções, destacando-se entre elas: (LIBANEO, 1994, p.223).

Assegurar a racionalização, organização e coordenação do trabalho docente, de modo que a previsão das ações docentes possibilite ao professor a realização de um ensino de qualidade e evite a improvisação e a rotina.

Atualizar o conteúdo do plano sempre que é revisto, aperfeiçoando-o em relação aos progressos feitos no campo de conhecimento, adequando-o às condições de aprendizagem dos alunos, aos métodos, técnicas e recursos de ensino que vão sendo incorporados na experiência cotidiana.

Facilitar a preparação das aulas: selecionar o material didático em tempo hábil, saber que tarefas professores e alunos devem executar, replanejar o trabalho frente às novas situações que aparecem no decorrer das aulas.

## **2.9 O PLANEJAMENTO ESCOLAR NA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB 9394/96)**

Ao examinar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96 (BRASIL, 1996), constata-se que o planejamento escolar é uma competência atribuída aos estabelecimentos de ensino e aos docentes, a fim de contribuir no aprimoramento do desenvolvimento do discente, ficando a cargo dos docentes a responsabilidade de elaborar um planejamento que englobe todas as incumbências que o sistema impõe.

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

II - [...]

III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI - [...]

VII - informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; (Redação dada pela Lei nº 12.013, de 2009);

VIII - [...]

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III - zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

## **2.10 O PLANEJAMENTO NO REGIMENTO INTERNO ESCOLAR**

Ao examinar o Regimento Comum das Escolas de Nova Venécia- ES, aprovado pela Resolução C.E.E Nº 108/2000 de 28/12/2000, está claro que o planejamento é uma

das funções inerentes a toda a equipe pedagógica escolar, incluindo a coordenação pedagógica (diretor, orientador, supervisor e coordenador de turno) e o corpo docente. (NOVA VENÉCIA, 2000).

Em se tratando de Diretor Escolar, sua função (Art. 19), “é coordenar o planejamento, controlar e avaliar as atividades administrativas e pedagógicas da escola”. Quanto à Coordenação Pedagógica, é de sua competência (Art. 29), “efetuar e conduzir planejamento, controle e avaliação do projeto educacional da escola, visando à integração do processo de ensino-aprendizagem”. Já ao corpo docente (Art. 36) compete “ministrar os dias letivos e horas-aulas estabelecidas, além de participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional”.

### 3 ANALISANDO OS DADOS DA PESQUISA

No desejo de identificar as dificuldades de concretizar o planejamento no contexto escolar e confirmar sua importância para alcançar melhores resultados no processo de ensino-aprendizagem, apresentam-se, a seguir, as análises dos dados coletados por meio do questionário respondido pelas professoras, pela pedagoga e pela diretora da escola pesquisada.

A análise dos dados permite constatar que os profissionais da educação compreendem que o planejamento é de extrema relevância e, por unanimidade, consideram-no uma ferramenta necessária para nortear as aulas. Em relação à importância do planejamento, Libâneo afirma que:

[...] Para planejar, o professor se serve, de um lado, dos conhecimentos do processo didático e das metodologias específicas das matérias e, de outro, sua própria experiência prática. [...] Com isso, vai criando e recriando sua própria didática, vai enriquecendo sua prática profissional e ganhando mais segurança. (LIBÂNEO, 1994, p. 225).

Sobre a frequência na realização do planejamento individual, confirma-se que os professores levam-no sério, pois cada profissional realiza-o, mesmo que de forma diferenciada, como, por exemplo, alguns por semana e outros diariamente, conforme a necessidades de cada um.

A ação de planejar, portanto, não se reduz ao simples preenchimento de formulários para controle administrativo; é, antes, a atividade consciente de previsão das ações docentes, fundamentadas em opções político-pedagógicas, e tendo como referência permanente as situações didáticas concretas. (LIBÂNEO, 1994, p. 222).

Dentro da realidade escolar, quanto à elaboração e à execução do processo de planejar, as respostas se dividem, pois uma parte sente dificuldades no momento de elaborar e executar, uma vez que o planejamento é considerado algo imposto pelo sistema, isto é, algo burocrático. Mas a outra parte dos docentes elabora e executa sem maiores problemas. Essa questão vem ao encontro do que afirma Gandin (2009), quando ressalta que para muitos docentes este é um ato simplesmente de documentos para arquivo, é algo feito somente por questões burocráticas exigidas pelo sistema.

A pesquisa evidencia que todas as educadoras têm consciência da importância do planejamento e o utilizam como ferramenta indispensável para nortear as aulas de forma dinâmica. Mas, quando se trata de colocar o planejamento sob avaliação, embora a maioria afirme avaliar as ações planejadas após executá-las, há as que não dão tanta importância a isso. Percebe-se, então, que o processo de avaliar o planejamento não é realizado de forma sistematizada. “No planejamento, temos em vista a ação, isto é, temos consciência de que a elaboração é apenas um dos aspectos do processo e que há necessidade da existência do aspecto execução e do aspecto avaliação.” (GANDIN 2009a, p. 20).

Evidencia-se também, divergência de opiniões entre as professoras, a diretora e a pedagoga quanto ao auxílio do material necessário e ao apoio dos integrantes da equipe pedagógica. Parte das professoras afirma que a diretora e a pedagoga dão suporte, mas há falta de materiais; para algumas falta o auxílio, tanto da diretora quanto da pedagoga e para uma professora atualmente falta apenas o apoio da pedagoga. Para a diretora e a pedagoga, a escola oferta materiais diversificados e há o apoio delas para que as docentes realizem seus trabalhos, para melhor atendimento no aprendizado dos alunos.

Em se tratando da equipe pedagógica, está claro que:

Além de prover as condições físicas, materiais e didáticas mencionadas, é preciso organizar e acompanhar as atividades de elaboração do plano de ensino e prestar assistência pedagógico-didática aos professores na sala de aula. A organização do trabalho na sala de aula não visa apenas ao cumprimento dos programas, mas também ao envolvimento dos alunos, à sua participação ativa, ao desenvolvimento de habilidades e capacidades intelectuais, ao trabalho independente, o que requer a imprescindível colaboração da coordenação pedagógica. (LIBANEO, OLIVEIRA, TOSCHI 2009, p. 348).

Sobre a relevância de direcionar o planejamento escolar, enquanto algumas professoras afirmam optar por realizá-lo após conhecer a turma, outras preferem realizá-lo sempre que necessário para atender às necessidades dos alunos. Para Masetto (1997):

A adaptação do planejamento se dá nos primeiros encontros do professor com seus alunos. Quando ocorre um conhecimento mútuo, as carências e as necessidades são explicitadas; gostos; estágio de aprendizagem e conhecimento daquela determinada disciplina podem ser manifestados mais abertamente. (MASETTO, 1997, p.81).

Quanto à carga horária destinada ao planejamento, observa-se uma maior divergência nas respostas das professoras. Algumas alegam que, às vezes, é suficiente, enquanto outras o consideram insuficiente. E há as que afirmam ser suficiente apenas para cumprir as exigências do sistema educacional. Para uma professora o tempo depende do contexto escolar, ou seja, quando a turma é menor é suficiente, quando é maior, o tempo destinado não supre as necessidades. No entanto, para a diretora e a pedagoga, o tempo é suficiente.

Há uma ambiguidade na prática dos professores, pois ao mesmo tempo em que não negam a importância do planejamento, percebem sérias limitações em sua realização. Outras vezes, há uma polarização entre os ‘especialistas’ e os professores: os primeiros defendendo ferreamente o planejamento e os últimos fazendo tudo para se livrarem dele. Nessa polarização se manifesta também outra ambiguidade: os especialistas cobram dos professores, mas

não fazem o seu respectivo plano de trabalho... (VASCONCELLOS, 2002 p.16).

Destaca-se que a carga horária destinada ao planejamento está regulamentada pela Lei nº 11.738, de 16/7/2008, que determina: “§ 4º Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos” (BRASIL, 2008). Trata-se de uma significativa mudança em relação às legislações anteriores, que reservavam apenas 20% da carga horária ao planejamento. Percebe-se que, mesmo com a ampliação da carga horária, ainda há insatisfações.

#### **4 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES**

Mediante a pesquisa realizada, conclui-se que o planejamento é de extrema relevância para o ensino-aprendizagem dos alunos. É, pois, uma ferramenta que norteia o trabalho do docente, facilitando sua prática no decorrer das atividades. Além disso, é considerado um roteiro de trabalho em que se leva em conta a realidade de cada discente, e qual o melhor caminho a seguir para se obter resultado satisfatório ao longo do ano.

Por meio dos resultados apresentados, pode-se afirmar que as hipóteses são parcialmente convalidadas. Sobre a importância do planejamento, depreende-se que é essencial no processo educativo, como ferramenta facilitadora do processo ensino-aprendizagem, fornecendo ao indivíduo subsídios para o desenvolvimento crítico e reflexivo, preparando-o para viver em sociedade.

No entanto, quanto ao tempo destinado a essa atividade há divergências, tanto nas respostas das professoras quanto da equipe pedagógica. A maioria das professoras afirma que às vezes é suficiente, dependendo do número de alunos, dificuldades, nível de aprendizagem, entre outros fatores, porém uma pequena parte considera esse tempo insuficiente. Ainda há as que realizam o planejamento somente para atender exigências educacionais. E no confronto das respostas das professoras com as respostas das duas pesquisadas da equipe pedagógica, tem-se que para elas o tempo é suficiente.

Os profissionais que atuam na educação acreditam que o planejamento é uma ferramenta que dinamiza o processo educativo. É o que afirma Vasconcellos (2002, p. 14): “o planejamento educacional é da maior importância e implica enorme complexidade, justamente por estar em pauta a formação do ser humano”.

Esta pesquisa confirma, pois, a importância do planejamento para a realidade educacional. Percebe-se, porém, que mesmo com a ampliação da carga horária destinada ao planejamento (de 20% para 1/3 sobre a carga horária do professor), ainda há insatisfações. Propõe-se para estudos posteriores uma investigação mais profunda sobre as dificuldades em realizar o planejamento, quanto à carga horária atualmente disponibilizada.

## 5 REFERÊNCIAS

1. ANDRADE, Maria margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
2. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9.394/1996**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 40.
3. DAMIS, Olga Teixeira. **Planejamento escolar: Expressão Técnico-Política da Sociedade**. IN: livro . Org. Ilma Passos Alencastro Veiga. **Didática, o ensino e suas relações** .18. ed. Campinas-SP: Papirus, 2012 (171-182)
4. ESPIRITO SANTO.(Estado). **PPP- Projeto Político Pedagógico da escola Estadual de Ensino Fundamental “Bairro Altoé”**. Nova Venécia: 2012.
5. \_\_\_\_\_. (Estado). **Lei nº 5.580/98, que institui o plano de carreira e vencimentos do magistério público estadual do Espírito Santo**. 1998.
6. FERRÃO, Romário Gava. **Metodologia científica para iniciantes em pesquisa: enfoque acadêmico com abordagem teórico/prática – guia para elaboração e divulgação de trabalhos científicos**. Unilinhares: Incaper, 2003.
7. FRANCO, Ângela. **Metodologia de ensino: didática** Belo Horizonte -MG: Fundação Helena Antipoff, 1997. (39-42)
8. GAMA, Anailton de Souza, FIGUEIREDO SonnerArfux.**Planejamento escolar 01**. [s.d]. Disponível em:  
<[http://books.google.com.br/books?id=buRb\\_n0P8cMC&printsec=frontcover&dq=Did%C3%A1tica,+Organiza%C3%A7%C3%A3o+do+Trabalho+Pedag%C3%B3gico&hl=ptBR&sa=X&ei=Qbu\\_UZLwA6Ww0AHI5YHgCg&ved=0CDEQ6AEwAA#v](http://www.ebah.com.br/cemontent/ABAAAFMPYAC/planejamento-escolar-01.></a><br/>Acesso em: 06 jun. 2013.</li>
<li>9. GANDIN, Danilo. <b>Planejamento com prática educativa</b> . 16. ed. São Paulo-SP: Loyola, 2009a.</li>
<li>10. _____. <b>A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimento dos campos cultural social, político, religioso e governamental</b>. Petrópolis_RJ: Vozes, 2009b.</li>
<li>11. _____.; GANDIN, Luis Armando. <b>Temas para um projeto político pedagógico</b>. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999. p. 32-49</li>
<li>12. GIL, Antônio Carlos. <b>Como elaborar projetos de pesquisa</b>. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.</li>
<li>13. _____. <b>Como elaborar projetos de pesquisa</b>. 3. ed. São Paulo: Atlas,1991.</li>
<li>14. HOJI, Masakazu. <b>Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial</b>. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</li>
<li>15. LIBÂNEO, José Carlos. <b>Didática</b>. São Paulo: Cortez, 1994. p. 221-226.</li>
<li>16. _____. <b>Organização e gestão escolar: teoria e prática</b>. 4. ed. Goiânia-GO: Alternativa, 2001.</li>
<li>17. LIBÂNEO, José Carlos. OLIVEIRA João Ferreira de. TOSCHI, Mirza Seabra. <b>Educação escolar: políticas, estrutura e organização</b>. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p 315-351.</li>
<li>18. LUCKESI, Cipriano Carlos. <b>Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições</b>. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 119-137.</li>
<li>19. MAIA, ChiristianeMartenatti. <b>Planejamento x planos: conceitos e abordagens</b> IN: URBAN, Ana Claudia; SCHEIBEL, Maria Fani. <b>Didática, organização do trabalho pedagógico</b>.Curitiba-PR: lesde, 2009. p.103-108. Disponível em:<br/><<a href=)>

- [onepage&q=Did%C3%A1tica%2C%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20Trabalho%20Pedag%C3%B3gico&f=false.>. Acesso em: 17 jun. 2013.](#)
20. MARTINS, Pura Lúcia Oliver. **Didática teórica / didática prática:** para além do confronto. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1997. p. 64-71.
  21. MASETTO, Marcos. **Didática:** a aula como centro. 4. ed. São Paulo: FDT, 1997. p. 76 -81.
  22. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria geral da administração:** da escola científica à competitividade na economia globalizada. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
  23. MESQUITA, Maria de Fátima Monteiro. COELHO, Maria Hercília Mota. Breve trajetória histórico pedagógica do planejamento de ensino e da avaliação da avaliação da aprendizagem. **Dialogia.** São Paulo, v. 7. n. 2, p. 163-175, 2008. Disponível em:  
[http://www.uninove.br/PDFs/Publicacoes/dialogia/dialogia\\_v7n2/dialogiav7n2\\_3a1345.pdf](http://www.uninove.br/PDFs/Publicacoes/dialogia/dialogia_v7n2/dialogiav7n2_3a1345.pdf). Acessado em: 23 out. 2013.
  24. MOREIRA, Claudia Regina Baukct Silveira. VASCONCELOS, José Antônio. **Metodologia do ensino de história e geografia:** didática e avaliação da aprendizagem no ensino de história. 3. ed. Curitiba: Ibpex, 2007. p.57-79. Disponível em:  
<<http://www.google.com.br/search?tbm=bks&hl=ptBR&q=Metodologia+do+ensino+de+hist%C3%B3ria+e+geografia.+Did%C3%A1tica+e+avalia%C3%A7%C3%A3o+do+ensino+de+hist%C3%B3ria+&btnG=>>. Acesso em: 17Jun. 2013
  25. NOVA VENECIA. **Regimento comum das escolas municipais.** Nova Venécia-ES, 2000. p. 13, 18, 20.
  26. NOVA VENÉCIA, prefeitura municipal de. **Estatuto do magistério público do município de nova Venécia-ES. E da outras providências** Lei nº 2.022, de dezembro de 1994. Disponível em:  
<<http://cmnv.es.gov.br/Arquivo/Documents/LEI/L20221994.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2013.
  27. RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. p. 253
  28. SILVA, Maria Heloísa Aguiar da; PEREZ, Isilda Louzano. **Docência no ensino Superior,** Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2012, p. 79 . Disponível em:  
<[google.com.br/books?id=dGBs-l3OIngC&pg=PA87&dq=conceitos+de+planejamento+escolar+tipos+de+planejamento&hl=ptBR&sa=X&ei=pFFTUpbYFY\\_E9gSyyIDIDg&ved=0CEYQuwUwBA#v=onepage&q=capa&f=false](http://google.com.br/books?id=dGBs-l3OIngC&pg=PA87&dq=conceitos+de+planejamento+escolar+tipos+de+planejamento&hl=ptBR&sa=X&ei=pFFTUpbYFY_E9gSyyIDIDg&ved=0CEYQuwUwBA#v=onepage&q=capa&f=false)>. Acesso em: 20 out. 2013.
  29. VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento:** projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico. 11. ed. São Paulo: Libertad, 2002. p. 14-74.
  30. VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.



## **A IMPORTÂNCIA DA PARCERIA ESCOLA/FAMÍLIA NA FORMAÇÃO DOS ALUNOS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DO BLEY – ES**

Danieli Saager<sup>1</sup>  
Gilsana Silva dos Santos Kiepert<sup>2</sup>  
Maria das Graças Cossi do Rosário<sup>3</sup>  
Ma. Karina Pereira Detogne – Orientadora<sup>4</sup>

### **RESUMO**

A educação é um tema que sempre estará em discussão pela sua complexidade e especificidade. Quando a escola conta com famílias que participam ativamente do processo de educação dos filhos, o caminho se torna mais acessível tanto para a família quanto para escola, e os resultados são satisfatórios refletindo-se no nível de aprendizagem e crescimento social. Falar em educação no sistema de pedagogia da alternância é apresentar uma proposta que está se expandindo por todo o mundo e que trabalha diretamente com a realidade do aluno, tanto é que a família é convidada a fazer parte, a construir essa educação tão almejada e a caminhar de mãos dadas com a instituição escolar. Nessa proposta, é indispensável, um bom relacionamento, um bom diálogo, e o mais importante, que cada um assuma seus deveres: o de ser pai, o de ser filho e o de ser educador. As funções são necessárias para que se encontrem os caminhos de uma formação equilibrada, afetiva, solidária e comprometida com a vida. As mãos não podem se soltar, a parceria é o combustível que conduz nossa caminhada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Parceria. Pedagogia da Alternância.

### **ABSTRACT**

The Education is a theme which will always be in discussion due to its complexity and specificity. When the school can count on families that participate actively of their children's educational process, the path becomes more accessible to either the family or the school, and the results are satisfactory, reflecting itself on the level of knowledge and social growth. To speak of education into the system of alternating pedagogy is to present a proposition that is expanding all over the world, and that works directly with the student's reality, so that the family is invited to join, to build this so craved education and to walk hand in hand with the school. In this proposition, it's indispensable a good relationship, a good dialog, and the most important, that each one assume your duties: of being a father, of being a son, of being a teacher. The roles are necessary in order to find the ways of a balanced, affective, solidary and life engaged formation. The hands cannot loose, the partnership is the fuel that leads our walk of life.

**KEYWORDS:** Education. Partnership. Alternating Pedagogy

## **1 INTRODUÇÃO**

Não resta dúvida de que há necessidade de a escola estar em perfeita sintonia com a família, uma vez que a família é a primeira instituição educacional da qual as pessoas fazem parte e assim assumem uma importância fundamental para a efetivação do desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

A família é a base para qualquer ser, portanto, uma boa estrutura familiar faz com que o educando seja um indivíduo equilibrado, afetivo e solidário para conviver em sociedade e conseqüentemente ter um bom convívio no âmbito escolar.

Diante do exposto, esta pesquisa dedica-se a refletir sobre a importância da família para a formação dos alunos, numa perspectiva de reforçar esta parceria, em vista de propiciar mais qualidade no processo de ensino e aprendizagem.

A instituição escolhida para contribuir com este trabalho foi a EFAEFMEP (Escola Família Agrícola de Ensino Fundamental e Médio e Educação Profissional) do Bley, conhecida como Escola Família Agrícola do Bley, doravante E.F.A., localizada no Córrego Bley, município de São Gabriel da Palha. A escola adota a pedagogia da alternância, sendo uma forma de ensino que exige ainda mais o acompanhamento da família e entrosamento entre os parceiros.

Com o intuito de buscar alternativas que amenizem os problemas advindos da falta de integração da família com a escola, este trabalho possui a finalidade de fazer um paralelo entre a atitude da família e os compromissos assumidos no ato da matrícula.

## **2 A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA**

A família deve ser portadora de boas informações, estar atenta às questões atuais para assim adotar medidas corretas e impregnadas de bom senso e respeito com toda a sociedade. Ultimamente, com diversas manifestações em vários lugares do mundo, a edificação do respeito se constitui tarefa ainda pouca acentuada. Para efetivar de fato, uma educação fascinante e conquistadora de valores morais, os pais precisarão do apoio da escola.

A efetiva ajuda familiar da escola contribui e muito no diálogo e no desejo de melhoria educacional. Segundo Parolim (2007, p. 14): “sabemos que a família está precisando da parceria das escolas, que ela sozinha não dá conta da educação e socialização dos filhos”.

O resultado de uma concorrência entre a educação familiar e escolar é a dissociação das reais tarefas de cada uma nesta dinâmica de ensino. Parolim (2007, p.14) completa dizendo assim: “os professores afirmam que as posturas familiares são adversas às posturas que adotam na escola com os alunos, como agravante em termos das suas aprendizagens”.

O que poderá ser feito para que exista uma junção família e escola no processo efetivo de ensino e aprendizagem? Permitir que as duas entidades possam realizar

tarefas conjuntas e se solidarizarem com as suas necessidades já será um grande passo para a inovação e a melhoria de ensino junto de seus alunos.

Souza e José Filho (2008, p. 6-7) relatam os objetivos da escola e família:

Tanto a família quanto a escola têm o objetivo de educar crianças e adolescentes, por isso, parece evidente que ambas devam manter uma relação de proximidade e cooperação, porém, o que parece tão óbvio não ocorre de fato. O que se tem observado, por um lado, é que a escola reclama a ausência da família no acompanhamento do desempenho escolar da criança, da falta de pulso dos pais para colocar limites aos filhos e da dificuldade que muitos deles encontram em transmitir valores éticos e morais considerados importantes para a convivência em sociedade. E por outro lado, a família reclama da excessiva cobrança da escola para que os pais se responsabilizem mais pela aprendizagem da criança, da ausência de um currículo mais voltado para a transmissão de valores e para a preparação do aluno perante os desafios não-acadêmicos da sociedade e do mundo do trabalho. O que na verdade falta é uma maior integração e comunicação entre a escola e a família para o preparo e o acompanhamento do que é passado para o aluno na sua vida escolar.

As consequências da falta de atitude tanto da parte da família e da escola voltam para o aluno. Quando alguém negligencia a sua tarefa, o outro fica sobre carregado. É preciso atenção por ambas as partes. A criança, o adolescente e o jovem precisam saber que o processo educativo se faz com o apoio de todos. Pais que são ausentes na participação acadêmica de seus filhos criarão um indivíduo que não vê perspectivas na educação e tão pouco irá conduzir estes ideais aos seus futuros filhos. A participação da família na formação educacional é tão importante que o aluno se sentirá motivado e convicto do valor em estudar e conhecer o mundo que o rodeia.

Assim, Souza e José Filho acrescentam ainda (2008, p.7):

Família e escola precisam juntas, criar uma força de trabalho para superarem as suas dificuldades, construindo uma identidade própria e coletiva; para isto, é fundamental que se encarem como parceiras de caminhada, pois ambas as duas são responsáveis pelo que produzem - podendo reforçar ou contrariar a influência uma da outra.

Os problemas relacionados com a falta de vontade em estudar, a indisciplina na escola e em casa e o desinteresse ou falta de esperança por parte do aluno, indicam um sinal de alerta para uma renovação nas forças formadoras de conhecimento. Todos os que acompanham o desenvolvimento do saber no aluno são responsáveis desta gestão do ensino.

É preciso saber que quando todo um sistema gerenciador de normas e condutas funciona bem, todos os que estiverem sob este, também se adaptarão e trabalharão com dignidade. A escola e a família também são assim. Quando há organização, uma boa direção e amor para com a causa, as consequências serão positivas.

Tudo evolui e necessita sempre de mudanças para uma boa adequação. Com as formas de ensino também. Assim, se a família de algumas décadas passadas era mais persuasiva e obrigava a seus filhos a estudarem, como também as escolas possuíam um regime mais ditatorial no processo de ensino, estas ideologias foram

se perdendo e novas tendências surgiram. Umas ajudaram, outras nem tanto. Com o advento de políticas voltadas para a liberdade, a dignidade de grupos que antes eram excluídos e de tantas formas de manifestação de pensamento criou-se novas concepções entre elas que tudo pode e tudo é permitido.

A educação, de uma forma geral se arrasta ainda com velhas e injustas tecnologias. Aos poucos ela vai se adequando e tentando ser mais eficiente. Conhecer o mundo hoje se tornou tão cômodo que com um acesso na internet a pessoa descobre diversas informações. Mas é claro que com tantas possibilidades, falta muito para a satisfação do indivíduo.

Embora esta evolução do ensino se contradiz com a mesma velocidade de diversas tecnologias ela cresce e mediante a estes aspectos a família e a escola tentam prosseguir. É claro que certas práticas educacionais não poderão ser abolidas, pois se constituem atributos essenciais no ensino. Mas afinal, o que a educação deve favorecer na vida da pessoa? Moraes (1997, p. 211) diz o seguinte:

Para tanto, a educação deverá oferecer instrumentos e condições que ajudem o aluno a aprender a aprender, a aprender a pensar, a conviver e a amar. Uma educação que ajuda a formular hipóteses, construir caminhos, tomar decisões, tanto no plano individual quanto no plano coletivo.

A família quando se insere efetivamente na educação participa de processos indispensáveis para a apropriação de saberes, técnicas e informações cruciais para o desenvolvimento pedagógico, social e humano para determinada pessoa. Dar também atenção às necessidades de cada pessoa é recomendável, pois ninguém consegue acompanhar o outro na recepção do conhecimento. Sempre haverá uns com mais facilidade no processo de adaptação ao saber, outros precisarão de variadas formas para absorver o conhecimento. Muitos alunos passam por dificuldades e são reprimidos por seus familiares e professores, não pela falta de interesse e sim por dificuldades psicológicas. A própria sociedade atualmente dispõe de um sistema estressante e perturbador a todos.

Muitos casos desta sociedade impaciente são resultados das próprias relações dentro das instituições. Os locais que deveriam ser os facilitadores da educação promovem a intolerância, a falta de amor, o despreparo profissional de muitas pessoas. Enfim, a sociedade precisa aprender muito a arte de viver em harmonia. Só existirão famílias e escolas felizes quando todos aprenderem a se respeitarem.

Segundo Gadotti (1997, p. 162):

A mudança de qualidade nas relações que mantêm a sociedade ativa é fruto de uma lenta e por vezes violenta maturação quantitativa, no interior dessas mesmas relações. É uma guerra surda, cotidiana, e, até certo ponto, inglória. É o trabalho muitas vezes anônimo, do professor, por exemplo. A educação só pode ser transformadora nessa luta surda, no cotidiano, na lenta tarefa de transformação da ideologia, na guerrilha ideológica travada na escola. É notório que o mundo na contemporaneidade pensa em educação e isso é importante para que haja uma mudança real e profunda. E para que esta mudança ocorra é necessário que cada um, Estado, sociedade, escola e família assumam suas responsabilidades.

A necessidade urgente na qualidade de vida gera muitas reflexões e questionamentos. A sociedade precisa aprender a ser mais humana e menos capitalista. Gerenciar a emoção e se desapegar de um racionalismo exacerbado são práticas benéficas e edificadoras de pessoas que pensam num futuro feliz. A família sendo o lugar primaz desta busca de valores precisa se configurar mais por esta perspectiva. A família é a base da sociedade. Se esta instituição não puder ser eficiente na formação de seus descendentes, o mundo estará destinado a viver um caos.

É evidente denotar que a família sendo este canal de união, ela possui uma força para potencializar a educação. Para Battaglia (apud NOBRE, 1987, p. 118-119) a família seria:

[...] um sistema aberto em permanente interação com seu meio ambiente interno e/ou externo, organizado de maneira estável, não rígida, em função de suas necessidades básicas e de um modus peculiar e compartilhado de ler e ordenar a realidade, construindo uma história e tecendo um conjunto de códigos (normas de convivências, regras ou acordos relacionais, crenças ou mitos familiares) que lhe dão singularidade.

O que seria então família? Segundo Reis (2010, p.16):

Família: conjunto de parentes por consanguinidade ou por afinidade; descendência, linhagem, estirpe; conjunto de pessoas da mesma seita, fé, sistema, profissão, etc. É notório que no ambiente familiar, as pessoas também se unam, por amor, situação financeira e pela sobrevivência. A família sempre nos foi apresentada como instância formadora e socializadora da criança.

Uma escola eficiente de fato será aquela que atendendo as expectativas da família possa estar aberta a uma relação de diálogo e solidariedade com toda a comunidade. Estar atento aos planos de uma escola e o que ela possa oferecer deve ser também tarefa de pais responsáveis com o futuro de seus filhos. Olhar com carinho o perfil da escola, avaliar o seu potencial de ensino, conhecer os seus desafios e metas ajudam muito na aprendizagem e permitem um maior relacionamento entre a estrutura familiar e a escola.

Quando não há esta relação amigável de conversa e troca de ideias, os obstáculos começarão a existir e ficarão sem solução. A omissão por parte da família na formação disciplinar do filho e a perda de características típicas da mesma gerarão situações conflituosas.

Nesse sentido, de acordo com Falcão (2007, p.7):

[...] a Família foi perdendo seus principais atributos, de tal forma e com tanta rapidez que se chegou a proclamar o seu fim. Atualmente, observa-se que não existe um modelo tradicional de família, mas apenas uma estruturação familiar e que dentre essa nova realidade, pode-se incluir pais que trabalham por uma necessidade de sustentar família e os que deixaram de estudar antes mesmo de serem alfabetizados, o que dificulta a participação desejada no desenvolvimento escolar do filho.

A presença da família nos diversos âmbitos da sociedade se faz uma necessidade. A escola, local onde os filhos passam muito tempo do dia deve ser também uma continuação deste lar, pois se os pais não buscam conhecer e participar desta dinâmica, poderia se dizer que aconteceu um abandono da família para com a escola. As variações no eixo patriarcal também alteraram as relações tradicionais. Antigamente, a mãe era a única responsável pela educação dos filhos. Deveria ir às reuniões de pais, priorizar pela transmissão de valores aos filhos e outras intermitências. Mas, na modernidade aconteceu uma inversão de papéis. Observe o que Battaglia diz:

Como construções sociais relativamente recentes, estas complexas reformulações familiares encontram-se sem modelo preestabelecido. Sendo assim, cada família necessita lidar com seus padrões e conceitos preestabelecidos para deles fazer emergir uma maneira original de constituir um grupo familiar com funções, direitos e deveres que atendam aos que dele participam. Nesta reformulação, as questões de gênero são inevitavelmente questionadas e pressionadas a transformarem-se. (BATTAGLIA, 2002, p. 7).

A formação inicial das pessoas se concentra sob o julgo familiar. A escola cumprirá o seu dever de relembrar as morais ensinadas e acrescentar ideologias e reflexões ao campo da razão do indivíduo. A instituição educacional deverá somar e não fazer o que a família tem por obrigação cumprir. Vejamos:

Teoricamente, a família teria a responsabilidade pela formação do indivíduo, e a escola, por sua informação. A escola nunca deveria tomar o lugar dos pais na educação, pois os filhos são para sempre filhos e os alunos ficam apenas algum tempo vinculados às instituições de ensino que frequentam. (TIBA, 1996, p. 111).

Segundo Reis (2010, p.17), a parceria deve existir para que não haja apontamentos de culpados no futuro. Observe:

Família e escola são pontos de apoio e sustentação ao ser humano, são marcos de referência existencial. Quanto melhor for a parceria entre ambas, mais positivos e significativos serão os resultados na formação do sujeito. A participação dos pais na educação formal dos filhos deve ser constante e consciente. Vida familiar e vida escolar são simultâneas e complementares e é importante que pais, professores, filhos/alunos compartilhem experiências, entendam e trabalhem as questões envolvidas no seu cotidiano sem cair no julgamento — culpado x inocente, porém buscando compreender as nuances de cada situação.

Émile Durkheim, grande pesquisador, completa:

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontrem ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial que a criança particularmente se destine. (DURKHEIM, 1978, p. 41)

Ocorre uma contrariedade, se no passado o filho recebia uma educação para se tornar um bom cidadão, atualmente os pais apenas atendem o lado material, suprindo a ausência com prêmios, pensando desta forma que estão sanando a falta

perante a vida dos filhos. É preciso entender que sentimentos não são adquiridos com valores financeiros e sim com diálogo, companheirismo, dedicação, zelo e muito amor. Constituir família e integrar este processo torna-se uma tarefa cada vez mais complexa na modernidade.

A educação dos filhos, exercício dos pais, precisa funcionar urgentemente, para que a sociedade não se reduza a nada. Muitas são as desculpas e conversas para a falta de diálogo com os filhos. Oliveira salienta que a premiação do filho deverá ser feita de maneira correta e que favoreça ao aprendizado:

Quando um indivíduo adota, por exemplo, os mesmos valores organizacionais e comunga o conhecimento transmitido pela organização, ele é recompensado de diversas maneiras: o elogio afetuoso, a recompensa valiosa ou o alívio de ter escapado ao castigo. (OLIVEIRA, 1999, p.77).

A educação não se encontra distante, numa instituição com endereço e profissionais pagos a este fim, ela se encontra desde antes do próprio filho nascer. É no meio familiar que muita coisa se aprende. O retrato social da presente humanidade está contaminado devido a tanto apreço pelo poder, prazer desmedido, ganância, violência, corrupção, enfim, por tantos males que destroem e fazem diminuir os valores da família a cada dia.

Brandão diz que (1982, p.12), “a educação existe sob tantas formas e é praticada em situações tão diferentes, que algumas vezes parece ser invisível”. É nas relações mais simples da vida da criança que ela codifica e separa em seu psicológico o que ela usará para o resto da vida.

As desgraças que amedrontam o mundo são resultado deste descompromisso na estrutura familiar. Os filhos que antigamente estudavam para serem os melhores e tirarem as melhores notas, hoje se colocam na posição que tanto faz, pois a escola não ajudará mais em nada. Esta descrença por parte da prole é a consequência do abandono afetivo dos pais.

Szymanski fala o seguinte (2001, p. 53): “Uma instituição não substitui uma família, mas com atendimento adequado, pode dar condições para a criança e o adolescente desenvolverem uma vida saudável no futuro”.

Quando o ambiente familiar se traduz em conversas, participação nas tarefas cotidianas, momentos de confraternização e outras atividades, as relações dos filhos com o mundo também se refletirão. Uma relação assim refletirá o comportamento na escola e conseqüentemente, pais que fazem desta maneira, também estarão atentos ao desempenho e situação dos filhos na escola.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.096/90, em seus artigos 4º e 55 e o Plano Nacional de Educação aprovado por uma lei, nº 10.172/2007 dizem da formação de conselhos compostos também por membros familiares para uma participação efetiva de toda a comunidade escolar na efetivação de práticas que atendam a cada realidade de ensino no país. Sem uma inter-relação produtiva entre governo e sociedade, as diversas instituições só tendem a encontrar mais dificuldades na caminhada rumo ao progresso.

A Constituição Federativa do Brasil, em seu artigo 205 relata o seguinte:

[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p. 42)

A participação real dos pais no desenvolvimento de seus filhos tem obtidos excelentes resultados nas escolas. Este acompanhamento, é devido lembrar, se configura de uma adesão ao projeto com força e coragem por parte dos responsáveis. O estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 4º fala que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à liberdade e a convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2010, p. 14)

E em outra lei, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação propõe ainda no seu 1º artigo o que segue:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisas, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996, p.1).

Segundo Oliveira (2001, p.10) a dimensão educacional terá o seguinte objetivo:

O contexto educacional compreende diferentes práticas escolares tendo como principal objeto de estudo o aluno. É no aluno que as práticas escolares se realizam de forma positiva ou negativa. Mas independente do modo como se dão essas práticas, todas têm como finalidade promover o aprendizado do aluno.

Para Seagoe (1978, p. 6) “A aprendizagem é influenciar o comportamento inicial do aluno por meio das experiências vividas na escola, na rua, na família”. Esta interação entre escola e família motiva ao desenvolvimento de valores ligados ao coletivo, ao afetivo e ao bem estar de todos num espaço onde todos precisam das potencialidades do outro. Todos são capazes de fazer algo produtivo para a sociedade, desde que os corretos direcionamentos sejam tomados.

Libâneo esclarece o seguinte sobre a educação (2000, p.22):

Educação é o conjunto de ações, processos, influências, estruturas que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupo na relação ativa com o ambiente natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais.

Partindo desta ideologia da educação, é fundamental a inserção dos pais na atuação da escola frente aos alunos e filhos. Articulando os pais de maneira adequada, a instituição de ensino enxergará as necessidades gerais dos alunos. Já mencionado que cada aluno provém de uma situação social diferente, logo, uma prática especial deverá ser aplicada.



É no ambiente familiar e escolar que o sujeito se prepara de acordo os padrões culturais e sócio-históricos pré-definidos para atuar na sociedade. Nesse sentido, é interessante realizar um estudo sobre as influências da família no processo de aprendizagem e sobre como se dá ou não o processo de articulação escola e família, já que a família e a escola constituem-se como referenciais fundamentais para a formação do educando e é nessa articulação que a educação acontece de forma insubstituível. É necessário que haja a aproximação desses dois contextos a partir de uma ação coletiva, que complete a ação, já que tanto o contexto familiar quanto o contexto escolar apresentam aspectos positivos e negativos (OLIVEIRA, 2001, p. 10).

A presença da família se traduz em melhorias educacionais dentro de sala de aula. A atuação da escola em favorecer este entrosamento da família possibilita grandes avanços. Diz Seagoe (1978, p.7) que “Ensinar é propiciar situação que permitam ao educando modificar o seu comportamento de determinado modo”.

Para Portes (2000, p. 70) “É na família que o indivíduo irá buscar energia, sustentação para enfrentar situações difíceis de serem vivenciadas.” Ou seja, é a partir da visão que a prole tem de seus progenitores é que os descendentes conseguirão superar no futuro tantas adversidades e situações que enquanto jovens não estão propensos a isto. A imagem positiva de pais trabalhadores, presentes e humildes beneficiará todos os seus herdeiros a desenvolver tais ações na escola e na vida.

Para Oliveira (2001, p.14):

[...] a família recebe apoio de outras instituições sociais e assume inúmeras funções como: a função de identificação, de socialização, de transmissora de hábitos e atitudes, de conhecimento e atitudes necessárias para a participação na sociedade. A família assume função diferente da escola, tem que dar acolhimento a seus filhos num ambiente estável e de respeito mútuo. As famílias ocupam papel importante na vida escolar dos filhos, e este não pode ser desconsiderado, pois consciente e intencionalmente ou não, influenciam no comportamento escolar dos filhos. Muitas, infelizmente influenciam negativamente, seja por questões econômicas, pessoais, de relacionamento, de amadurecimento dos pais ou separação.

A casa onde a pessoa habita servirá de exemplo para a manifestação de seus sentimentos e ações durante a vida. Zago (2000, p. 21) fala que:

[...] a criança constitui seus esquemas comportamentais, cognitivos e de avaliação através de formas que assumem as relações de interdependência com as pessoas que a cercam com mais frequência e com mais tempo, ou seja, os membros da família.[...] Suas ações são reações que ‘se apoiam’ relacionalmente nas ações dos adultos que, sem sabê-lo, desenham, traçam espaços de comportamento e de representações possíveis para ela.

A criança ao fazer parte deste processo de assimilação de informações estará sob o risco iminente de aprender práticas não tão bem consideráveis, pois o indivíduo além de estar com a família e a escola frequentará outros ambientes sociais e decodificará muitas ações decorrentes de tais lugares. Cabe à família, uma atenção maior e manter-se vigilante mediante as obscuridades que possam aparecer.

Por diversas situações, a pessoa tem que abandonar a escola, ora por pressão da família, pois o homem tem que trabalhar para ajudar no sustento do lar ou a mulher acaba tendo uma gravidez precoce, ora porque a separação dos pais acarreta diversas situações problemáticas, ou mesmo momentos de turbulência escolar que desanimam o discente e o mesmo abandona o ensino.

Para Zago (2000, p. 27): “As interrupções aumentam a distância entre a idade cronológica e a idade escolar, e quando maior a diferença, mais improvável se torna a conclusão de um ciclo completo de ensino”. São devidos a estes problemas que muita gente não se qualifica, permanece em estágios profissionais defasados e faltam profissionais capacitados no mercado de trabalho. Perceba como a família, distante da formação escolar, gera transtornos a todo um sistema.

Existem alguns jovens que após terem abandonado os estudos e já trabalhando veem-se na necessidade de retornarem a escola e de uma forma mais indesejável cursarem as séries que faltam para uma posição profissional melhor. Infelizmente estas ações são feitas tardiamente e sob duras condições.

Certos casos também são devido à própria ignorância dos pais que enfrentam a escola e formam ao invés de filhos, pessoas que serão sempre vítimas das situações da realidade e nunca responsáveis por seus atos. Há casos também de famílias que tem suma necessidade de trabalhar e enfrentam dificuldades em acompanhar a evolução do aluno. Aqui, a escola terá de fazer adaptações e celebrar o processo formativo de maneira diferente.

A família irá conduzir o indivíduo a vivenciar as diversas complicações da história de maneira consciente, refletindo sobre o seu papel econômico, social e cultural no decorrer das gerações. Romanelli (2000, p.120) diz:

O capital cultural transmitido pela mãe constitui elemento significativo no processo de reprodução social da família que tem, na escolarização dos seus filhos. Um recurso importante para promover relativa mobilidade social deles e, indiretamente, da própria unidade doméstica.

É justo afirmar a posição materna no processo de formação dos filhos, pois historicamente tal tarefa foi concedida a elas, mas com as diversas mudanças e visões de trabalho o homem também tem tido e assumido com louvor o papel de formar os filhos, enquanto a mulher trabalha e garante o sustento do lar. As ações então educativas, independentes se partirem com mais ênfase da mãe ou do pai, ou da escola, devem estar niveladas para que disparidades não ocorram.

Para Libâneo (2000, p. 85): “A pedagogia familiar não deve estar desarticulada da pedagogia escolar” e de acordo com Brandão (1982, p.9): “Não há uma forma única nem um modelo de educação (...), e o ensino escolar não é a sua única prática e o professor não é o seu único praticante”.

Existem diversas situações de aprendizagem. Não somente a educação escolar é importante como as diversas outras formas, como a política, a religiosa, a cultural também contribuirão no desenvolvimento pleno e no sanar de problemas indisciplinados de alunos em sérios riscos sociais. Com a educação, o indivíduo toma um novo sentido em sua vida, sem ela, estará pensando a viver num caos.

## 2.2 A INDISCIPLINA

A realidade, infelizmente, mostra um grande número de alunos desprovidos de qualquer vontade e sonho em seus futuros. A indisciplina, grande problema dos centros de educação, é um dos reflexos da personalidade do alunado. Sem uma participação consciente da família, as realidades de violência e abandono da juventude continuarão a existir.

É preocupante observar a realidade de jovens que por falta de estímulo familiar não conseguem fazer um curso superior e muitos nem chegam a concluir o ensino médio. Muitas vezes, a família gera situações de desconforto e péssimos exemplos às pessoas.

A escola na comunidade: o conhecimento da comunidade não é suficiente. É necessário que ele conduza ao crescimento conjunto da população escolar e da comunidade. E isso só será possível através de atividades práticas, que dê feição real à interação escola-comunidade (PILETTI, 1997,p.97).

Para Kaloustian (1988) é na família que se encontra o lugar da vida, refúgio nas dificuldades e situações de perigo. É o local seguro em que os filhos podem crescer com a esperança de um futuro promissor. Os sentimentos, as respostas às indagações, as dificuldades afetivas serão graças ao diálogo, ao respeito um com o outro, a participação nas tarefas do lar e nos exercícios escolares. As situações de revolta, falta de amor e ausência de diálogo gera nos filhos e alunos um sentimento de abandono e desprezo potencializando assim as suas rebeldias quando estão na escola.

A comunidade familiar precisa participar mais intensamente das atividades dos filhos. Quando isso acontece, a escola sente os reflexos e sua carga de responsabilidade fica reduzida a facilitar a aquisição de conhecimento científico e social. As famílias bem estruturadas, em relacionamentos afetivos e baseados no respeito, despertam a admiração e provocam o exemplo para que outros possam copiar e fazer o mesmo.

Mas como nem sempre, o professor encontra alunos interessados no processo de conhecimento e por não estarem vindo de boas estruturas familiares ou ineficientes, ocorre um choque de situações. É claro que certas escolas também não estão prontas a receberem tais alunos, pois seus métodos são bem arcaicos e massificam o recebimento da informação.

La Taille (1996, p.9) diz o seguinte sobre a conduta de alunos:

As crianças precisam sim aderir a regras e estas somente podem vir de seus educadores, pais ou professores. Os 'limites' implicados por estas regras não devem ser apenas interpretados no seu sentido negativo: o que não poderia ser feito ou ultrapassado. Devem também ser entendidos no seu sentido positivo: o limite situa, dá consciência de posição ocupada dentro de algum espaço social – a família, a escola, e a sociedade como um todo.

Segundo Freire (1999) a educação deveria deixar o modelo colonial e se atualizar. Uma educação que promova a solidariedade, o amor pelo trabalho e não um espírito de guerra. Deixar de lado o individualismo, o egoísmo e desenvolver nas pessoas um espírito crítico, reflexivo. Este ensino dos sonhos deve-se pautar não em ideologias falsas, mas por uma disciplina que eleve o indivíduo a consciência de seus deveres, obrigações e direitos. É preciso que o professor transcenda todo o ideário trazido pelo aluno e assim possa construir novas relações para a sua mudança de mentalidade.

O respeito é uma prática conquistada com diálogo e não com ofensas. Ter paciência ajuda muito nesta relação: educador, aluno e família. Toda criança que começa a adquirir informações deverá ser conduzida a boas metodologias. A pessoa que está sendo formada deve entender que na vida há momentos em que nem tudo pode ser realizado. É preciso conscientizar as crianças acerca desta realidade.

[...] não se pode admitir que uma criança cresça acreditando que todas as suas vontades serão satisfeitas no exato instante que deseja. Afinal, é preciso prepará-la para lidar com os limites e negativas que encontrará na vida. E é justamente por isso que os limites devem fazer parte de sua educação desde pequenininha. (ARAUJO, 2005, p. 143).

Escola e família em sintonia com o processo de formação devem cultivar um diálogo de fácil compreensão que leve as crianças a perceberem que é importante ter liberdade com responsabilidade, contribuindo para que esse conceito esteja presente na sociedade em geral.

### **3 PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA**

Neste tópico, apresentamos uma temática que vem sendo discutida e pode auxiliar nessa educação diferenciada, que é a Pedagogia da Alternância. Dessa forma, observe o que propõe essa concepção:

Para Gimonet, (1999, p. 45):

[...] a alternância significa, sobretudo, uma outra maneira de aprender pela vida, partindo da própria vida cotidiana, dos momentos experimentais, colocando assim a experiência antes do conceito. A Pedagogia da Alternância conduz a partilha do poder educativo. Ela reconhece e valoriza o saber de cada um e dos contextos de vida. [...] é uma pedagogia da parceria.

Sabe-se que a Pedagogia da Alternância vem se expandindo por todo o mundo, e trazendo consigo mais esperança e motivação para o homem do campo. Nessa perspectiva, essa proposta de educação busca compreender a realidade e trabalhar a partir e por meio dela. Nesse sentido, Jesus (2010, p. 02) afirma que:

[...] a Pedagogia da Alternância vem trazer algumas contribuições para o debate do ponto de vista teórico e prático. Apesar das dificuldades, têm uma relevância importante para a educação do campo por desenvolver uma proposta pedagógica que procura trabalhar a partir dos aspectos socioculturais do homem do campo e no campo. [...] A alternância é o período alternado de vivência e estudo na Escola, na Família e

Comunidade. Nesse sentido a alternância passa a exercer uma função metodológica e pedagógica no processo formativo dos educandos.

Assim, quando a educação se interage com família e vice-versa, as relações do campo são fortalecidas. Além disso, problemas ligados ao êxodo rural são amenizados. Nesse sentido, Jesus (2010, p.04) relata que:

As Escolas Família Agrícola (EFAs) têm a preocupação de fazer com que a alternância se dê na própria família e no espaço rural. Para que a formação dos jovens e adolescentes do campo aconteça, utiliza-se de espaços e tempos diferentes divididos entre o meio sócio profissional (família, comunidade e trabalho) e no espaço escolar em regime de internato, com ênfase na formação integral do aluno e no desenvolvimento local.

A formação na alternância tem como objetivo principal possibilitar a educação em tempo integral, envolver as famílias na educação dos filhos, fortalecer a prática do diálogo entre os diferentes atores que participam dos processos de formação dos educandos. Além de proporcionar qualificação técnica (técnico em agropecuária) aos estudantes camponeses/as com o intuito de fortalecer a agricultura camponesa - estudar e continuar no campo, contribuir nos trabalhos da propriedade familiar, desenvolver alternativas de permanência na terra, dessa forma, diminuir a migração campo/cidade. Essa prática implica em debater políticas públicas para as demandas que existem no campo.

Pode-se observar que, por meio da alternância, será possível estabelecer uma reflexão e assim perceber que quando família e escola se juntam e criam condições de desenvolvimento da educação, as consequências tendem a ser positivas. Pensar o campo, não somente na questão capital e material, mas vivenciar a sua realidade de liberdade, natureza e produção ecológica também se constituirão metas dessa alternância para a vida. No contexto escolar, a participação da família propiciará grande parte do sucesso dos discentes. E a aplicação da Pedagogia da Alternância levará o aluno a um processo de ensino-aprendizagem adequado às suas necessidades e de sua comunidade.

### 3.2 PERFIL DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DO BLEY

A E.F.A. do Bley, atua no Município de São Gabriel da Palha há quarenta e um anos. Durante esse período houve várias alterações na oferta dos cursos, sendo que atualmente são ofertados segundo o MEPES em seu Regimento Comum Interno das Escolas Famílias Agrícolas e Escolas Turismo (2008, p. 04): “Ensino Fundamental (séries finais) autorizado pela Resolução CEE (Conselho Estadual de Educação) nº 109/94 DOES (Diário Oficial do Espírito Santo) 28/12/1994, e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, autorizada pela Resolução CEE nº 1223/2006. DOES 23/11/2006”.

Além dos municípios acima citados, a escola recebe também estudantes de: Nova Venécia, Sooretama, São Domingos do Norte, Alto Rio Novo, Pancas, Governador Lindemberg, Águia Branca, Linhares, Mantenópolis e Cuparaque MG, perfazendo um total de duzentos estudantes. As famílias através das comissões de trabalho da APEFAB – Associação Promocional Escola Família Agrícola do Bley, que são Comissão de Manutenção, Comissão Pedagógica e Comissão Agropecuária, fazem ações para que esses municípios também possam contribuir de alguma forma na manutenção da escola. Como considera Tanton, (1999, p. 103):

[...] comissões de trabalho são mais proveitosos que o simples acompanhamento de seus jovens no seu êxito, no âmbito escolar. Estas reuniões geram momentos mais ricos para compartilhar as preocupações como pais e como profissionais [...].

Ao observar o perfil da instituição, nota-se que a escola trabalha com a pedagogia da alternância em sistema de internato, o que significa a permanência dos estudantes na escola por uma semana. Desta forma através do sistema de auto-organização dos estudantes e da própria instituição em si, são determinados os horários para todas as atividades, uma vez que o processo de formação é integral e não permite tempo ocioso. Para melhor organização, os estudantes têm que obedecer a seguinte orientação: todos os estudantes devem chegar à escola para sessão escolar na segunda-feira às 8 horas e somente retorna para a família, período conhecido como meio sócio profissional e/ou estadia, na sexta-feira às 16h e 30min.

Toda parte organizacional da escola conta com participação das famílias através da APEFAB e também dos alunos através da AEEFAB- Associação de Estudantes da Escola Família Agrícola do Bley, onde juntos traçam as metas a serem alcançadas durante o ano.

Dentre os objetivos da rede de ensino descritos no MEPES em seu Regimento Comum Interno das Escolas Famílias Agrícolas e Escolas Turismo (2008, p. 09), destaca-se os incisos:

- III Privilegiar o ambiente familiar como meio da aprendizagem e aplicação do saber e o ambiente escolar e sócio profissional, como local de sistematização científica e ponto de partida para organizar pesquisas, alternando momentos de prática com teoria, ação com reflexão;
- IX Proporcionar ao educando a ligação entre a escola, família e comunidade através da pedagogia da alternância, período vividos na família e nas comunidades;
- X Reconhecer o educando como sujeito do processo de desenvolvimento integrado à família [...]

Pode-se observar que a intencionalidade da instituição é buscar a parceria entre a família, escola, estudante e comunidade, visando construir bases para uma formação equilibrada.

Só é possível acompanhar os ciclos de formação quando cada parceiro cumpre com seus compromissos. Valorizar o estudante como sujeito do processo de formação é também, acreditar que o estudo da realidade através dos vários instrumentos pedagógicos é o meio pelo qual nasce o desejo e a necessidade de conhecer para transformar.

Para Gimonet (1999, p. 45), a ordem do processo é:

[...] em primeiro lugar o sujeito que aprende suas experiências e seus conhecimentos, e, em segundo lugar, o programa. O jovem ou o adulto em formação não é mais, neste caso, um aluno que recebe um saber exterior, mas um ator sócio – profissional que busca e que constrói seu próprio saber. Ele é sujeito de sua formação, ele é produtor de seu próprio saber.

Por isso, esse modelo de educação está se expandindo, pois reconhece a realidade e valoriza as experiências dos alunos. Os instrumentos pedagógicos que as E.F.A.'s utilizam são variados e o Plano de Estudo é base para todos os outros, através deste são definidos os pontos de partida para os estudos das disciplinas, das atividades que precisam ser retornadas para a família e comunidade, para visitas de estudos, palestras, cursinhos e outros. Nosella (2007, p. 52) reforça que o “Plano de Estudo é um compromisso dos alunos e de sua família para analisar sua própria vida”.

Quando o estudante está no seu meio sócio profissional, deve realizar as atividades orientadas na sessão escolar, a Organização Curricular determina essa carga horária de acordo com o ciclo de formação, e os pais tem o compromisso de contribuir e acompanhar na elaboração das mesmas, garantindo o cumprimento em sua totalidade. Dessa forma, Nosella (2007, p. 53), reforça que:

A participação das famílias dos alunos no processo educativo da Escola é decorrência da pedagogia da alternância e é considerado o terceiro ponto essencial da pedagogia das Escolas Famílias Agrícolas. Se a ‘Vida’, a ‘experiência’, a ‘realidade’ do aluno é o ponto de partida do processo de formação, necessariamente a família, em se tratando de adolescentes, constitui o núcleo dessa ‘vida’ ou ‘experiência’ ou ‘realidade’.

De fato, observa-se que não existe no processo de educação das escolas de Pedagogia da Alternância, formação e construção de conhecimento sem acompanhamento dos pais e responsáveis. Entende-se que a educação se constrói em comunhão. E se é um processo, as etapas que formam um todo devem estar comprometidas. No entanto, se houver falhas, a educação não será mais integral. Nesse sentido, esse formato de aprendizagem é ideal, seguindo a proposta de educar para vida por meio das vivências adquiridas.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Pedagogia da Alternância constitui-se uma ferramenta bastante atual que vem se expandindo no Âmbito da educação, devido, principalmente, a uma maior interação entre a família e a escola, resultando em um aprendizado muito mais significativo e numa formação equilibrada. Essa escola propõe uma maior conscientização das famílias do campo, orientando-as a assumirem suas responsabilidades no processo ensino/aprendizagem de seus filhos, e tornarem-se parceiras, trabalhando juntas com valores e princípios que tornam seus alunos em melhores cidadãos, e esta é uma das diferenças positivas da escola família. Conscientes de que o aluno reflete na sala de aula, valores e atitudes que aprende primeiro em casa, observa-se que a indisciplina pode ser um reflexo da falta de orientações adequadas que começam lá no princípio de seu desenvolvimento, ou seja, no seu primeiro contexto de educação; a família.

Torna-se necessário, maiores incentivos no sentido de manter as famílias no campo, trabalhando com políticas públicas próprias que garantam a sua permanência no campo e a continuidade deste projeto de educação, pois assim os agricultores se

sentiriam valorizados e não precisariam migrar para os grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida. Esses incentivos também atrairiam os jovens a permanecerem com suas famílias, em suas terras e produzindo.

Evidencia-se, dessa forma, a importância da parceria família/escola nessa pedagogia, para que a escola alcance seus objetivos, pois, pode-se perceber que, quando a família cumpre com sua responsabilidade no desenvolvimento do aluno, na parceria com a escola, diminui de forma significativa a indisciplina na escola.

Conclui-se com essa reflexão que, quando escola e família estão unidas num mesmo propósito, o resultado é positivo para ambos os lados. Dentre os pontos positivos destacam-se, as famílias unidas permanecendo no campo, filhos estudando e aprendendo as técnicas agrícolas mais eficientes para os seus desenvolvimentos em suas terras, a escola alcançando seus objetivos de crescimento e desenvolvimento cognitivo de seu aluno. E o caminho orientado nesta pesquisa para o sucesso escolar não se restringe somente às escolas que se fundamentam na Pedagogia da Alternância, mas a todo contexto escolar, pois sem dúvida alguma, a participação ativa da família pode propiciar aos educandos uma aprendizagem mais satisfatória.

## 5 REFERÊNCIAS

- 1 ALMEIDA, Idene; ALMEIDA, Luís e & SANTOS, Raquel . **Interação escola-família: a grande parceria rumo à educação**. Sergipe, 2008. 17 p. Disponível de:<[http://artigocientifico.tebas.ghost.net/uploads/artc\\_1306337605\\_15.pdf](http://artigocientifico.tebas.ghost.net/uploads/artc_1306337605_15.pdf)> Acesso em 30 Mai. 2013.
- 2 ARAUJO, Ceres Alves de. **Pais que educam: uma aventura inesquecível**. São Paulo: Gente, 2005.
- 3 ASSIS, Graciano. DE LIMA, Edenilson Ernesto. **Escola, família e sociedade: Diferentes espaços na construção da cidadania**. 2011. 12 p. Disponível de:<[http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4451\\_4038.pdf](http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4451_4038.pdf)> Acesso em 28 Mai. 2013.
- 4 BARBOSA, Juliana S. B. **A importância da participação familiar na construção escolar**. Disponível de:<[http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/2152/1/2011\\_JulianaSilveiraBrancoBarbosa.pdf](http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/2152/1/2011_JulianaSilveiraBrancoBarbosa.pdf)> Acesso em 1 Jun. 2013.
- 5 BATTAGLIA, Maria do Céu L. **Terapia de família centrada no sistema**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: [www.rogeriana.com/battaglia/mestrado/tese02.htm](http://www.rogeriana.com/battaglia/mestrado/tese02.htm), acessado em 17 de fevereiro 2010.
- 6 BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 28 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- 7 BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Ministério das Comunicações, 1988. 232 p.
- 8 \_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente 8069/90**. Brasília. MEC 2010. 224 p.



- 9 \_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96**. Brasília. MEC, 1996.
- 10 CHAVES, Ana Paula Pacheco e. **Retrato falado da Alternância: Sustentando o Desenvolvimento Rural através da Educação**. São Paulo: s.ed., 2000.
- 11 COELHO de SOUZA, Lúcia Maria. AYRES da SILVA, Jayme. 2012. **Indisciplina, responsabilidade da escola e da Família**. Disponível de: <<http://www.ucpparana.edu.br/cadernopos/edicoes/n1v1/06.pdf>> Acesso em 27 Mai. 2013.
- 12 DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 11ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- 13 FALCÃO, Djalma. **Desafio da família: como formar líderes**. In Revista da Escola de Pais nº28. Seccional de Salvador. Desafios da família. Salvador: Publigráf, 2007.p. 07.
- 14 FERRÃO, Romário Gava. **Metodologia Científica: para iniciantes em pesquisa**. Linhares: Unilinhares/Incaper, 2003.
- 15 FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. 3ª ed. Curitiba: Positivo, 2004.
- 16 FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 28 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- 17 \_\_\_\_\_. **A Importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1999.
- 18 GADOTTI, M. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1997.
- 19 GIMONET, Jean-Claude. Nascimento e Desenvolvimento de um Movimento Educativo: As Casas Familiares Rurais de Educação e de Orientação. **Pedagogia da Alternância: Alternância e Desenvolvimento**, Salvador, p. 39-48, de 03-05 de nov., 1999.
- 20 \_\_\_\_\_. **Praticar e compreender a pedagogia da alternância dos CEFFAs – tradução de Thierry Burghgrave – Petrópolis, RJ: Vozes, Paris: AIMFR – Associação Internacional dos Movimentos familiares de Formação Rural, 2007.162p.**
- 21 JESUS, José Novais de. **A pedagogia da alternância e o debate da educação no/do campo no estado de Goiás**. Goiás, UFG, 2010. Disponível de: <[http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/18/6\\_jesus.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/18/6_jesus.pdf)> PEDAGOGIA DA ALTERNANCIA> Acesso em 02 Jun. 2013.
- 22 KALOUSTIAN, S. M. (org) **Família Brasileira, a base de tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF:UNICEF, 1988.
- 23 LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Maria de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1996.

- 24 LA TAILLE, Yves de. **A indisciplina e o sentimento de vergonha**. In: AQUINO. Julio Groppa (Org.) Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996.
- 25 LEITE, Eliane G. GOMES, Haydê Morgana G. **O papel da família e da escola na aprendizagem escolar**: Uma análise na escola municipal José Teobaldo de Azevedo no município de Limoeiro-PE. 5 p. Disponível de: <[http://www.pe.senac.br/ascom/faculdade/edital/IIEncontro/cd/O\\_PAPEL\\_DA\\_FAMILIA.pdf](http://www.pe.senac.br/ascom/faculdade/edital/IIEncontro/cd/O_PAPEL_DA_FAMILIA.pdf)> Acesso em 26 Mai. 2013.
- 26 LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, Para quê?**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- 27 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO - MEPES. **Plano de Curso da Escola Família Agrícola do Bley**. São Gabriel da Palha: s. ed., 2009.
- 28 \_\_\_\_\_. **Regimento Comum das Escolas Famílias Agrícolas e Escolas Família Turismo do MEPES**. Anchieta: s. ed., 2008.
- 29 MORAES, Maria Cândida. **Paradigma Educacional Emergente**. 5 ed. Campinas: Papyrus, 1997.
- 30 NASCIMENTO, Dinalva Melo do. **Metodologia do trabalho científico**: Teoria e Prática. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- 31 NOSELLA, Paolo. **Origens da Pedagogia da Alternância**. Brasília, 2007.
- 32 OLIVEIRA, Leidiana Pereira de. **Uma relação tão delicada**: A Participação da Família no Processo de Aprendizagem de Crianças do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série e Classes de Alfabetização. 2001. 45 p. Disponível de:<[http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/relacao\\_delicada.pdf](http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/relacao_delicada.pdf)> Acesso em 25 Mai. 2013.
- 33 PAROLIN, Isabel Cristina Hierro. **Pais e Educadores**: quem tem tempo de educar? Porto Alegre: Mediação, 2007.
- 34 PILETTI, Nelson. **Sociologia da Educação**. 5ª.ed .São Paulo: Ática, 1997.
- 35 PORTES, E.A. **O trabalho escolar das famílias populares**. Em NOGUEIRA, M.A; ROMANELLI, G. ZAGO, N. (Orgs). Família e escola: Trajetória da escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 61 - 80.
- 36 REIS, Liliani Pereira Costa dos. **A participação da família no contexto escolar**. Salvador. 2010. 62p. Disponível de:< [ttp://www.uneb.br/salvador/dedc/files/2011/05/MONOGRAFIA-LILIANI-PEREIRA-COSTA-DOS-REIS.pdf](http://www.uneb.br/salvador/dedc/files/2011/05/MONOGRAFIA-LILIANI-PEREIRA-COSTA-DOS-REIS.pdf)> Acesso em 29 Mai. 2013
- 37 REGIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DOS CENTROS FAMILIARES DE FORMAÇÃO EM ALTERNÂNCIA DO ESPÍRITO SANTO – RACEFFAES. **Caderno de Acompanhamento 2012**. S. ed.

- 38 ROMANELLI, G. - **Famílias de Camadas Médias e escolarização Superior dos filhos**. O estudante-trabalhador. Em NOGUEIRA, M. A; ROMANELLI, G; ZAGO, N. (Orgs). Família e escola: Trajetória da escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 99 – 123.
- 39 SOARES, Jiane Martins. **Família e escola: parceiras no processo educacional da Criança**. 22p. Disponível em:<<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/imagens/artigos/educacaoetecnologia/ARTIGO-FAMILIA-ESCOLA-.pdf>> Acesso em 26 Mai. 2013.
- 40 SOUSA, Ana Paula de. JOSÉ FILHO, Mário. 2008. 8 p. **A importância da parceria entre família e escola no desenvolvimento educacional**. In: Revista Iberoamericana de Educación. Edição 44/7, de 10/01/2008Disponível de:<<http://www.rieoei.org/deloslectores/1821Sousa.pdf>> Acesso em 25 Mai. 2013.
- 41 SOUSA, Jacqueline Pereira de. 2012. 20 p. **A importância da família no processo de Desenvolvimento da aprendizagem da criança**. Disponível de:<[http://www.apeoc.org.br/extra/artigos\\_cientificos/A\\_IMPORTANCIA\\_DA\\_FAMILIA\\_NO\\_PROCESSO\\_DE\\_DESENVOLVIMENTO\\_DA\\_APRENDIZAGEM\\_DA\\_CRIANCA.pdf](http://www.apeoc.org.br/extra/artigos_cientificos/A_IMPORTANCIA_DA_FAMILIA_NO_PROCESSO_DE_DESENVOLVIMENTO_DA_APRENDIZAGEM_DA_CRIANCA.pdf)> Acesso em 2 Jun. 2013.
- 42 SEAGOE, May Violet. **O processo de aprendizagem e a prática escolar**. 2 ed. Vol. 107. SP: Companhia Editora Nacional, 1978.
- 43 SZYMANSKI, Heloisa. **A relação família/escola: desafios e perspectivas**. Brasília: Plano, 2001.
- 44 TANTON, Christian. Alternância e Parceria: Família e Meio Sócio-Profissional. **Pedagogia da Alternância: Alternância e Desenvolvimento**, Salvador, p. 98-103, de 03-05 de nov., 1999.
- 45 TIBA, Içami. **Disciplina, limite na medida certa**. - 1ª edição. São Paulo: Editora Gente, 1996.
- 46 ZAGO, N. **Processo de escolarização nos meios populares** – As contradições da obrigatoriedade escolar. Em Nogueira, M.A; Romanelli, G, ZAGO, N. (Orgs). Família e escola: Trajetória da escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000 p. 17-43.